Seg

Diário de Lisboa

ANO 56.º/19183 6$00

SEGUNDA-FEIRA 18 OUTUBRO 1976

Fundador Joaquim Manso Director A. Ruella Ramos Director-adjunto Fernando Piteira Santos

APESAR DO OPTIMISMO DO MINISTERIO DA EDUCAÇAO

AULAS, MAS POUCO (EM LISBOA)

A abertura de aulas no dia de hoje, nos Ensinos Secundário e Preparatório, ordenada por nota oficiosa do MEIC, não se concretizou nos liceus mais frequentados de Lisboa, onde a percentagem de professores efectivos é maior que nos estabelecimentos de ensino mais pequenos ou mais afastados.

O adiamento do início das aulas, previsto já pelo Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, deve-se ao problma da colocação dos professores e ao atraso na divulgação dos horários. Por outro lado, a nota oficiosa do MEIC que atribui confidencialidade na elaboração e divulgação dos horários provocou descontentamento entre os docentes, a que se juntou o facto de à distribuição de alguns programas não ter sido feita na maior parte dos estabelecimentos de ensino. Este problema põe-se com maior acuidade em relação ao 8.º ano da escolaridade, o último do Ensino Unificado.

Em contacto com o Liceu D. Dinis, que serve a zona dos Olivais e comporta em três turnos mais de três mil alunos, fomos informados de que as aulas só terão início na próxima quarta-feira, já que os horários apenas começaram hoje a ser distribuídos e ainda não têm todos os programas nem as vagas de docentes preenchidas. No D. Pedro V, outro dos liceus mais populosos da capital e no ano passado cenários de acções violentas entre alunos, a abertura das aulas foi adiada até 48 horas posteriores à data em que 80 por cento dos elementos do quadro docente sejam colocados, segundo decidiram os professores daquele estabelecimento de ensino em assembleia geral realizada anteontem. Esta medida, registe-se, foi provocada pelo facto de apenas 45 por cento dos professores estarem colocados neste momento.

Na reunião seria ainda ciriticado o MEIC por a lista oficial de colocações não ter sido enviada pela Direcção-Geral àquele liceu. Quanto ao resto, os problemas repetem-se: os professores ainda não estão na posse de todos os programas.

No Liceu D. Pedro Nunes, cujo corpo docente é que o menos problemas levanta em matéria de colocação, já que quase todos os professores são efecticos, as aulas começarão amanhã.

Quanto ao Liceu Passos Manuel, ainda não se sabe quando as aulas começam. Ao meio da manhã a comissão directiva estava reunida para tomar posição sobre o assunto.

Se o problema das aulas se levanta exactamente nos liceus onde o número de professores efectivos é maior, como não acontecerá nas escolas comerciais e industriais, particularmente na província, onde os serviços de docência tem sido sobretudo assegurados por professores provisórios? Por outro lado, se o envio dos programas se mostra desorganizado em relação aos liceus da capital, o que acontecerá nas escolas e liceus da província?

. Mesmo que as aulas tenham começado em algumas escolas, o problema de todos os anos repete-se: grande parte dos professores não estão colocados, e não se dão muitas das disciplinas porque não há programas.

Hoje de manhã, no Liceu Camões, os alunos entretinham-se a ver horários de turmas.

Marco revalorizado afecta libra esterlina

FRANKFURT, 18 — (ANOP, FP, R e «DL») — Duas semanas depois das eleições legislativas na Alemanha Federal, o chanceler Helmut Schmidt e o seu ministro das Finanças, Hans Appel, cederam a meses de pressão especulativa e aceitaram uma revalorização do marco face às moedas dos seus parceiros na flutuação conjunta europeia — a chamada «serpente» — apesar de, por váris vezes, terem prometido o contrário. A decisão foi tomada numa reunião ontem realizada em Frankfurt, e a medida afecta as moedas da Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Suécia, Noruega e Dinamarca. A revalorização oscila entre 2 e 6 por cento. Assim, o marco foi revalorizado em dois por cento face ao florim holandês, ao franco belga e ao franco luxemburguês; em três por cento contra a coroa norueguesa e a coroa sueca; e em seis por cento em relação à coroa dinamarquesa, o membro mais fraco do grupo.

A revalorização do marco alemão não afecta directamente o esterlino ou o dólar. Entretanto, gente ligada ao mundo financeiro acreditava que as moedas britânica e norte-americana seriam quase certamente apanhadas na maré da reacção dos negociantes. Uma consequência possível seria os negociantes começarem agora a vender marcos, afrouxando assim a pressão sobre o dólar, que perdeu valor face à subida do marco. Mas observadores declararam que, enquanto o dólar provavelmente manteria o seu valor nas transacções de hoje, o esterlino, que na semana passada atingiu recorde mínimo em relação ao marco, ao lado do franco francês, cairia ainda mais.

Presos na Amadora dois assaltantes da ourivesaria de Algés

Dois dos assaltantes da Ourivesaria Coimbra, em Algés, foram detidos após um «arreliador» acidente de viação numa rua da Amadora. O carro da quadrilha, um «Volkswagen», envolveu-se em choque com uma viatura do Regimento de Comandos e, na circunstância, os malfeitores não tiveram a indispensável serenidade, prosseguindo em fuga, aliás desde Algés.

A partir daqui, «comandos» e populares iniciaram a perseguição aos assaltantes que culminaria com a detenção de dois elementos do grupo, um deles ferido no recontro. Trata-se de Luís Aguiar, conhecido por «Tony Garcia» (procurado por assalto a um bancário, no dia 27 de Setembro, em Portimão — 1500 contos) e Rui Vasco Rosa Correia. A detenção deste último foi feita pelos «comandos» e a do «Tony» com a colaboração da PSP, alertada pelo tiroteio.

Da ourivesaria os assaltantes tinham levado dois mil e quinhentos contos em jóias, parte das quais foram agora recuperadas.

Quanto ao assalto e às circunstâncias em que se verificou, apurou-se que os assaltantes chegaram de «Mini», tendo depois utilizado um «Volkswagen» que havia já (pelo menos) dois dias se encontrava estacionado defronte ao estabelecimento, marcando «espaço».

Entretanto, há pelo menos três indivíduos em fuga: dois que se escaparam por altura do recontro com os «comandos» e outro que conduzia o «Mini», possivelmente o mesmo carro utilizado no assalto ao bancário de Portimão.

O ministro das Obras Públicas visitou hoje o Hospital de S. José para apreciar «in loco» a situação dramática em que se encontra o vetusto estabelecimento

DL

A PARTIR DE AMANHÃ

VITOR BENTO ANALISA CONFERÊNCIA SOBRE ECONOMIA PORTUGUESA

24 PÁGINAS

TRABALHADORES EXIGIRAM EM ALCÁCER DO SAL CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

(PAG. 5)

Nacional

Política de A a Z

UMA CAMPANHA DIRIGIDA

A campanha contra Lopes Cardoso (e, também, contra Manuel Alegre, veja-se a *Crónica* de Manuel de Portugal, no «Tempo» de 14-10-76); a apologia das medidas atribuídas a Mário Cardia ou que são ligadas ao seu nome; a censura ao despacho de António Barreto sobre relações públicas e com os meios de «Comunicação Social»; os remoques à administração de Salgado Zenha; visam directamente Mário Soares, destinam-se a provocar, nas vésperas do congresso, não só uma crise do Partido Socialista, como uma crise do Governo. Argumento favorito — e que tem colhido audição — é o da incompetência e da falta de dinamismo. Diz-se que o Governo não governa. Promove-se, citando exemplos, referindo decisões ou indecisões, designadamente o descrédito da equipa à qual está confiado o vasto e importante sector da Economia e das Finanças. Ressuscitam-se espectros do «passado», evocam-se antecedentes, citam-se ligações, traçam-se biografias. A campanha é dirigida contra Mário Soares, contra o Governo socialista, contra o Partido Socialista, mas visa propósitos mais ambiciosos do que uma simples remodelação governamental (pela substituição de Lopes Cardoso na pasta da Agricultura e das Pescas) ou de que uma reestruturação partidária (pela exclusão de uma «esquerda socialista» que uma franja social-democrática pretende desacreditar). A campanha tem um objectivo claro: impor outro Governo, suscitar uma intervenção militar. A que nível? Com que extensão?

CAMPANHA ORGANIZADA

Basta percorrer os diários e os semanários da última quinzena para nos darmos conta de um plano adrede, gizado com coerência e com inteligente perfídia, concebido por um grupo de intoxicadores profissionais. Conhecem-se alguns dos locais de reunião e de contacto, estão detectados os meios e as ligações de que dispõem. Imprudentemente, alguns dos intoxicadores traíram-se em diligências que denunciam já ansiedade e nervosismo. Vê-se que trabalham com um calendário. Foram já referidos prazos: o Governo deverá ser forçado a uma remodelação até fins de Dezembro; Mário Soares deverá ser substituído até Março. Há quem adiante nomes. Existe um candidato militar e existe um candidato civil. Mas não seria impossível que o militar presidisse a um «governo de coligação» e que o civil fosse uma espécie de «superministro» da Economia e das Finanças.

Nesta trama o «perigo vermelho» que é Lopes Cardoso e a «esperança branca» que será Pires Veloso, são apenas pedras que se jogam para distrair os leitores dos diários e dos semanários e para entreter a pasmaceira das vazias tardes burocráticas. Num lado se põe o ramo e noutro se vende o vinho, como diz o nosso povo.

Há mesmo quem considere que desta dicotomia é exemplo flagrante o «caso Pires Veloso». O brigadeiro seria utilizado para desviar atenções.

O PERIGO MILITAR

Dele falou o dr. Francisco Sá Carneiro, secretário-geral do partido das duas siglas, da velha e da nova, da lusitana e da europeia: P. P. D./P. S. D. E falou bem. Das suas palavras resulta a constatação (ou a ameaça): «Se os civis não estiverem à altura poderá surgir um perigo militar.» Esta frase foi destacada pelo jornalista, utilizada como título de uma esclarecedora entrevista para a qual o próprio Sá Carneiro propunha o título: «Não se mandam recados para Belém ou para S. Bento.» Não se mandam, nem se trazem. Mas há, e isso faz parte da manobra intoxicadora, quem simule trazer recados de S. Bento e de Belém. E há quem simule, ou indiscretamente, incontinentemente, confidencie o que sabe (ou sonha) de «um perigo militar». Porque, como é óbvio, há forças políticas que se não resignam a ser «oposição» (mesmo com um «estatuto» e o exemplo britânico) e que aspiram ao poder e pelo poder conspiram. A aritmética parlamentar é-lhes adversa. A esperança de crescimento eleitoral é restrita. A pressa de atender as clientes é enorme. Resta a alavanca militar. Falam de «perigo», para suspirarem uma «esperança». A *Crónica* claríssima de Manuel de Portugal surge num determinado contexto. A entrevista de Francisco Sá Carneiro integra-se nesse contexto. Não basta abater Lopes Cardoso e substituir Mário Soares, é, igualmente, necessário, reduzir Manuel Alegre ao silêncio (ou à poesia) e encerrar o palácio Foz, enquanto... Diríamos que eles pensam nos «bons velhos tempos». Nos sorrisos e nos subsídios, nos prémios, na largueza dessa «lista civil» de César Moreira Baptista que nunca foi revelada...

O ALVO CERTO

Sonha-se com um «perigo militar» e vão-se fazendo contas às próximas eleições para as autarquias locais. Diz-se que delas se espera a conclusão, no plano eleitoral, da institucionalização da «ordem constitucional», mas suspira-se pela possibilidade de fundamentar nos resultados eleitorais uma formal diligência para alcançar o afastamento do Partido Socialista das responsabilidades governamentais. Se tal diligência não proceder, então haverá recurso para o grande argumento: o militar. E assim, sem tirar nem aumentar, o pobre cidadão deste «país lilás» vai conhecendo pelos diários e semanários (livres, não estatizados) o destino que lhe preparam. O bom Raul Proença denunciou sempre estes «Geraldos Sem-Pavor» que pretendem assaltar o Poder pela calada da noite ou que recorrem às intrigas, às manobras de intoxicação para «desestabilizar».

Não leitor. Não pensamos no dr. Francisco Sá Carneiro. Esse é um sincero. Esse não se esconde, nem esconde o seu pensamento. Ele disse e não pediu segredo: «O resultado das eleições pode levar a tal o Presidente da República (ou o primeiro-Ministro, se entender dever apresentar a sua demissão em face dos resultados das eleições para as autarquias locais).» Claro. Claríssimo. Para militar entender, como dizia Carlos Fabião.

P.C.P., P.S. E P.S. D.

Reuniões de fim-de-semana preparam realização de Congressos

Três dos principais partidos políticos portugueses ultimam a preparação dos respectivos congressos. Trata-se do C, PS e PSD/PPD cujos congressos decorrerão entre o final do corrente mês e os primeiros quinze dias de Novembro.

«A preparação do VIII Congresso do Partido Comunista Português está a mobilizar todas as organizações e militantes do partido» — anuncia a Secção de Informação e Propaganda (SIP) do CC do PCP acrescenta que «a discussão das teses apresentadas pelo Comité Central começou a fazer-se em amplas reuniões e assembleias das organizações, estando os comunistas a manifestar uma firme disposição de contribuir da forma mais consciente e responsável para o estudo desses documentos e para a sua eventual valorização com as experiências adquiridas nas lutas de massas e na produção».

Segundo a nota da SIP propostas de aditamento, corte ou emenda às teses serão remetidas pelas organizações do partido à Comissão de Redacção até final do corrente mês. O Congresso decorre de 11 a 14 de Novembro.

«Os métodos democráticos do funcionamento do partido e o carácter democrático do Congresso têm imperado nessas reuniões e assembleias alargadas onde, a par da discussão das teses começam a ser eleitos os delegados ao Congresso» — diz ainda a SIP.

Está prevista a eleição de um delegado por cada cem membros do Partido, ou seja, cerca de mil cento e quinze delegados, dado que o número de militantes comunistas ronda os cento e quinze mil.

CONGRESSO DO PS

A eleição dos delegados ao Congresso do Partido Socialista decorre, entretanto, ao longo desta semana, segundo anunciou no sábado o Secretariado Nacional do partido. O Congresso socialista decorrerá a partir de 30 deste mês, tratando-se, ainda segundo palavras do seu Secretariado Nacional, de «uma prova de força».

A serem ultrapassadas as tensões internas do partido que na última semana vieram a público e provocaram certa agitação política, o Congresso socialista decorrerá, mesmo assim, em período de «ressaca», onde os efeitos dos choques registados não poderão deixar de se fazer sentir.

Para já, regista-se o apelo do Secretariado Nacional à «coesão e unidade do partido que assentam, neste momento, no grau de consciência e maturidade política de cada militante».

Este fim-de-semana, delegados de Aveiro, Porto, Coimbra, Lisboa, Leiria e Santarém estiveram presentes em Coimbra numa reunião das federações do PS em que se debateu a aprovação de propostas de alteração dos Estatutos do partido a apresentar no próximo Congresso. O comunicado final do encontro destaca que foi discutido um anteprojecto de proposta de alteração aos Estatutos, tendo sido ainda abordadas questões técnicas relacionadas com a realização do Congresso.

PSD/PPD

Também em Coimbra esteve reunida no sábado a comissão executiva do Conselho Nacional do PSD/PPD que se decidiu pela realização em Leiria, no fim do mês, de dois Congressos: o primeiro, no dia 30, classificado como «extraordinário» e destinado à revisão de Estatutos; o segundo, no dia 31, «ordinário» e visando a eleição dos novos responsáveis pelos órgãos nacionais do partido.

Prevê-se ainda que no final do Congresso «ordinário», na noite do dia 31, se efectue uma reunião plenária para análise da situação política e definição da estratégia do partido face às conclusões a que se chegar.

Jovens sociais-democratas aplaudem Cardia

COIMBRA, 18 — Cerca de centena e meia de jovens sociais democratas reuniram-se nesta cidade no passado fim-de-semana para discutirem problemas da política educacional. Do que lá se disse e não disse, salienta-se a moção de apoio, por aclamação, a Sottomayor Cardia, seja, «às coordenadas gerais da política seguida pelo ministro Sottomayor Cardia, no pressuposto de que ela poderá salvaguardar o pluralismo democrático nas escolas, condições essencial de verdadeira democracia». «Encontro de reflexão para quadros, não de mobilização de massas», assim foram definidas as Jornadas da JSD que mereceu intervenções de Helena Roseta («o assalto gonçalvista», segundo a expressão utilizada foi a tónica) e de Sá Carneiro a sublinhar o papel dos pais. Nas suas palavras: «Os pais agora mais avisados e despertos para as realidades, deverão, também eles, não deixar de colaborar no sentido de um ensino mais válido e actuante».

Três problemas preencheram as jornadas. No primeiro («Análise dos movimentos estudantis desde o 25 de Abril») foi afirmado por um elemento da JSD, nova de dois anos, com tradições apenas após o 25 de Abril: «A JSD lutou contra a ditadura antes do 25 de Abril». O segundo tema, versaria «uma política social democrata para o ensino». Finalmente, seria definida «a estratégia estudantil na situação actual».

BIOESTATÍSTICA: «NÃO» AO EXAME

PORTO, 18 — A realizado do teste de Bioestatística para o 1.º ano de Medicina marcado pelo MEIC, para o sábado passado, não se chegou a realizar por decisão dos estudantes. Para o efeito formaram-se piquetes. O boicote dos estudantes parte do considerando que durante o ano não se registaram condições pedagógicas para a avaliação de conhecimento da cadeira de Bioestatística, essencial, sublinhe-se a verdade do que se passa nas escolas, num grande encontro nacional de delegados democraticamente eleitos em todo o país» — escreve o Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa em comunicado enviado a todos os professores e na sequência da manifestação levada a efeito no passado dia 12 e que redundou num êxito da classe.

«Preparemos juntos, desde já, uma concentração nacional dos professores de todo o país imediatamente a seguir ao encontro onde fique bem expressa a nossa vontade de alcançar a satisfação das nossas reivindicações» — propõe-se o sindicato.

SINDICATO PROPÕE CONCENTRAÇÃO NACIONAL

AULAS EM ARQUITECTURA

PORTO, 18 — A actividade escolar do ano lectivo de 76/77 do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, tem início, esta noite, às 21 e 30,

MARIA VITÓRIA

TELEF. 36 17 40

Não aconselhável a menores de 18 anos

GRANDE ÊXITO!

● MAIS UMA GRANDE REVISTA NO TEATRO DOS GRANDES ÊXITOS!

HOJE ● 2.ª FEIRA E TODOS OS DIAS ● 2 SESSÕES ● Às 20.30 e 22.45 h.

ADQUIRA JÁ O SEU BILHETE!

A NOVA E SENSACIONAL PLURALIREVISTA

Original de HENRIQUE SANTANA CÉSAR DE OLIVEIRA, ROGÉRIO BRACINHA e AUGUSTO FRAGA com música de JOÃO VASCONCELOS, JORGE MACHADO e TOZÉ BRITO

HENRIQUE SANTANA

SALVADOR e IVONE SILVA

LÍGIA TELLES

A ATRACÇÃO NACIONAL FÁTIMA CALDEIRA E A JAPONESA YUKIE

AS MARCAÇÕES RESPEITAM-SE ATÉ ÀS 17 HORAS

CARLOS GONÇALVES HERMAN JOSÉ ★ IGOR SAMPAIO

Uma produção de CENA — ESPECTÁCULOS TEATRAIS, LDA.

LUÍS MÁRIO
ODETE ANTUNES
AIDA GOUVEIA
LINA MORGADO
GINA MARQUES
VANDA LIMA
NANI
ANA MARIA
M. QUINTELA

UM GRANDE CORPO DE BAILE!

post scriptum

Uma assistência que não assiste a ninguém

No «Diário da República» de 6/10/76, II Série, n.º 234, foi inserido um despacho ao abrigo do disposto no artigo 201.º do Decreto-Lei n.º 45 266, de 23/9/63, pelo qual é determinado o processo de baixa a conceder pelas unidades médico-sociais.

Compreendendo a motivação de tal decreto (todos estamos lembrados da áspera censura proferida pelo Primeiro-Ministro quando do seu discurso de 9 de Setembro último, muito concretamente no que se referia ao uso e abuso de alguns trabalhadores que, recorrendo a baixas consecutivas, constituiam, por tal motivo, crescente preocupação pelos reflexos negativos na economia nacional) não deixo todavia de ver no seu conteúdo mais um pesado contributo que os trabalhadores, na sua generalidade, terão que sofrer, e neste caso à custa da própria saúde, tornando-se vitimas da ignorância de algumas entidades que nunca pisaram uma sala de espera dos postos da Previdência, nem tiveram, felizmente para eles, de se submeter à burocracia anacrónica de uma assistência que não assite ninguém.

Como se pode condicionar um doente a tempo de baixa, com base em artigos que nada têm a ver com o sofrimento físico de qualquer cidadão, aumentando-o até, com penosas morosidades em virtude de uma disciplina férrea, quando seria mais simples reconhecer que as estruturas dos serviços médico-sociais estão de tal modo deterioradas que só uma revisão interna, a partir das bases aos próprios quadros, poderá contribuir para o sanar de problemas que tanto afligem o nosso Governo.

Que se passa com um beneficiário dos referidos serviços ao necessitar de recorrer aos mesmos? Vejamos: — Em 1.º lugar dirige-se ao posto que lhe está afecto, onde aguardará ser atendido por um clínico que, «à priori», tem já o seu limitado tempo de trabalho superlotado por mais de uma dezena de doentes que, numa promiscuidade ruidosa, desabafa em impropérios violentos queixas de que ninguém faz caso.

Não bastando já os males de que são portadores, fomenta-se em torno dessa quase vintena de enfermos uma tensão nervosa, que lhes proporciona, a maior parte das vezes, ver deturpada a motivação do seu estado patológico.

Entretanto o beneficiário é chamado para a consulta. Verifica-se então o seguinte: se é doente habitual, o médico inteira-se da evolução dos seus sintomas enquanto a mão lépida vai já escrevendo novo receituário, que entregará com um desejo de boas melhoras. Se, pelo contrário, o individuo em questão ali entra pela primeira vez, poderá obter cerca de meia hora para fazer o historial e submeter-se a observação clínica.

Na maioria dos casos, e porque existem médicos, muitos até, que ao longo da sua carreira não esqueceram o juramento do fim de curso, ele, doente, sairá do gabinete com umas tantas credenciais as quais darão lugar a análises, radiografias ou outros exames (tão caros que a Caixa os não poderá suportar) julgados necessários para diagnóstico preciso.

Encaminhando para a respectiva dependência é ali informado que tal radiografia só terá lugar dali a três ou mais meses, que a análise requerida será enviada para o posto no prazo mínimo de três semanas, etc., etc., etc...

Desanimado, o candidato a defunto pensa e repensa na sua desdita, hesita em entregar os papéis que lhe tremem nas mãos e subitamente volta as costas à indiferença social, decidido a não cometer suicídio. O País necessita do seu esforço diário, a família do seu braço de trabalhador.

Procura então um médico particular sujeitando-se, como é lógico, ao seu critério de honorários. Faz os exames a tempo, horas e dinheiro. Melhorou. Sente-se feliz porque se não deixou morrer paulatinamente. A ensombrar essa euforia a angustiosa realidade do dinheiro dispendido.

Lembra-se, porém, que tem direito a um subsídio a conceder pelos serviços médico-sociais. Escreve uma cartinha, junta documentos comprovativos e aguarda um ano, ou mais, para encontrar na sua caixa postal um aviso de crédito de 300$00 ou 400$00, subsídio que nem chega a 5 por cento sobre o quantitativo arrancado à custa de sacrifícios inomináveis do seu vencimento mensal.

Dirão as entidades competentes que os hospitais existem para assistir doentes. Assim é, de facto, mas só em último recurso. A propósito, o sr. dr. Mário Soares teve oportunidade de visitar o Hospital de S. José. Como eu gostaria de saber o que sentiu o referido senhor ao observar, **in loco**, aquele casa de horrores!

Reportando-me ao início desta carta, ocorre-me fazer uma pergunta:

— Quem concede baixas indiscriminadas? Com razão ou sem ela? É o trabalhador, com a sua dialéctica a convencer o médico, ou é este, que despreza a oportunidade de exercer dignamente a sua profissão, providenciando, em consciência, justificação para a prescrever?

Este decreto-lei, embora não totalmente, é contraproducente para nós, utentes dos serviços médico-sociais, porque aos nossos olhos já desconfiados por experiências passadas ou recentes, desautoriza um profissional qualificado, que deve, psicologicamente, exercer sobre o doente um ascendente no sentido de lhe insuflar confiança na sua competência e humanidade. Sujeitar um individuo a uma junta médica, à aprovação de um médico chefe e a tudo o mais que se decretou, não resolve o problema dos preguiçosos.

Bom seria estruturar uma Previdência que provesse às necessidades reais dos muitos doentes deste País, dotando-os de serviços funcionais.

É para isso, que nós, trabalhadores, pagamos mensalmente.

Maria Alice Leitão
— LISBOA

IRÃO: MITOS E REALIDADES

1. A "GRANDE CIVILIZAÇÃO"

ERIC ROULEAU

TEERÃO — Centro do poder da riqueza do império dos Pahlevi, a capital iraniana, à imagem de uma sociedade em plena mutação, está minada pelas suas próprias contradições. Ela é o reflexo de um país que tenta velozmente tomar o seu lugar no século XX. É o reflexo de um sistema económico ainda aparentado com o «capitalismo selvagem» que outrora existia na Europa; de um desenvolvimento real mas desigual, por vezes anárquico, que dá ao mesmo tempo origem à opulência e à miséria.

O novo aeroporto, moderno e funcional, as largas avenidas com orgulhosos «buildings» de fachadas de mármore e vidro, os sumptuosos hotéis americanos, os restaurantes e as «boîtes» de luxo poderiam enganar, à primeira vista. O visitante não tarda, porém, a descobrir, se se der ao trabalho de explorar o que todo o cenário esconde, que essa cidade tentacular, a mais vasta entre a Europa e o Extremo Oriente, com os seus 1200 quilómetros quadrados, também é constituida por bairros sórdidos, labirintos de ruas estreitas e de becos sujos e quase sem luz, às vezes sem electricidade nem água corrente.

A zona dos negócios, no centro da cidade, une (ou separa) dois aglomerados socialmente distintos. Nas altitudes frescas e verdejantes do Norte, ergue-se Chemiran, onde as residências sumptuosas dispõem quase sempre de piscinas de águas límpidas. Ao sul na parte baixa, onde não há esgotos, os canais arrastam um líquido espesso e opaco, que vem dos bairros ricos. Os cheiros nauseabundos misturam-se ao gosto acre do fumo das fábricas próximas. O céu não é o mesmo para todos, e aqui uma nuvem cinzenta de ar poluído esconde a abóbada azul que, no outro extremo da cidade, pertence aos privilegiados.

Os paradoxos — engendrados pela desordem em que a evolução económica decorre — também não faltam. A capital conta com uns novecentos mil carros particulares (apesar do seu preço exorbitante), mas não dispõe de uma rede de transportes digna desse nome. Enquanto as multidões esperam pacientemente a chegada de um hipotético autocarro, engarrafamentos monstros paralisam a circulação nas horas de ponta. O metropolitano — cuja construção foi confiada a uma empresa francesa — não estará terminado antes de dez ou quinze anos. O sistema telefónico também é particularmente defeituoso (os assinantes mudam de número várias vezes por ano), o que não impede que várias indústrias de ponta tenham material electrónico. «Boutiques» elegantes estão repletas de artigos de luxo importados do estrangeiro, mas os produtos de consumo corrente — como a carne, o arroz, os ovos, o queijo — faltam muitas vezes e só podem ser comprados por preços proibitivos no mercado negro.

DOIS POSTULADOS

Os desequilíbrios que caracterizam a economia iraniana provêm em grande parte da ambição dos dirigentes, que querem construir em pouco tempo uma economia tecnologicamente elevada e uma sociedade de grande consumo. O primeiro-ministro, Abbas Amir Hoveyda, dizia-nos há três anos, muito a sério, que dentro de trinta anos o nível de vida dos iranianos **será melhor do que o do Japão**, e que o império dos Pahlevi produzirá então mais aço do que toda a Europa reunida, mais do que a URSS antes de... 1983. Por seu lado, o xá diz constantemente que antes do fim do século fará do seu país **uma das cinco potências industriais**, e que **a grande civilização** que vai instaurar dentro de dez anos será um modelo, não só para todo o Terceiro Mundo, mas também para o Ocidente, cuja «degenerescência» deplora.

Esta segurança — que se acentuou depois do aumento do preço do petróleo em Dezembro de 1973 — baseia-se em dois postulados: tudo é possível quando se dispõe de meios financeiros; os lucros do Irão vão aumentar gradualmente. Persuadido de que o mundo industrial vai continuar a comprar o seu petróleo em quantidades e a preços sempre mais elevados, não tendo em conta a eventualidade — no entanto previsível — de um aumento correspondente dos bens de equipamento e consumo que o Irão terá de importar, o xá ordena em Agosto de 1974, a duplicação dos investimentos do quinto plano quinquenal em curso (1973-1978). Ele acha então que a economia pode absorver, sem problema uns 69 biliões de dólares, em vez dos 36 biliões inicialmente previstos. A medida parecia-lhe tanto mais razoável quanto ele previa um lucro de 102 biliões de dólares durante esse mesmo lapso de tempo.

Reza Pahlevi numa foto recente

Muitos peritos económicos não partilhavam esse belo optimismo. Mesmo na hipótese de os petrodólares continuarem a entrar com crescente intensidade, diziam eles, seria arriscado pensar que o capital pode ser o único factor determinante no desenvolvimento harmonioso de um país atrasado, e ilusório comparar o Irão com o Japão, país cuja industrialização se realizou no espaço de um século e, em condições muito especiais. Alguns conselheiros do xá sugeriram, em vão, a prudência de um ritmo de desenvolvimento controlado que poupasse ao país inevitáveis problemas de mão-de-obra, e infra-estruturas. O soberano explicou recentemente a um jornalista americano: **O segredo do êxito é seguir um caminho diferente daquele que os tecnocratas aconselham.**

MAIOR DEPENDÊNCIA DO ESTRANGEIRO

Três anos após o início do plano quinquenal, o Irão poderia estar a afastar-se do seu objectivo que é o de se transformar numa potência industrial que já não dependesse das receitas petrolíferas, cujo esgotamento é de prever antes do fim do século.

Para atingir tal objectivo, o império dos Pahlevi deveria industrializar-se o mais possível e vender ao estrangeiro produtos num montante pelo menos igual ao que actualmente lhe vendem os seus hidrocarbonetos. Ora as suas exportações não petrolíferas não só baixaram sensivelmente, mas ainda por cima, são constituídas por artigos tradicionais (como os tapetes) e produtos agrícolas (principalmente o algodão).

O ministro da Economia, Houchang Ansari, persiste em todo o caso em declarar que o Irão exportará nos cinco anos mais próximos, artigos manufacturados, produtos petroquímicos, aço e cobre.

Na sequência de um inquérito aprofundado efectuado no Irão, o «Economist» chegou a conclusões bem diferentes. O semanário britânico, citando especialistas, acha que serão necessários dez anos para que a produção do cobre baste para o consumo interno, que o Irão vai continuar a importar aço, provavelmente até ao fim do século, e talvez mesmo até mais tarde. O mesmo acontecerá, segundo o «Economist» com a indústria petroquímica que este ano não produzirá, apesar dos impressionantes complexos já em funcionamento, mais de metade das 800.000 toneladas de adubos de que o país necessita. Quanto às indústrias «ligeiras» — na sua maioria de transformação ou de montagem — nem sequer conseguem satisfazer a procura local. Esta está em constante aumento devido ao frenesi de consumo que atacou a nova burguesia.

Os observadores são unânimes em achar que a fraca produtividade dessas indústrias, os seus elevados custos de produção e a qualidade relativamente medíocre dos seus produtos, reduzem singularmente a sua competitividade nos mercados mundiais. A tarefa dos exportadores iranianos não é facilitada pelas barreiras aduaneiras dos países vizinhos, que também aspiram à industrialização. Se é certo que o mercado interno iraniano é demasiado limitado para assegurar a rentabilidade a longo prazo da grande empresa, a preocupação de certos economistas iranianos e estrangeiros não é sem fundamento, apesar do aumento da produção industrial.

É certo que o Irão, longe de conquistar a sua autonomia, aumenta a sua dependência do estrangeiro. De facto as suas importações quintuplicaram no espaço de três anos. Essas compras maciças teriam justificação se servissem essencialmente ao desenvolvimento da economia. Mas a verdade é que os observadores estrangeiros acham que essa progressão espectacular das importações deve-se menos à compra de bens de equipamento (29 por cento das importações, excluindo o armamento), do que à aquisição de artigos de luxo ou de consumo corrente. A estagnação da produção agrícola fez do Irão — que, nos anos 60 podia alimentar a sua população — um grande importador de alimentos.

A invasão de mercadorias estrangeiras teve outra consequência: o atravancamento de portos, aeródromos, estradas e vias férreas.

É vulgar que centenas de camiões façam bichas de 5 a 10 quilómetros na fronteira turco-iraniana. No fim do ano passado, quatrocentos navios esperavam a sua vez para desembarcar os seus carregamentos nos pórtos de Khoramshar e Bandar-Shapour. Os prazos de descarga (em média 5 meses) já custaram aos importadores, em 1975-76 mais de um bilião de dólares, entregues como compensação às companhias de navegação, devido à imobilização dos seus navios. A isto poderiam acrescentar-se os prejuízos incalculáveis que as empresas sofrem quando não podem receber o material ou as matérias-primas a tempo, e também as perdas devidas à destruição de milhares de toneladas de produtos alimentícios, perecíveis a curto prazo, mantidas durante meses em portos e aeródromos, por falta de meios de transporte.

Seria decerto mais fácil eliminar este engarrafamento do que ultrapassar a penúria, muito mais grave, de mão-de-obra qualificada. Esta falta cruelmente num país, onde 60 por cento da população é analfabeta e onde as mentalidades ainda não se adaptaram à era industrial. Por outro lado, uma parte das elites prefere expatriar-se por razões políticas.

A euforia terá sido de curta duração. Pouco mais de um ano após o aumento do custo do petróleo (em Dezembro de 1973), a venda desvantajosa dos hidrocarbonetos nos mercados ocidentais levava o Irão a reduzir a sua produção e depois os seus preços.

(c) — «Le Monde»

Nacional

A PROPOR NO CONGRESSO DO P.C.P.

Medidas de emergência para enfrentar a crise nacional

«E possível salvaguardar e salvar a democracia. É possível evitar o descalabro económico e o colapso financeiro. Mas para isso é essencial que sejam tomadas medidas urgentes» — afima o PCP nas teses para o seu VIII Congresso, num anexo intitulado *«Medidas de emergência para a defesa e consolidação da democracia e da independência nacional»*.

Divididas por quatro capítulos — *Para a defesa das liberdades e da ordem democrática, Para o reequilíbrio económico e financeiro, Para a melhoria das condições de vida do povo e Para a consolidação da independência nacional* — as medidas propostas pelo PCP partem da constatação de que «o novo regime democrático atravessa uma fase de difícil consolidação», patenteada na ausência de «uma situação democrática em todo o território», em «atropelos e limitações às liberdades», na «ofensiva reaccionária contra os direitos dos cidadãos» e na «incapacidade do Governo de dar resposta aos graves problemas que o País defronta». As cento e quinze medidas apresentadas constam apenas do seu enunciado, como ponto de partida para a discussão na base do partido e abertura e desenvolvimento no Congresso.

«Não é com uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, que se poderá reanimar a economia, restabelecer o equilíbrio financeiro e caminhar para uma nova época de desenvolvimento» — avisa o PCP na introdução às «medidas de emergência», alertando ainda:

«As liberdades defendem-se, defendendo as outras grandes conquistas da revolução — as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário.

«A reanimação económica e o reequilíbrio financeiro podem alcançar-se, não no caminho da recuperação rapitalista, agrária e imperialista, mas no caminho do socialismo, consagrado na Constituição».

MEDIDAS CONCRETAS

Partindo do princípio de que «a primeira grande tarefa que se coloca às forças democráticas e ao povo português é a defesa das liberdades contra aqueles que querem liquidá-las ou limitá-las» e definindo as ameaças que pesam como partindo da reacção conspiradora assim como da «política de *regulamentação* que o Governo anuncia», o PCP propõe numerosas medidas concretas, entre as quais o *afastamento de fascistas e reaccionários dos postos-chave; processos disciplinares e afastamento das suas funções dos magistrados que com manifesta parcialidade ao serviço da reacção usam dos seus poderes para absolver e libertar assassinos e terroristas confessos, legislação para impedir a monopolização dos órgãos de comunicação social; garantia da independência e liberdade dos sindicatos e do movimento sindical; unidade sindical na central sindical única, a Intersindical; e a declaração da inconstitucionalidade das «regulamentações» das liberdades e direitos* (direito à greve, liberdade sindical, controlo operário, comissões de trabalhadores, etc.)».

Quanto à «crise económica e financeira que a agravar-se pode conduzir a uma situação catastrófica e constitui perigo real e iminente para o regime democrático», reconhecendo que a situação «exige medidas urgentes tomadas numa perspectiva progressistas», é apresentado um conjunto de ciquenta e sete acções dispersas por quatro subcapítulos: *Política financeira, Política industrial, Política agrária e Política comercial.*

Como nota dominante das *«medidas de emergência»* nestes quatro sectores, destaca-se o apoio previsto para pequenos e médios produtores e pequenas e médias empresas (comércio, indústria e agricultura), além da necessidade de reforçar o *controlo operário* e consolidar as *unidades colectivas de produção* e as *cooperativas*.

Focando a questão do *orçamento* aponta-se para a redução de despesas não essenciais ou que influam na balança de pagamentos, sendo esta, por seu turno, sujeita à elaboração de um *orçamento cambial, ao controlo efectivo dos movimentos de capitais, à captação da poupança dos emigrantes e à promoção turística.*

As medidas de *Política agrária* elaboradas pelo PCP passam ainda pelo «alargamento progressivo a todo o território nacional do limite máximo das explorações agrícolas e privadas», pelo «arrendamento compulsivo das terras incultas ou subaproveitadas», pela «aplicação das *leis de arrendamento rural* e pela extinção dos *foros* e a restituição *dos baldios* às populações».

Finalmente, entre sete medidas de *Política comercial* propostas, a última foca os acordos com o Mercado Comum, «tendo em conta o nível de desenvolvimento da economia portuguesa», o «desenvolvimento das trocas com os países socialistas, com Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e com os países do chamado Terceiro Mundo».

MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA

«Uma política de reanimação económica na perspectiva do socialismo não exclui, antes implica, o melhoramento das condições de vida material das classes laboriosas do País, a luta bem sucedida contra a miséria, o obscurantismo e a doença, o desenvolvimento da cultura e da ciência ao serviço do povo» — salientam as *«medidas de emergência»* do PCP na introdução ao seu penúltimo capítulo; *Para a melhoria das condições de vida do povo.*

Focando a *«situação dos trabalhadores»*, propõe o PCP: «aumento de salários; actualização de subsídios; garantia do direito ao trabalho; aumento das pensões de reforma; gestão democrática da Previdência; contenção dos preços de géneros de primeira necessidade e das rendas de casas; aplicação do princípio de «para trabalho igual, salário igual» (caso das mulheres); protecção dos direitos da mulher; uniformização das regalias dos trabalhadores da função pública; descongelamento dos salários dos quadros técnicos com fixação de aumentos máximos; melhoria das condições de vida dos trabalhadores retornados; fixação de rendas de casa em função dos rendimentos familiares; electrificação rural; construção e melhoramento de escolas, estradas, caminhos, redes de esgotos, abastecimento de águas, instalação de pontos médicos e centros culturais».

No sector da *Saúde*, entre oito medidas indicadas, salienta-se a da «racionalização e controlo da produção e comercialização dos produtos farmacêuticos», enquanto no sector do *Ensino* se visa a «erradicação do analfabetismo, a reforma geral do sistema escolar e a elevação para oito anos do ensino básico». Nove outras medidas são ainda veiculadas para a *Cultura* e a *Investigação científica e tecnológica*.

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

«A defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da revolução é inseparável de uma política nacional independente.

«A política de recuperação capitalista e agrária caminha a par da entrega e submissão ao imperialismo estrangeiro.

«Na realidade portuguesa, democracia, socialismo e independência nacional são inseparáveis».

Esta a introdução ao último capítulo das *«medidas de emergência»* do C intitulado *«Para a consolidação da independência nacional»*.

Como «princípios gerais» aponta o PCP para a «observância reigorosa, nas relações com os outros Estados, dos princípios de igualdades, respeito pela independência nacional, pelos interesses mútuos e não ingerência nas questões internas», a par da «defesa firme e intransigente da independência nacional, tanto no plano político e diplomático, como no plano económico e militar» e do «prosseguimento de uma política de paz contra a reactivação da guerra fria e contra qualquer política ou iniciativa de opressão ou lesiva da liberdade e independência dos povos».

No que se refere às *Relações externas*, as medidas prevêem o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países capitalistas, mas sem que os acordos que se podem fazer com o Mercado Comum impliquem a adesão ou a integração económica ou política e ainda sem que a permanência na NATO envolva qualquer reforço da participação militar ou de bases estrangeiras em território nacional.

* Milhares de cobertores *

Campanha de Outubro

NA

JOFRAMA

AO PREÇO DE FÁBRICA E EM ALGUNS CASOS AINDA MAIS BARATO, VAMOS VENDER MILHARES DE COBERTORES, E NÃO SÓ, COMO ABAIXO PROVAMOS!!!

Cobertor Luxo veludo estampado 1.350$
Pijama Turco Senhora 295$
Cobertor casal Double Face 199$
Robes Felpudos Senhora 395$
Mantas-Cobertor Enormes 745$
Cobertor Fibra quentíssimos 495$
Cobertores de Veludo Lindos Padrões 1.195$
Pano Estampado 2, largura 59$
30.000 Cintas Elásticas Senhora e Criança 20$
Collants Ninita finíssimos 15$
Jogo Banho 5 peças 199$
Lençóis Flanela Riscas 1,40 99$ 1,8 138$ 2, 155$
Pijama Turco Unisexo 199$
Iguais para Criança 89$
Pano Estampado 2, Padrões Italianos 85$
Manta Linda Casal 495$
Almofadões iguais 29$
Casacos Dormir Senhora 115$
Jogo Cama Estampado 2 lençóis 2,x2,8 595$
Jogo Banho Veludo 5 Peças 398$
Toalhas Rosto Bom Turco 39$
Jogo Banho San Remo 245$

Milhares de peças de pano para lençol, brancos, cores e lindos padrões estampados exclusivos a preços mais baratos que nas fábricas

SOMOS O REI DOS PANOS DE LENÇOL

SEDE — RUA DOS FANQUEIROS, 226 - 232 (frente à Rua da Assunção)
FILIAIS | RUA JOÃO DAS REGRAS, 4 - B (junto à Praça da Figueira)
| RUA DA MADALENA, 203 - 217
Telefones: 86 28 99 - 87 21 56 - 87 33 40 - 86 85 72 - LISBOA - 2

MANDAMOS À COBRANÇA PARA TODO O PAÍS E ILHAS

NOSSO LEMA É VENDER QUALIDADE

JOFRAMA - O ARMAZÉM DOS PREÇOS DE FAMA

Cobertores aos milhares *

Grande campanha de cobertores

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/19133, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Branca, concelho de Albergaria-a-Velha de modificação, com diminuição de comprimento de 87 metros, da linha aérea a 15 kV, para o Posto de transformação de Caima Pulp C.ª Lda., sendo alterado o tracado entre o apoio de derivação — que passa a ser o n.º 2 da linha para o Posto de transformação da Central Hidro-Eléctrica do Palhal — e o apoio n.º 3 que passa a ter o n.º 2.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Setembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58152, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Castelões, concelho de Vila Nova de Famalicão, de uma linha aérea a 15 kV, com 177 metros, do apoio n.º 10 da linha de Guimarães ao Posto de transformação de Francisco Ribeiro, Filhos, Lda. no lugar de Agrelo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Setembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/56141, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar, de uma linha aérea a 15 kV, com 61 metros, do apoio n.º 2 da linha para o Posto de Transformação de Rio Tinto da Câmara Municipal de Gondomar ao Posto de transformação da «CP — Rio Tinto», da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2º de Setembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

Nacional

NUM PLENÁRIO EM ALCÁCER DO SAL

Exigida a consolidação da Reforma Agrária

Cerca de três mil trabalhadores das cooperativas agrícolas do distrito de Setúbal reuniram-se neste fim-de-semana, em Alcácer do Sal junto à Praça de Touros, a fim de discutirem alguns dos problemas cruciais para o avanço da Reforma Agrária. As diversas intervenções que ao longo do plenário tiveram lugar incidiram sobre a lei das expropriações que o Governo deve fazer cumprir, salientando-se a pouca importância das desocupações para o processo. No distrito de Setúbal apenas 9 herdades foram reclamadas pelos agrários o que representa uma área estimada em 2 mil hectares. Faltam no entanto expropriar precisamente 6832 hectares. O papel da CAP, como força de pressão dos partidos da direita, também foi focado pelos operários agrícolas, sindicalistas e pequenos agricultores que usaram da palavra.

Começou por falar Raposo, membro da Comissão de Trabalhadores da Cooperativa «Primeiro de Maio», da Gâmbia, e indivíduo ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Setúbal que se referiu aos 500 e tal mil hectares que estão sujeitos à expropriação. *Venham eles,* gritaram os trabalhadores que ouviam atentamente o orador. Raposo salientou ainda a necessidade de os trabalhadores se manterem unidos, melhorarem as técnicas e aumentarem a produção. *Há que ter cuidado com as exigências salariais neste momento e evitar cair na histeria de direita com capa de esquerda.*

Um representante do Sindicato dos Ferroviários do Distrito de Setúbal esclareceu o plenário sobre as manobras daqueles que apoiam a «Carta Aberta». Mais uma vez se acentuou a importância da unidade. *Há dois partidos: o dos explorados e o dos exploradores.*

Delegados dos Sindicatos dos Metalúrgicos e da Construção Civil abordaram o mesmo assunto.

Os participantes do plenário ouviram com especial atenção as palavras de Frotas, da União de Cooperativas de Grândola (anda em formação), um pequeno agricultor que aderiu ao processo da Reforma Agrária. ela sinceridade das suas afirmações e o tom em que as proferiu, Frotas conseguiu animar o plenário que estava a cair numa certa monotonia.

Para falar dos pequenos e médios agricultores tenho de contar o que eu tenho passado. São uns homens que têm tido grandes fadigas. Que sabem trabalhar a terra com as suas mãos. Alguns juntaram-se à CAP, mas é preciso trazê-los para o nosso lado. Referiu-se, depois, aos seareiros *que têm morrido nas mãos dos grandes agrários.*

Frotas terminou dizendo que a Reforma Agrária era deles e portanto tinham de lutar para a sua consolidação.

Várias moções iam chegando à «mesa», improvisada, sobre um reboque da cooperativa agrícola « rimeiro de Maio». Como quadro de fundo ficava o edifício da Sociedade anificadora do Sado. Foram, portanto, lidas moções dos trabalhadores da ECA (Fábrica de Concentrados de Alvalade do Sado), das cooperativas « assos de Lenine», «Fidel Castro», «Vitória Mourisca», «Estrela Vermelha» e outras. Todas elas batiam na mesma tecla: *o apoio a todas as resoluções tomadas no plenário e o repúdio pelas manobras dos fascistas do C. D. S. e seus lacaios da CAP.*

Seguiu-se uma outra intervenção. Desta vez esteve a cargo de candeias, elemento do Secretariado da União de Cooperativas «Seara Vermelha» que assinalou: *Muito se falou nos jornais, televisão, rádio, ruas e cafés sobre as desocupações. Parecia que elas iam ser uma chuva de mel para aqueles que têm saudades do fascismo...* Agora mais ninguém pode vir dizer que temos terras para entregar. A Reforma Agrária *está correcta.* Ninguém pode dizer que há ocupações selvagens...*bem isso de as pessoas afirmarem que as terras são suas não passa de uma convenção criada pelos homens. Se foram os homens que criaram essa ideia também a podem desmanchar.*

Candeias referiu-se também ao Crédito Agrícola de Emergência à necessidade de lutar por um Crédito mais eficiente, mais rápido e sem juros tão elevados. *O Crédito para máquinas nem chegou a aparecer.* A questão dos intermediários foi, também, por ele focada. Avisou os trabalhadores para não se esquecerem do papel nocivo dos intermediários. *Comprar aos intermediários pelo justo valor não há problema mas vender-lhe os produtos está mal porque isso ajuda-os a sobreviver.* Numa passagem do seu discurso Candeias fez uma homenagem à União Soviética pela ajuda que têm dado à Reforma Agrária. Quinhentas toneladas de máquinas já é uma oferta considerável. Em contrapartida os países da Europa a tal Europa que está connosco «só tem dado elementos da CIA e dinheiro aos partidos que atacam os trabalhadores». A terminar dirigiu um apelo à mocidade no sentido de agirem politicamente e de se criarem quadros com sangue novo. *Devem despertar para a política e não pensarem só nas calças à boca de sino.*

Um representante da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores da Moita fez uma intervenção que tocou pontos bastante oportunos: o crédito para os pequenos agricultores que os *senhores da CAP exigem a sua extinção,* a maneira como os pequenos agricultores (por ignorância se deixam manipular pelos caciques), a fraseologia pseudo-revolucionária que ilude gente jovem, as medidas de austeridades decretadas pelo Governo que apenas servem para prejudicar os «pequenos». Não se deve exigir para alguns apertarem os cintos enquanto outros os alargam. *Não permitiremos que os senhores de Mercedes nos continuem a espezinhar* afirmou ao informar que os reaccionários da CA » tinham agredido em Canha três elementos da Liga de Pequenos Agricultores.

Finalmente foi aprovada uma moção que não publicaremos hoje por falta de espaço).

Braços no ar aprovam a moção de fundo

"POVO UNIDO" DE LISBOA

José Tengarrinha e Silva Graça encabeçam listas

Foi revelada este fim-de-semana a constituição das listas da Frente Eleitoral «Povo Unido» para a Assembleia e Câmara Municipal de Lisboa. A primeira, é encabeçada por José Tengarrinha e a segunda por Silva Graça.

A apresentação das duas listas foi feita durante uma sessão realizada na Academia de Santo Amaro, a qual foi presidida por Silva Graça e contou com a presença de numerosos representantes de muitas listas unitárias de freguesias de Lisboa.

Entre outros nomes incluídos nas listas contam-se Mário Bruxelas, Paulo Loureiro, Manuel Pedro, Caiano Pereira, João Cunha Serra, Eugénio Rosa, Rogério Fernandes, José Felicidade Alves, Artur Jorge, Luísa Amorim, Rogério Paulo e Graça Mexia **(Câmara Municipal)** e Jaime Serra, Mário Ruivo, Rui Carneiro, Oliveira e Sá, António Galhordas, Ernesto Cartaxo, José Luís Marques, Jaime Félix, Portela Santos, António Gonçalves, Marinha Coelho, Carvalheira Antunes e Joaquim Campos **(Assembleia Municipal)**.

No decurso da sessão da Academia de Santo Amaro representantes de listas unitárias de freguesias de Lisboa destacaram dificuldades com que têm deparado no cumprimento do complexo processo burocrático exigido, tendo ali mesmo solicitado o apoio cobertura jurídica da Frente Eleitoral «Povo Unido».

Insere-se, aliás, neste espírito o comunicado posteriormente emitido pela Comissão Eleitoral Unitária de Lisboa no qual «atendendo às dificuldades surgidas e sem alterar o espírito que as formou e constituiu», mandatam a respectiva CEU para «apresentar tais listas, nos locais onde não for possível fazê-lo sob outra forma, sob a sigla Frente Eleitoral «Povo Unido», o que facilita o levar até ao fim o processo em curso e em nada altera os objectivos de independência e ampla unidade de acção que as caracteriza».

LISTAS CONCLUÍDAS

«Em todo o País as listas promovidas ou apoiadas pela Frente Eleitoral «Povo Unido» estão praticamente concluídas e, ultrapassadas as formalidades legais, começam a ser entregues aos juízes das respectivas comarcas. Muitas dessas listas decidiram utilizar o suporte legal da frente para ultrapassar as dificuldades burocráticas» — anuncia um comunicado da «Povo Unido» emitido no sábado.

O comunicado, que começa por assinalar que «dentro de uma semana termina o prazo de apresentação das listas para as eleições para as autarquias locais», destaca as dificuldades que em diversos locais se deparam aos cidadãos eleitores para as freguesias, consequência sobretudo das exigências burocráticas previstas pela Lei Eleitoral. E o comunicado acrescenta: «Por um lado, a exigência da Lei (Art.º 23.º) que as denominações das listas propostas por cidadãos eleitores não contenham **nenhuma palavra** que faça parte da **denominação** dos partidos, coligações ou frentes legalmente existentes, e por outro, as pesadas formalidades burocráticas (reconhecimento de assinaturas, Bilhete de Identidade válido, certificados de eleitor, etc.) quase insuperáveis, sobretudo para os casos em que é necessário elevado número de proponentes, estão a criar, situações muito difíceis para numerosas listas democráticas.

«Estas dificuldades e a possibilidade de interpretações diferentes e, em muitos casos, excessivas da Lei que nas várias comarcas podem ser feitas e que podem levar à anulação de listas, exige grande cautela na sua apresentação.

«A Frente Eleitoral Povo Unido chama a atenção de todos os democratas e proponentes de listas unitárias em muitas para uma situação que pode, na prática, impedir a presença de listas unitárias em mu tas freguesias.

«A Frente Eleitoral Povo Unido alerta os proponentes dessas listas para que tomem em tempo útil as medidas necessárias, reafirmando a sua disponibilidade de servir de suporte legal para as listas promovidas por cidadãos eleitores, dublinhando ao mesmo tempo que tal facto não implica adesão à frente, e que as listas mantêm a sua total independência e liberdade de acção».

A formação de comissões unitárias mantém-se ainda. As últimas anunciadas são as do concelho de Sintra e as das freguesias de Cedofeita (Porto) e Argonchilhe, Caldas de S. Jorge, Nogueira da Regedoura, Sanguedo e S. Paio de Oleiros (Vila da Feira).

SAAL/NORTE

Trabalhadores respondem a um deputado do P.S.

PORTO, 18 — Face às afirmações do arquitecto Gomes Fernandes, deputado do S, numa recente sessão da Assembleia da República, os trabalhadores do SAAL/Norte, reunidos para apreciarem aquelas declarações, tornaram público um comunicado em que afirmam que «o novo tipo de ataque agora surgido é, de qualquer modo, surpreendente pela sua hipocrisia. A táctica agora é dividir os técnicos e trabalhadores do SAAL/Norte dos moradores e suas organizações. O argumento utilizado é (para além da habitual caça às bruxas do «envolvimento partidário)». A acusação dirigida aos técnicos e aos trabalhadores do SAAL/Norte de não terem sabido vencer as resistências, entraves e incompetências dos sucessivos Governos, da autarquias locais e de mais organismos públicos».

Sublinha o comunicado do SAAL que a este novo tipo de ataques há que responder com clareza e sem equívocos. Assim, afirmam: «O sr. arquitecto Gomes Fernandes falou do SAAL não para resolver os seus problemas nem para defender os interesses dos moradores pobres, mas apenas para dar largas às suas intenções partidárias de destruição de um projecto que tem obtido, sem equívocos, a confiança e apoio dos moradores pobres nele interessados (que se contam por centenas de milhar). A sua argumentação está profundamente marcada pelo período pré-eleitoral em que nos encontramos, e só por isso é que uma conhecida falta de apreço pelas organizações de moradores é, agora, camuflada oportunisticamente por uma defesa demagógica dos seus direitos e poderes de intervenção».

No passado dia 8, em plenário realizado na ESBAP, 40 Comissões e Associações de Moradores decidiram apoiar incondicionalmente um projecto-SAAL «que seja aquilo que as Comissões e Associações de Moradores querem, e não o SAAL que o 2.º Governo provisório criou», pelo que os moradores pobres aí representados, do Porto, Matosinhos, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Espinho demonstraram já» — refere o texto mais adiante, «que não confundem, nem deixarão confundir, as intenções ambíguas, limitadas e impopulares de quem criou o SAAL com todo o esforço, realização e projecto sustentados ao longo de mais de dois anos numa luta que uniu os moradores aos trabalhadores do SAAL/ /Norte.

Delegação da N.A.T.O. em Lisboa

Numa visita considerada de rotina encontra-se em Lisboa uma delegação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, NATO, chefiada pelo secretário-geral-adjunto do Planeamento e Política, W. Rumpord, constituída por 13 elementos do Secretariado Internacional daquela organização.

A delegação da NATO deverá ter encontros de trabalho com funcionários do Ministério da Defesa e do Estado-Maior-General das Forças Armadas, prevendo-se também que se desloque ao campo militar de Santa Margarida, onde está em curso a instalação da «Brigada NATO».

A delegação, que foi recebida à chegada a Lisboa, pelo contra-almirante Almeida d'Eça, deverá ainda inteirar-se pormenorizadamente da actual situação política em Portugal.

Guilherme Carvalho recordado

PORTO, 18 — A memória do grande antifascista Guilherme da Costa Carvalho foi lembrada durante uma sessão comemorativa da sua primeira prisão e o segundo aniversário da inauguração do Centro de Trabalho do P. C. P., na Rua D João IV, instalado na casa onde viveu aquele militante comunista, libertado pela PIDE, somente na altura em que estava iminente a sua morte.

A engenheira Virgínia Moura afirmou que a vida de Guilherme da Costa Carvalho «constitui uma das páginas mais vivas da história do Partido e da resistência em Portugal». Usaram, ainda da palavra o eng.º Oliveira Dias, Francisco Miguel (seu companheiro de prisão em Peniche e no Tarrafal) e Jorge Araújo que disse que a melhor forma de homenagear Guilherme da Costa Carvalho é lutar para que Portugal rume ao socialismo.

A.O.C. e P.C.P. (m-l) juntos

A Frente Nacional Democrática (AOC) vai concorrer em conjunto com o PC de P (m-l) e o jornal «O Proletário Vermelho», às eleições para as autarquias locais de 12 de Dezembro — foi anunciado no decorrer de uma conferência de Imprensa que se realizou na sede da AOC.

A participação da AOC no acto eleitoral, segundo foi revelado no encontro com a Imprensa, está subordinada ao programa geral «Pela Independência, pela Democracia, pelo Progresso Social», destinado a defender «a independência nacional, à democracia e o progresso social do povo português».

Foi tamb anunciado que a AOC rea anteontem a III Reunião do seu Conselho Nacional, no decorrer da qual se procedeu a «uma análise da situação actual caracterizada pela instabilidade gerada pelos sociais-fascistas, que continuam as suas tentativas de boicote à estabilidade da democracia em Portugal».

M.R.P.P. concorre

Um comunicado do M. R. P. P tornou pública a decisão deste agrupamento político de concorrer às eleições de 12 de Dezembro. Apresentará listas no maior número possível de freguesias e concelhos, embora considere (textual) que o acto eleitoral é um «estratagema» procurando «desviar a atenção do proletariado».

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITORIO DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO

Ontem, 14 de Outubro, os trabalhadores de escritório reuniram-se na maior Assembleia Geral de sempre, para deliberarem sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único — ANÁLISE DE ACTUAÇÃO DA DIRECÇÃO E DEFINIÇÃO DO COMPORTAMENTO DO SINDICATO NO PRÓXIMO CONGRESSO SINDICAL.

Face ao elevado número de trabalhores que enchia por completo o Pavilhão dos Desportos, ao equilíbrio das forças em presença, e tendo ainda em consideração que se observaram sócios com ambos os braços levantados, em momento de votação, o apuramento da vontade da Assembleia tornou-se difícil, senão mesmo impossível.

Foi num dos requerimentos pedindo a contra-prova por contagem do Conselho Fiscalizador, que este órgão do Sindicato propôs concretamente a auscultação à classe por voto secreto e directo em assembleia expressamente convocada.

Face à extraordinária aceitação desta proposta por parte de quase todos os presentes, aceitação reconhecida por uma prolongada e ruidosa salva de palmas, o habitual grupo provocador, adepto do braço no ar, mesmo para Assembleias numerosas como aquela, desencadeou uma acção de boicote, tendente a não permitir obter da Assembleia, a expressão da sua vontade.

O Conselho Fiscalizador, tomou ainda conhecimento por parte de alguns sócios, da presença na sala de indivíduos alheios ao Sindicato, o que confirma a intencionalidade do derrube de mesas de controlo no momento de maior afluência. O CONSELHO FISCALIZADOR

É TRISTE QUE AINDA HAJA QUEM USE DE TAIS GOLPES!

Nestas condições, e porque nos parece estar provada a dificuldade de condução de uma Assembleia com um número tão elevado de presenças, o Conselho Fiscalizador reafirma:

«Após ampla divulgação do Relatório de Actividade da Direcção, deverá ser feito um REFERENDO à classe sobre este Relatório, nos moldes semelhantes à auscultação feita para o acto eleitoral.»

RELATORIO DA ACTIVIDADE SINDICAL DA DIRECÇÃO DO SINDICATO DE 12.1.76 A 14.10.76

Nove meses após termos sido democraticamente eleitos pela classe para a Direcção do nosso Sindicato, eis que somos chamados a prestar contas da nossa actividade sindical.

Diremos àqueles que pediram esta Assembleia para analisarem a nossa actuação, e àqueles que o não solicitaram, mas que não deverão dispensar-se de o fazer, que nos prezamos de a nossa actuação se ter processado sempre bem às claras, sem manobras ou recursos a quaisquer encapotamentos, ao serviço dos trabalhadores, e apenas destes.

Não rejeitaremos os erros que em algum momento tivessemos cometido, mas também não é disposição desta Direcção permitir que caso os houvesse cometido, alguém pretenda deles servir-se para encobrir a grande e única razão de fundo que levou à convocação desta Assembleia Geral.

Foi num momento crítico da vida política e sindical que tomámos posse. Estava então o nosso Sindicato vinculado à manifestação do dia 17 de Janeiro, que se pretendia de repúdio contra o aumento do custo de vida e contra o congelamento da contratação colectiva. Não a apoiámos, não por conveniência com governos, mas porque os seus promotores empregando as habituais demagogias utilizavam os trabalhadores para combater a «política antioperária e antipopular do Governo» de então, escamoteando a responsabilidade daqueles que, em Governos anteriores, sabotaram o plano económico, facto que contribuiu fortemente para a crise que ainda no presente momento sentimos. Porque, embora repudiando o congelamento da contratação colectiva como na altura o fizemos, não vimos os promotores da dita manifestação insurgirem-se contra o congelamento «de facto» que o ministro Costa Martins praticou, ao «esquecer» nas gavetas da sua secretária contratos colectivos, como o da Construção Civil ou dos Metalúrgicos, por exemplo.

Foram muitos os momentos em que fomos chamados à reflexão e à participação, fizemo-lo sempre consequentemente e dentro das linhas programáticas da nossa proposta de acção sindical. Desde os actos bombistas e terroristas, às manifestações e paralisações, desde as libertações dos pides ao regresso de notórios fascistas, nunca deixou esta Direcção de tomar a posição que a nossa consciência de trabalhadores nos impunha, sempre que sentiamos o peso da ameaça pairar sobre as conquistas dos trabalhadores.

Ao longo dos Plenários de Delegados Sindicais, debruçámo-nos desde a questão da integração da Previdência no Estado, passando pela discussão da mais variada legislação, culminando os dois últimos plenários pela abordagem do Congresso Sindical.

Não devemos esquecer as tomadas de posição sobre o famigerado DROT do Ministério do Trabalho, Horário Nacional e Lei da Greve.

Período bem difícil, foi aquele que se seguiu ao descongelamento da contratação colectiva. A arrancada simultânea das muitas dezenas de contratos congelados por força de um decreto-lei e acumulada com aqueles que iniciavam a sua revisão, exigiu de todos nós um esforço total completo com o recurso à participação e colaboração de vários associados do nosso Sindicato.

Cabe aqui analisarmos um pouco a política de contratação colectiva a que por vezes nos querem sujeitar, sobretudo no campo das verticalizações, por elementos ditos defensores dos interesses dos trabalhadores!

É certo, que, se todos estamos empenhados na construção de uma sociedade mais justa, devemos pugnar para que as mais flagrantes situações de injustiça social sejam eliminadas. Mas esta eliminação passa muito concretamente pela correcção através de procurar alargar determinadas regalias sociais já alcançadas por alguns trabalhadores, aos que delas ainda não usufruiram nunca pela sua negação pura e simples. Passa também pela diminuição do leque salarial através da eliminação de categorias profissionais, criadas para permitirem uma melhor forma de exploração dos trabalhadores.

Para cúmulo, na luta que temos de levar a cabo com as associações patronais, para a negociação dos diversos contratos colectivos de trabalho, temos de nos bater pela manutenção de regalias e direitos adquiridos pela classe, contra aqueles que, em nome da classe operária, atropelam e atacam com intenções que facilmente se adivinham, os trabalhadores a quem fazem as propostas «unitárias»!

Ainda no campo da contratação, as nossas maiores apreensões vão para os muitos milhares de trabalhadores que não sendo ainda abrangidos por qualquer contrato de trabalho, vêem os seus salários e regalias sociais, regulamentados pela Portaria de Ordenados Mínimos. Vai para três meses que enviámos ao Ministério do Trabalho um projecto de portaria para revogar a mais que ultrapassada mas ainda em vigor P.O.M. Estamos fartos de ouvir que está a aguardar assinatura e despacho para publicação, iremos actuar sem mais demoras.

Para a política de verticalizações que o nosso programa de acção aponta, ainda não nos foi possível darmos satisfação ao seu cumprimento, não porque não estejamos na disposição de o fazer se for essa a vontade da classe do sector visado, mas por entendermos não estarem criadas as condições que permitam a sua concretização.

Afirmamos porém, não estarmos dispostos a seguir pisadas antecedentes, como por exemplo, a «verticalização» do sector do comércio retalhista.

Mais de nove mil trabalhadores de escritório «viram-se» transferidos para o Sindicato do Comércio, sem que o mesmo se encontrasse apetrechado técnica e humanamente para os poder defender. Mais grave ainda, foi que apenas o sector administrativo se viu verticalizado e nas diversas empresas a que pertencem, os trabalhadores continuam divididos por 10 e mais Sindicatos de profissão, pois os restantes sectores não foram verticalizados.

Dizemos não às pseudoverticalizações, dizemos sim à criação de sindicatos verticais por sectores de actividade económica.

Exemplos destes e como o da falhada tentativa de verticalizar o sector da construção civil «à força», repudiamos.

Também repudiamos e denunciamos, aqueles que, a pretexto da sua «despretenciosa» colaboração para o bom funcionamento e execução das diversas actividades sindicais, visam a recuperação do controlo que sobre o Sindicato exerciam, através de um auto-eleito «Secretariado» dos Grupos de Trabalho, para criarem um órgão paralelo à Direcção.

Opomo-nos firmemente a essas manobras, só haverá uma Direcção, a que a classe elegeu e que assim se manterá enquanto a maioria o entender.

Grande parte da nossa actividade é também dedicada *aos problemas que dizem respeito a conflitos de trabalho.* Despedimentos sem justa causa, saneamentos ideológicos, criação de condições para levar ao afastamento compulsivo de trabalhadores, recusa do cumprimento e aplicação de contratos colectivos de trabalho, etc., é uma azáfama de que o volumoso movimento de centenas de processos, o contencioso do nosso Sindicato, nos dá conta.

Para além das actividades e preocupações com que diariamente nos debatemos que são comuns na maioria dos sindicatos, tem a nossa actuação merecido particular atenção no que respeita aos problemas concretos do movimento sindical português, da sua estrutura actual, principalmente da Central Sindical — Intersindical.

Recordamos a todos os associados que o nosso programa de acção sindical já a anunciava como uma estrutura que primava pela antidemocraticidade, pelo monolitismo, pela actuação da actual linha de orientação político-sindical do seu órgão executivo, o secretariado da Intersindical.

Data a fundação da central sindical de 1970, quando então era difícil e perigoso o exercício de qualquer actividade sindical.

Tal dificuldade e perigosidade levava então os trabalhadores antifascistas a estarem unidos, independentemente das ideologias ou partidos que alguns pudessem pefilhar, permitindo essa unidade antifascista a construção da central sindical.

Quando finalmente, em 25 de Abril de 1974, a Intersindical pode passar da clandestinidade à luz do dia, foi alvo da gula e do aproveitamento político partidário que levou ao afastamento compulsivo de muitos trabalhadores democráticos e antifascistas que estiveram na origem da sua fundação.

Conheceu este autêntico assalto à central sindical o seu apogeu, aquando da realização do I Congresso da Intersindical, em Julho de 1975. Antes, houvera já uma questão que consideramos factor principal da divisão dos trabalhadores portugueses, a lei da unicidade.

Nesse I Congresso, que teve a fraca participação dos trabalhadores deste País, e através de uns estautos que «ninguém» discutiu e do qual algumas direcções presentes ao Congresso, tiveram conhecimento dele apenas meia hora antes do início dos trabalhos, se elegeu o secretariado da Intersindical.

Nesse I Congresso, fez-se a eleição de figuras e não de sindicatos para a composição do secretariado. É assim, que o Sindicato dos Escritórios, tem lá um representante que não é da actual Direcção, antes, pertenceu a uma Direcção cujo programa a classe não reelegeu.

Assim, perguntamos nós, que legitimidade tem para falar em nome dos trabalhadores, semelhante secretariado?

Esse I Congresso, realizou-se quando na maioria dos Sindicatos decorriam eleições e muitas das direcções então presentes não viram os seus programas de acção sindical reeleitos pelas respectivas classes, como por exemplo, a do Sindicato dos Escritórios.

Esse I Congresso, realizou-se quando na maioria dos Sindicatos decorriam ainda as Assembleias Gerais para aprovação dos novos estatutos, que, conforme o preceituado «unicitariamente» teriam de ser remetidos ao Ministério do Trabalho para apreciação e posterior publicação. Clara demonstração esta da Independência do Movimento Sindical Unicitário, face ao Governo!

Mas, acaso não foi esse mesmo Governo que conjuntamente com as mais gradas figuras de então, do Conselho de Revolução, presidiram à sessão de encerramento do referido Congresso numa clara e inequívoca demonstração de gratidão pelas benesses superiormente «conquistadas» pelos trabalhadores, como a lei da UNICIDADE?

Cremos não valer a pena determo-nos por mais tempo com considerações à «legalidade» do Congresso e à «legitimidade» do secretariado lá eleito.

Também não nos iremos deter sobre a análise da actuação deste secretariado, certos de que todos têm bem presentes o seu envolvimento nos momentos mais conturbados da política nacional e a asfixia com que brindou as lutas dos trabalhadores da Lisnave, TAP, Efacec, CCT, Metropolitano, etc...

Este comportamento levou à rejeição por parte de centenas de milhares de trabalhadores, da sua linha de orientação político-sindical, era a cisão «de facto» no movimento sindical português.

Como direcção de um Sindicato filiado na Intersindical, por força de uns estatutos que ainda se regem por princípios unicitários, já revogados, sabemos bem, quanto nos custou apostarmos na contestação no seio da central sindical, mas não estamos arrependidos, nem lamentamos nenhuma das nossas presenças, por vezes bem difíceis, nos seus plenários.

Para tentar corrigir o que verificámos e sentimos de errado, para que sejam criadas condições que permitam a construção da verdadeira Central Sindical Unica dos

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITORIO DO DISTRITO DE LISBOA

Trabalhadores Portugueses, Autónoma, Democrática e Independente, para evitar a institucionalização da cisão no movimento sindical português, para evitar percas irremediáveis que possam fazer perigar as conquistas alcançadas após o 25 de Abril subscreveu a nossa Direcção, um documento, uma proposta honesta de unidade, um apelo urgente, uma perspectiva nova que se abre no movimento sindical, a Carta Aberta.

Quais os princípios fundamentais que caracterizam a Carta Aberta?

Nós, voltamos a divulgar:

a) pela defesa da autonomia e independência dos Sindicatos;

b) pela defesa da democracia sindical;

c) pela defesa da unidade do movimento sindical.

A CARTA ABERTA, é, isto, tão-somente isto!

Quem a rejeita? Quem a ataca? Quem calunia os que a defendem? Em suma, quem verdadeiramente a TEME?

Nós, damos a resposta.

Quem se diz defensor da unidade dos trabalhadores mas não abdica de pretender continuar a impor a unidade padrão.

Quem tem dominado a actual estrutura sindical e não abdicará de continuar a exercer o seu controlo, mesmo que isso custe a todos os trabalhadores o mais elevado preço, a cisão!

Quem é incapaz de a discutir e a aceitar porque tem por norma uma prática antidemocrática.

Quem pretende fazer crer aos trabalhadors que a CARTA ABERTA é uma manobra da reacção e paternalmente os «avisa» que a mesma deve ser desmascarada e combatida.

E quem a APOIA?

Todos os trabalhadores verdadeiramente democráticos, seriamente empenhados na construção da unidade, honestos defensores do princípio de um CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PARA A CONSTRUCÃO DA VERDADEIRA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRATICA E INDEPENDENTE.

A Carta Aberta foi publicada em 27 de Abril de 1976. É hoje subscrita por algumas dezenas de direcções sindicais, apoiada por centenas de milhares de trabalhadores.

Hoje, como nós, as direcções sindicais que aderiram aos princípios nela contidos, são alvo de pressões no sentido dela se desvincularem a fim de que a Intersindical mais facilmente consiga levar por diante a realização de um Congresso, que passe o facto de o anunciar como aberto a todos os sindicatos, não será mais do que o II Congresso da Intersindical, pelo reforço da sua «unidade», pela «reestruturação» da actual Central.

Em Março do corrente ano, em Coimbra, o secretariado da Intersindical anuncia ir convocar novo Congresso para adaptação das estruturas à nova situação política.

Em Abril, iniciam-se conversações entre o secretariado da Inter e algumas direcções que o contestam para a realização dum 1.º de Maio unitário. É para nós fundamental, a vinculação por parte do Secretariado ao anunciar publicamente a convocação de um Congresso de todos os Sindicatos filiados e não filiados na Intersindical, condicionámos a nossa participação no 1.º de Maio, a esse facto. Assim aconteceu.

Têm lugar desde então até 16 de Agosto passado, reuniões entre o secretariado da Intersindical e os Sindicatos que integram a Comissão de Redacção da Carta Aberta que visam a criação de plataformas de entendimento que permitam avançar na realização do Congresso.

A 16 de Agosto surge uma divergência que resulta numa situação de impasse. A Comissão de Redacção da Carta Aberta, defende o princípio de que a presidir a convocação do Congresso terá de haver uma Comissão Nacional Organizadora cuja constituição deverá ser paritária, isto é, que na mesma deverão estar integradas todas as correntes de opinião existentes no movimento sindical portugues, sem que, qualquer que seja a corrente, alguma detenha sobre as restantes, uma situação de hegemonia. Isto, por forma a dar a todos os trabalhadores, a todas as direcções sindicais, garantias de democraticidade, indispensáveis para que ninguém verdadeiramente interessado na unidade se permita rejeitar o Congresso por suspeita de qualquer manipulação.

Argumentando aritmeticamente estar em maioria no movimento sindical, o Secretariado da Intersindical, rejeita o princípio da paridade!

Porquê? Se a Comissão Nacional Organizadora tem apenas como tarefa a preparação e convocação do Congresso, porque receá-la?

Se o Congresso for verdadeiramente democrático, a maioria de que se autoproclama o secretariado da Intersindical, terá necessariamente que se reflectir nos resultados desse Congresso!

Será a falta da certeza de estar mesmo em MAIORIA no movimento sindical, que leva o secretariado da Inter a recusar o princípio da paridade?

Mas se a paridade for rejeitada, terão os trabalhadores garantias democráticas para a participação no Congresso?

Aquando da situação de impasse, em 16 de Agosto, propôs a Comissão de Redacção da Carta Aberta o seguinte:

— A maioria dos trabalhadores não sabe o que se passa em relação ao Congresso, vamos à televisão fazer um debate, mesas-redondas nos órgãos da comunicação social, demos conhecimento aos trabalhadores desta divergência de fundo que nos impossibilita de avançarmos após o que poderemos promover plenários nos locais de trabalho e Assembleias Gerais nos Sindicatos, a fim de que eles se possam pronunciar sobre esta questão.

A nossa proposta, é como se pode verificar, uma proposta para que se discuta primeiro e se eleja depois consoante a vontade expressa pelos trabalhadores.

A Intersindical recusou os debates por considerar que os órgãos da comunicação não estão ao serviço dos trabalhadores e o capital não recorre a eles para dar a conhecer aos trabalhadores que não está de acordo.

Assim, em 4 de Setembro, numa Reunião Geral de Sindicatos foi eleita uma comissão organizadora constituída maioritariamente por direcções sindicais que lhe são afectas e está agora a promover plenários nas empresas com os trabalhadores, já foi à televisão e outros orgãos da comunicação, pois pelos vistos já não os teme e eram infundados os seus receios.

Esta conduta envolve uma MANOBRA que urge denunciar. A preocupação do secretariado da Inter é bem evidente, executando por ordem inversa a nossa proposta, isto é, eleger primeiro e discutir depois, que segnifica senão pretender manobrar a seu bel-prazer o proximo Congresso?

Poderá acontecer que consiga levar por diante os seus intentos.

Esta Assembleia Geral foi convocada para tentar a desvinculação da direcção do nosso Sindicato da CARTA ABERTA e a consequente integração e adesão ao II Congresso da Intersindical. Sim, II Congresso, pois este não é o preconizado por quem está verdadeiramente empenhado na Construção da Unidade.

Qualquer que seja a deliberação desta Assembleia Geral, em relação ao próximo Congresso, que teremos de cumprir, com a CARTA ABERTA iniciou-se um processo que é irreversível e as perspectivas apontadas na mesma não deixarão de continuar a merecer o incondicional apoio desta Direcção e de centenas de milhares de trabalhadores, que estamos certos, acabarão por conseguir concretizar na prática os princípios nela contidos:

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DOS SINDICATOS

DEMOCRACIA SINDICAL

UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL

POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE, SOB OS PRINCÍPIOS DEFINIDOS E DEFENDIDOS PELA CARTA ABERTA, É A PROPOSTA QUE A DIRECÇÃO FAZ NESTE MOMENTO A ESTA ASSEMBLEIA

A DIRECÇÃO

COMUNICADO

Realizou-se ontem, dia 14.10.76 uma Assembleia Geral Extraordinária, que contou com a presença de largos milhares de trabalhadores.

Dado o declarado boicote à mesma pela força afecta à Intersindical, que culminou com a tentativa de agressão física e graves ameaças à Direcção e Mesa da Assenbleia Geral, viu-se esta obrigada, por não estarem aseguradas condições mínimas de segurança ao prosseguimento da Assembleia, de dar a mesma por encerrada.

Através de contactos telefónicos de associados e também de alguns órgãos da comunicação social, constatamos estar a ser alvo de graves especulações, em nada correspondentes à verdade, a forma como decorreu a Assembleia Geral de ontem.

Para repor a verdade dos factos, de que, aliás, vários milhares de trabalhadores são testemunha, a Direcção do Sindicato informa todos os trabalhadores:

— Tendo surgido contestações na contagem de uma votação por parte de um sector da Assembleia, surgiu um pedido de contraprova a realizar pelo Conselho Fiscalizador.

Atendendo à dificuldade de contagem nominal dado o número elevadíssimo de presenças e a própria estruturação da sala, entendeu o Conselho Fiscalizador ser extremamente difícil, mesmo impossível, fazer tal contagem correctamente, pelo que propôs que tal viesse a ser feito no mais curto espaço de tempo por referendo à classe, o que mereceu da parte dos trabalhadores presentes autêntica manifestação de apoio.

Foi exactamente neste momento que os trabalhadores afectos à Intersindical desencadearam todo o boicote que forçou a Mesa da Assembleia Geral ao encerramento da Assembleia.

Pela DIRECÇÃO

COMUNICADO

Hoje, 15 de Outubro de 1976, pelas 02.00 h, reuniu de emergência a Direcção do Sindicato para apreciação dos acontecimentos verificados na Assembleia Geral realizada em 14 de Outubro de 1976, no Pavilhão dos Desportos.

Devido aos tumultuosos acontecimentos ocorridos durante a mesma, que culminaram com insultos e atentados à integridade física dos elementos desta Direcção, o Presidente da Mesa da Assembleia, por manifesta falta de condições, deu a mesma por encerrada.

A Direcção decidiu apoiar a Proposta do Conselho Fiscalizador no sentido da classe se pronunciar por voto secreto e directo da posição deste Sindicato face ao próximo Congresso Sindical.

A DIRECÇÃO

15.10.76

MOÇÃO

TRABALHADORES FILIADOS NO SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS DE LISBOA; REUNIDOS APÓS O BOICOTE ORQUESTRADO A ASSEMBLEIA DO DIA 14, DECIDEM:

A) — DAR UM VOTO DE CONFIANÇA À MESA DA ASSEMBLEIA GERAL, PELA FORMA CORRECTA E DEMOCRÁTICA COMO CONDUZIU TODA A ASSEMBLEIA.

B) — RECONHECER PUBLICAMENTE A HONESTIDADE DO CONSELHO FISCALIZADOR AO PROPOR O VOTO SECRETO COMO FORMA DEMOCRATICA DE TODOS OS TRABALHADORES SE EXPRIMIREM LIVREMENTE E SEM COAÇÕES.

C) — REAFIRMAR A PROPOSTA DO CONSELHO FISCALIZADOR QUER DIZER FAZER UM REFERENDO POR VOTO SECRETO.

D) — MANIFESTAR O SEU INCONDICIONAL APOIO À DIRECÇÃO EM TODAS AS POSIÇÕES TOMADAS QUE SE REFIRAM A UM CONGRESSO VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS.

E) — REAFIRMAR A SUA POSIÇÃO DE LUTA POR UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS PELA CARTA ABERTA, PELA PARIDADE!

POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE

POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Alcòchete em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58329, arquivo 11 023, para o estabelecimento em Cara de Anjo, freguesia e concelho de Alcochete, de uma linha aérea a 30 kV, com 1533 metros, do apoio n.º 10 da linha a 30 kV RA-30-82-6 STAPOFLOR, para o Posto de transformação de Explosivos da Trafaria [RA-30-82-6-2 Explosivos da Trafaria (Cara de Anjo Posto de transformação e Contagem - 1)].

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 30 de Setembro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Sesimbra em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República» o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/56655, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Castelo, concelho de Sesimbra, de uma linha aérea a 15 kV, com 547 metros do apoio n.º 20 da linha a 15 kV Coina-Azeitão (1.º troço) para o Posto de transformação PT-15-4-105 Roma (RA-15-47-2 Roma).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 1 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Montijo em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58189, arquivo 11 023, para o estabelecimento na freguesia de Sarilhos Grandes, concelho do Montijo, de uma linha aérea a 30 kV, com 1020 metros, do apoio n.º 9 da linha para o Posto de transformação de J. M. Valagão da Luz Clara ao Posto de transformação da Cerâmica do Esteval, Lda. (RA 30-4-9-1).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Setembro d 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Ilhavo, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado à Electricidade de Portugal — EDP (ex: União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/57803, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Gafanha da Nazaré, concelho de Ilhavo, de uma linha mista a 15 kV, com 2043 metros, parte aérea com 1975 metros e parte subterrânea com 68 metros, da subestação da Gafanha ao posto de transformação da «Bresfor» — Indústria de Formol, Lda.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Setembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/55441, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Aradas, concelho de Aveiro, de uma linha aérea a 15 kV, com 112 metros, do apoio n.º 12 da linha para o posto de Recepção da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre ao Posto de transformação de «Quinta do Picado» da Câmara Municipal de Aveiro.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 1 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58130, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Vimieiro, concelho de Santa Comba Dão, de uma linha aérea a 15 kV, com 314 metros, do apoio n.º 7 da linha para o posto de transformação de Cancela ao Posto de transformação pertencente à SEOP — Sociedade de Empreitadas de Obras Públicas, SARL — Estaleiro Central.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Setembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/57568, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Oliveira do Bairro, de uma linha aérea a 15 kV, com 322 metros, do apoio n.º 9 da linha para o Posto de transformação da Empresa Cerâmica de Bairro Vermelho-Barvel, ao Posto de Transformação de Oliveira do Bairro-Vila, da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Setembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na R. de S. Sebastião da Pedreira, 37, e nas Secretarias das Câmaras Municipais dos Concelhos de Alcácer do Sal e Grândola em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/47992, arquivo 4, para o estabelecimento nas freguesias de Santa Maria do Castelo e Grândola e concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, de modificação da linha aérea a 30 kV, LI-30-9 Alcácer-Santiago, sem aumento de comprimento, com substituição de alguns apoios.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 30 de Setembro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Geral

Rodésia: adiada conferência de Genebra

. A conferência de Genebra sobre a Rodésia começa três dias mais tarde do que a data anteriormente prevista, podendo prolongar-se até depois do Natal. Joshua Nkomo, um dos dirigentes nacionalistas rodesianos oficialmente convidados, declarou em Lusaka que a Grã-Bretanha tinha aceite o adiamento por três dias. Como se sabe, a conferência estava marcada inicialmente para o dia 25 do corrente.

Falando, em Salisbúria, perante 5000 partidários, Nkomo pediu que o presidente da conferência seja Anthony Crosland e não o embaixador da Grã-Bretanha nas Nações Unidas, Ivor Richard, como o gabinete londrino tinha previsto.

«Querem desvalorizar a nossa conferência» — disse Nkomo dirigindo-se ao Governo britânico.

E perante os aplausos da multidão:

. «Mas nós não somos um país desvalorizado. Somos o Zimbabwe — e, portanto, dizemos ao senhor Crosland e ao seu chefe que o esperamos encontrar em Genebra, no dia 28, para presidir à conferência».

Depois do comício, Nkomo partiu para Nairobi, para conversações com o presidente Jomo Kenyiata. Segundo fontes bem informados, ainda esta semana se deslocará à Somália para contactos com o presidente constituição de uma «Frente te Siad Barre.

Robest Mugabe, entretanto, que se aliou a Nkomo para a constituição de uma «Frente Patriótica», voltou a afirmar que o governo de maioria negra seguirá «princípios socialistas, combatendo tendências capitalistas e burguesas e nacionalizando o solo».

Sem mencionar, Nkomo dedicou grande parte do seu discurso a assegurar que os 275.000 brancos da Rodésia não serão objecto de discriminação quando o poder passar para as mãos dos seis milhões de negros do país.

Neste meio tempo, o quartel general das forças de segurança da Rodésia anunciou que a guerra contra os nacionalistas negros custou mais oito vidas:

Finalmente, os chefes de Estado dos países da primeira linha (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zambia), reunidos este fim-de-semana numa cimeira, declaram que «os poderes que actualmente são da competência do Governo de Salisbúria deveriam ser confiados aos nacionalistas» e que «os outros poderes deveriam ser confiados à Grã-Bretanha». De acordo com observadores, a declaração dos **países da primeira linha** indica que os respectivos chefes de Estado desejam que a Grã-Bretanha se encarregue da pasta da Defesa no futuro governo provisório rodesiano. Ora a atribuição desta pasta levanta, com efeito, um problema, uma vez que Ian Smith pretenda entragá-la a um rodesiano branco.

Presidente da Gâmbia em férias no Algarve

Encontra-se d3sde ontem a férias, no Algarve, o presidente da Gâmbia, ser Dawda Jawara, que permanecerá no nosso País até ao fim do mês. De momento não estão marcados quaisuqe encontros oficiais para eventual desenvolvimento das escassas relações entre os dois países.

Sir Jawara chegou ontem à tarde a Faro, viajando de Frankfurt, acompanhado de uma comitiva de dez pessoas. Entre estas contava-se o cônsul da Gâmbia em Lisboa. No aeroporto de Faro o visitante foi recebido pelo governador civil, comandantes do Regimento de Infantaria de Faro, da PSP, GNR e GF, e os presidentes das Câmaras Municipais de Faro e Loulê.

A Gâmbia é um pequeno país (10 mil quilómetros quadrados) da África Ocidental, encravado em pleno Senegal, numa e noutra margem do rio Gâmbia, atingindo junto à foz do rio a maior largura de 320 quilómetros. A população é de apenas 350 mil pessoas das quais cerca de um décimo vivem na capital, Bathurst, antiga Banjul. Trata-se de um povo de três etnias principais (fulas, mandingas e olofs) com profundas ligações à Guiné-Bissau. O próprio presidente Jawara é originário do Gabú. Os seus pais, de etnia mandinga, são naturais da Guiné e ainda recentemente quando visitou a antiga colónia portuguesa foi recebido pelo povo de Gabu e Bafatá como um dos seus. Falou, aliás, em mandinga, nos dois comícios ali realizados.

Entre os contacos eventuais a estabelecer por sir Dawda Jawara devem constar o sector turístico pois o turismo é, depois da produção de amendoim, a principal fonte de receitas da Gâmbia. Este país tem contratos de exploração turística com a Suécia que para ali canaliza milhares de pessoas anualmente para centros que lhe são exclusivamente reservados.

Sir Jawara é formado em universidades inglesas e dirige o país desde que a antiga colónia britânica se tornou independente. em 1966.

Pires Veloso continua muito visitado

ORTO, 18 — ires Veloso continua a receer visitas militares e não só: Ontem foi a vez do general Pinho Freire, comandante da 1.ª Região Aérea e do tenente arente, director de Informação da RTP, que esteve no orto a negociar a transmissão directa do encontro lebol entre ortugal e a olónia.

O que parecia não estar previsto foi a visita ao brigadeiro do consultor de Desporto polaco e encarregado de Negócios da República opular da olónia, Leon Golebsonki.

Entretanto, em declarações a um matutino do orto, o tenente arente disse que Carlos Cruz voltará dos E. U. A. para a Televisão, ocupando o seu posto de director de programas.

MANUEL DOS REIS

2.º Sargento da Armada, aposentado

O Grupo Excursionista Os «Correctos» cumpre o doloroso dever de participar o falecimento do Senhor Manuel dos Reis, pai do sócio, Senhor Joaquim dos Santos Reis, cujo funeral se realizou no passado dia 17, para o cemitério do Alto de S. João.

Nacional

Investigação marítima discutida no Clube Militar Naval

Na sequência das realizações que a actual direcção tem vindo a promover, teve lugar no Clube Militar Naval, um colóquio sobre a participação portuguesa na conferência da ONU sobre o direito do Mar. Moderado pelo comandante Correia Jesuíno, o colóquio esteve a cargo do chefe da delegação, dr. Mário Ruivo, e do comandante Limpo Serra, e registando ainda, a presença de outros elementos da delegação, nomeadamente o comandante Guincho Boavida, eng.º Laranjeira, e dra. Maria Eduardo Gonçalves.

A sessão revestiu-se de grande interesse dado o nível técnico e competência revelados pelos expositores face a um auditório especializado e selectivo. Foram abordadas as grandes diferenças de metodologia de trabalho nos anos 58-60, e as que, actualmente, decorrem no seio da ONU. Assim foi revelado que actualmente o objectivo nas discussões é o de se obter o consenso e não decidir por votação, evitar ao mesmo tempo a solução dos problemas a níveis sectoriais, preferindo-se acordos totais.

Segundo se apurou a delegação portuguesa tem demonstrado grande dinamismo e dado o exemplo concreto como medianeiro de interesses divergentes, designadamente entre os países desenvolvidos e países do Terceiro Mundo e cobrindo os mais diversos matizes políticos. De acordo com os conferencistas abrem-se óptimas perspectivas para a viabilidade próxima de uma Convenção e para a qual já existe uma grande margem de consenso.

No decorrer do diálogo estabelecido entre conferencistas e assistência, foi salientado o empenho da Armada em dar a sua cooperação nos domínios da investigação científica e, de um modo geral, na gestão dos recursos do mar e questões com ele relacionados.

Serviço Nacional de Saúde a partir do próximo ano

O Serviço Nacional de Saúde e um outro serviço de Segurança Social estarão em funcionamento a partir do próximo ano, anunciou o ministro dos Assuntos Sociais, dr. Armando Bacelar durante uma visita que efectuou este fim-de-semana ao distrito de ortalegre.

or outro lado, o dr. aulo Mundo, secretário de Estado da Saúde, deslocou-se ao orto, onde participou em reuniões de trabalho com o Secretariado do Movimento Nacional dos Hospitais e com elementos do Hospital Distrital de Gaia. Neste momento, naquela região, com uma população avaliada em 220 mil pessoas, existem apenas 170 camas. A criação do Centro Hospitalar de Gaia iria aumentar de 170 para mil camas.

Também o secretário de Estado da Segurança Social, eng.º Vitor Marques, visitou alguns estabelecimentos de assistência em Coimbra, tendo sublinhado o carácter prioritário da assistência à infância e à terceira idade. Durante a sua visita, o secretário de Estado da Segurança Social recebeu um estudo destinado à criação de um infantário da Liga dos Combatentes a ser utilizado pelos seus 2700 associados.

MORAIS BARROCO AO "D.N."
Água para o Porto é problema com solução provisória

PORTO, 18 — Em entrevista concedida ao nosso colega «Diário de Notícias», o secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico, coronel Morais Barroco, que acaba de efectuar uma visita de três dias a Braga, Viana do Castelo e Porto, afirmou que o problema de abastecimento de água a esta cidade podia ser resolvido, a título provisório, se se der cumprimento ao plano de obras aprovado na reunião de trabalho que teve para esse efeito com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

Afirmou o coronel Morais Barroco que a solução definitiva está também a ser encarada, sendo objecto de um estudo que levará a água das actuais captações no Douro, através de um novo sistema elevatório e de um novo sistema de reserva. A execução deste projecto levará de três a quatro anos.

Nas reuniões de trabalho que o secretário de Estado realizou no Porto, para além do problema da água, foram debatidos ainda dois assuntos fundamentais para a região: o saneamento básico e a descentralização dos serviços da Direcção-Geral dos Aproveitamentos Hidráulicos.

Chuva aumenta nível de albufeiras

Segundo uma informação fornecida pela E. D. P. (Companhia Portuguesa de Electricidade), a chuva caída durante os últimos dias em todo o País provocou um aumento substancial no nível das albufeiras.

Assim, e em relação à última leitura efectuada, houve no conjunto das albufeiras um aumento de armazenamento de 10,9 milhões de KW/h, com todas as vantagens que daí advêm para a produção de energia eléctrica.

António Barreto voltou a Lisboa com acordo luso-argelino de Comércio

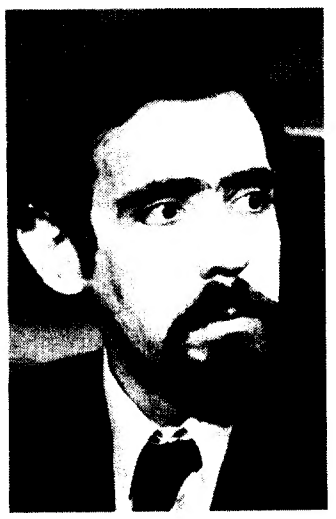
O ministro do Comércio António Barreto, no decurso da sua visita a Argel, assinou um acordo comercial que vigorará entre Portugal e a Argélia, que, entre outros pontos, trata da exportação para o nosso País de produtos químicos, fitossanitários, farmacêuticos, produtos de construção mecânica, e siderúrgia.

Por seu lado, Portugal fornecerá àquele país cimento, frutas, legumes secos, material portuário e de construção naval.

Pela Argélia firmou o acordo o ministro do Comércio Layachi Yaker.

Entretanto, será constituída uma comissão mista argelino-portuguesa encarregada de fiscalizar o cumprimento das disposições do texto.

O acordo tem a validade de um ano, podendo ser prorrogado.



Barreto no regresso de África: resultados «muito positivos»

À sua chegada a Lisboa, na tarde de ontem, o ministro António Barreto descreveu como «muito positivos» os resultados da sua viagem que, além de Argel, compreendeu deslocações ao Senegal, e a Genebra, à sede da EFTA.

Referindo-se à sua visita ao Senegal, onde foi recebido pelo presidente Leopold Senghor, o ministro do Comércio declarou à ANOP:

«Foram inventariadas com as autoridades senegalesas as perspectivas de trocas comerciais, de cooperação económica e industrial, nos domínios da pesca, das minas e do comércio».

Segundo o ministro, o acordo que há cerca de ano e meio Portugal firmou com o Senegal «nunca fora activado», pelo que ficou agora decidido criar uma comissão mista luso-senegalesa, que reunirá em Lisboa em fins de Novembro para estudar a aplicação daquele acordo comercial.

Sobre a sua deslocação a Genebra, onde presidiu a uma reunião ordinária do comité consultivo da EFTA, o ministro afirmou que nessa sessão fora feito o «ponto da situação económica europeia, e também se descutiu a questão da assistência a Portugal nos seus diversos aspectos, designadamente quanto ao fundo de desenvolvimento industrial».

António Barreto revelou, também, que foram discutidas em Genebra questões ligadas à próxima reunião ministerial da EFTA, que terá lugar em Portugal no mês de Novembro.

Ex-cônsul da Bélgica no Funchal

Do sr. António Correia da Silva, que até há pouco tempo exerceu as funções de cônsul da Bélgica no Funchal, recebemos a seguinte carta:

«Considerando que, há tempos, os orgãos da Comunicação Social divulgaram material noticioso, veiculado a partir da Agência ANOP, com referência ao signatário, conotando a sua livre expressão de pensamento, a que tem direito como cidadão português, com a qualidade de cônsul honorário da Bélgica, venho solicitar a V. Ex.ª a inserção do esclarecimento que segue:

INQUÉRITO AO CÔNSUL DA BÉLGICA NO FUNCHAL

O dr. António Manuel Carregal Correia da Silva, exerceu gratuitamente durante 21 anos o cargo de cônsul honorário da Bélgica no Funchal, sem direito a quaisquer regalias, por ser de nacionalidade portuguesa e por exercer uma actividade lucrativa (fabricante de bolachas) no País de residência.

O Jornal «O Retornado» n.º 38 de 29.6.76 publicou uma carta particular escrita a um parente seu, que parece não ter agradado ao então ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, que segundo declarações do chefe do seu gabinete de Imprensa, teria aberto um inquérito às actividades de cônsul honorário da Bélgica no Funchal, António Correia da Silva, acusado de actuações separatistas.

Estas declarações foram transmitidas pela Agência Noticiosa ANOP e tiveram larga divulgação em todos os diários eo continente e até no estrangeiro.

Já depois de formado o 1.º Governdo definitivo, foi consultado, por quem de direito, o actual Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre o que havia acerca do tal inquérito ao cônsul honorário da Bélgica no Funchal, tendo sido respondido que nunca tinha havido qualquer inquérito, que não existia nada escrito a esse respeito naquele Ministério e que o assunto não passaria de «especulação jornalística»!

Agora, sua Excelência o senhor embaixador da Bélgica em Lisboa, senhor Max Wery, decide, de acordo com o seu Governo, exonerar António Correia da Silva, das suas funções de consul honorário da Bélgica no Funchal, com o fundamento, de (seno cidadão português) ter interferido em assuntos internos do seu país, (Portugal), declarando que não se trata de nenhuma medida que toque nem a sua honestidade nem a sua integridade, mas sim de «um assunto belga de administração interna».

Como se a interferência dos cidadãos conscientes nos assuntos internos do seu próprio país não fosse um direito, mas até um dever, sobretudo quando a Pátria se encontra em perigo?!

Mas afinal... onde é que há ingerência nos assuntos internos do País? Ingerência de quem...e em que País...?»

N.R. — Em relação a esta carta do sr. António Correia da Silva, ex-cônsul da Bélgica no Funchal cumpre-nos esclarecer:

1 — Ao contrário do que afirma na carta o material noticioso não foi veiculado a partir da agência ANOP, mas sim a partir do «DL», que primeiro levantou o assunto.
Posteriormente a ANOP difundiu a notícia, citando «um vespertino».

2 — As declarações tornadas públicas pelos jornais nunca se referiram, ao contrário do que afirma o senhor Correia da Silva ao chefe do Gabinete do então ministro Melo Antunes. O «DL» cita uma fonte próxima do Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto que a agência ANOP, um dia depois, referia-se a declarações que lhe foram prestadas pelo dr. Alfredo Barroso, então director-geral da Informação do MINE e hoje secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros.

3 — Que o assunto não era uma especulação jornalística pese embora aos actuais responsáveis pela diplomacia portuguesa, provam-o de forma categórica as declarações de Alfredo Barroso, publicadas em vários jornais de 7 de Julho de 1976.

4 — As várias especulações que o sr. António Correia da Silva efectivamente faz sobre o perigo em que se encontrava a Pátria que ele procurou salvar nomeadamente através de raptos, como foi o caso do professor Simões do FAOJ, fazem-no esquecer que como cônsul honorário, tinha uma situação especial. Com efeito representava, para diveros efeitos, um Estado estrangeiro e as actividades que desenvolveu, punham em causa os princípios da ética consular, e as boas relações entre Portugal e a Bélgica.

5 — A terminar, cumpre-nos só lamentar que o ex-cônsul só tenha sido exonerado. As actividades a que se dedicou, apontadas em vários órgãos de comunicação social nunca desmentidas mereciam da parte das autoridades portuguesas, uma certa atenção. Não devia ser só a Bélgica a defender os seus interesses. Também as autoridades portuguesas deviam ter tomado iniciativas necessárias a garantir a segurança dos seus cidadãos, a liberdade e a democracia.

Governo de Mota Amaral contesta Jaime Gama

O Governo Regional dos Açores reagiu com um comunicado às recentes tomadas de posição do deputado socialista Jaime Gama relativamente a várias atitudes do Governo regional do dr. Mota Amaral.

Depois de referir que «o deputado Jaime Gama desencadeou, nas últimas semanas, uma campanha contra o Governo Regional dos Açores» e de o acusar de ter levado os seus ataques, na quarta-feira passada, «à própria tribuna da Assembleia da República», afirma o comunicado:

«Quanto às afirmações então proferidas pelo deputado socialista, o Governo Regional esclarece que não ignora o que a Constituição dispõe em matéria de relações externas, designadamente, que qualquer tratado internacional relativo à região deverá ser celebrado pelo Governo da República.

A própria Constituição garante, porém, à Região Autónoma, participar nas negociações que precedem esses tratados e nos benefícios nele previstos.

Em tom ameaçador, no melhor estilo da «evolução na continuidade» de que o chefe do Governo Regional dos Açores foi aluno distinto, o comunicado termina: «O Governo Regional está, portanto, no seu direito ao adoptar todas as providências convenientes para salvaguarda dos interesses açorianos, que nesta matéria são aliás fundamentais, e usará tal direito com firmeza, doa a quem doer.»

Medeiros Ferreira regressou de Paris

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Medeiros Ferreira, regressou no sábado à tarde de Paris, após uma visita oficial de dois dias a convite dos seu homólogo francês.

À chegada declarou aos jornalistas que esta sua visita se incluiu no programa de consultas regulares entre os governos dos dois países, tendo especialmente sido tratados problemas ligados à emigração portuguesa em França. Medeiros Ferreira revelou ainda que expôs ao seu colega francês «a opção europeia do Governo constitucional português» mas que esse assunto será tratado proximamente pelo Primeiro-Ministro Mário Soares por altura da sua projectada visita às capitais dos países do Mercado Comum.

O ministro dos Negócios Estrangeiros foi portador de um convite oficial do Presidente da República, general Ramalho Eanes, para o presidente da República francesa, Giscard D'Estaing visitar Portugal. Este convite reafirma o que já fora feito pelo general Costa Gomes. A visita efectuar-se-á em data a encontrar pelos canais diplomáticos.

Nacional

"CARTA ABERTA" EM CAUSA

Não dos Bancários do Norte pode ter peso no Sul

Manifestando-se abertamente contra o comportamento da Direcção do seu Sindicato, uma das mais activas participantes na redacção e lançamento da «Carta Aberta», os Bancários do Norte decidiram-se, no seu último plenário, pela participação no Congresso de todos os Sindicatos, com vista à «reestruturação da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, sua preparação e dinamização, como forma de reforçar a unidade do Movimento Sindical».

A moção dos bancários do Norte, aprovada por maioria e após escrutínio secreto, responsabiliza ainda a Direcção por todo um trabalho a desenvolver «no sentido do combate ao pluralismo sindical e a todas as iniciativas que levem à formação de blocos». A Direcção é ainda vivamente criticada pela sua participação no grupo da «Carta Aberta». A este propósito, a moção exige que a Direcção passe a participar apenas em reuniões que sejam abertas a todos os sindicatos».

É de prever que os resultados do plenário venham a pesar na zona de acção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Conforme na altura noticiámos, a A. G. T. deste Sindicato, realizada na passada sexta-feira nas instalações da F. I. L., terminou de modo pouco claro, sobretudo quando a mesa pediu aos vários milhares de trabalhadores presentes que se dispusessem na sala em dois sectores: de um lado os partidários do Congresso de Todos os Sindicatos, do outro os partidários da «Carta Aberta» Após alguma hesitação na apreciação do qual seria o sector numericamente superior, a mesa decidiu que era maioritário o grupo apoiante da «Carta Aberta». O facto levantou uma onda de protestos por parte do outro sector, protestos sobretudo, contra uma contagem considerada arbitrária. Vozes se levantaram então exigindo a votação por sufrágio secreto, processo que viria a ser adoptado no plenário dos bancários do Norte.

O plenário de Lisboa acabaria por ser bruscamente interrompido no meio de grande agitação.

ESCRITÓRIOS

O revés sofrido pela Direcção do Sindicato dos Bancários do Norte pode ainda vir a ter repercussões na situação da Direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa. Basta recordar o paralelismo existente na maneira como decorreram os plenários dos escritórios (quinta-feira no Pavilhão dos Desportos) e dos bancários do Sul (sexta-feira na F. I. L.). Em ambos os casos, os resultados das votações efectuadas parecem não ser concludentes.

Trabalhadores dos escritórios estão a organizar-se com vista à marcação de uma data para realização da segunda sessão da Assembleia Geral, pois defendem que a mesa do plenário não pode dar, estatutariamente, os trabalhos como encerrados, havendo requerimentos e propostas na mesa e oradores inscritos. O sistema de votação utilizado na Assembleia Geral dos Trabalhadores de Escritório foi em tudo idêntico ao do plenário dos Bancários e alvo também de vivos protestos por parte do sector que apoia a participação do Sindicato no Congresso, com repúdio da «Carta Aberta» por eles classificada de manobra divisionista.

APOIOS AO CONGRESSO

Aumenta todos os dias o número de Sindicatos e outras organizações de trabalhadores que apoiam a realização do Congresso de Todos os Sindicatos e se manifestam contra todas as tentativas de divisão do Movimento Sindical.

Entretanto, os trabalhadores da Função Pública da Zona Norte debateram já e aprovaram, na íntegra, o projecto de regulamento do Congresso elaborado pela Comissão Nacional Organizadora Provisória. Marceneiros do Porto, ajudantes e praticantes de despachante oficial, despachantes privativos e agentes aduaneiros do Norte, assim como os gráficos do Porto, Bragança e Vila Real, concluiram, de modo idêntico, os debates que levaram a cabo durante a passada semana. Os trabalhadores gráficos referidos terminaram dirigindo um apelo a todas as direcções do grupo da «Carta Aberta» para que revejam as suas posições e decidam participar no Congresso de Todos os Sindicatos.

Barbeiros elegem comissão directiva

Em assembleia, que decorreu debaixo de certa agitação, trabalhadores que integram o Sindicato dos Trabalhadores Barbeiros, Cabeleireiros do Distrito do Porto elegeram uma comissão provisória que, durante 90 dias, passará a dirigir aquele Sindicato até à escolha dos futuros corpos gerentes. A comissão tem a seguinte constituição: António Teixeira de Sousa, Manuel de Moura Pereira, Manuel Nogueira, Maria Clara Pereira e Lucilia Azevedo Santos Costa.

HOTEL ROMA

Administração só paga os retroactivos

Os delegados sindicais do Hotel Roma desmentiram publicamente algumas afirmações da respectiva administração, divulgadas pelo vespertino *A Luta*. Afirmam, nomeadamente, ser falso que os trabalhadores estejam a receber segundo as tabelas salariais em vigor, pois a administração «limita-se a pagar retroactivos, servindo-se desta prática como pretexto para adiar indefinidamente o cumprimento da tabela salarial».

O comunicado dos delegados do pessoal esclarece, igualmente, que a gratificação de mil escudos referida pela administração apenas foi atribuída uma vez, por altura do quinto aniversário do hotel, tendo sido «contestada por grande parte dos trabalhadores por entenderem muito justamente tratar-se de um gesto caciquista, contrário aos interesses dos trabalhadores, que pedem o que lhes é devido e não esmolas disfarçadas».

Finalmente, os delegados sindicais do Hotel Roma declaram não se atemorizar quando a administração lembra que «os cinco próximos meses vão ser muito difíceis», considerando esta atitude como uma forma de pressão.

PORTO

Trabalhadores do calçado recusam proposta patronal

..A retirada de diuturnidades e o não alargamento do leque salarial levou os trabalhadores de calçado, malas e afins do distrito do Porto, ontem reunidos no salão do Inatel, a não aceitarem, por unanimidade, a proposta do patronato relativa ao novo C. C. T. em negociação. A assembleia pronunciou-se, também, a favor do projecto de regulamento do Congresso dos Sindicatos. O texto-base apresentado pela C. N. O. P., amplamente discutido, foi aprovado por maioria (cinco abstenções) sem qualquer emenda.

No final foram aprovadas duas moções, uma de apoio à luta dos trabalhadores da panificação e outra exigindo ao Governo medidas eficazes contra o crescente aumento do custo de vida.

Também os trabalhadores do Sindicato de Tapeçaria, Cordoaria e Similares do Norte, reunidos ontem em assembleia, aprovaram, sem qualquer alteração, o texto-base do projecto de regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos.

Por sua vez, o Sindicato dos Ajudantes e Praticantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros, decidiu apoiar a sua direcção na participação das estruturas organizativas do Congresso de Todos os Sindicatos.

HOJE

Rodoviários em plenário

Está marcada para as 21 e 30 de hoje, no salão da «Voz do Operário», um plenário de todos os trabalhadores rodoviários do distrito de Lisboa. Serão debatidos alguns dos pontos da contraproposta apresentada pela Rodoviária Nacional em relação ao Contrato Colectivo em negociação, pontos considerados pelo sindicato como significando «um claro retrocesso ao contrato em vigor». A notícia sobre a realização do plenário é acompanhada de uma proclamação da «unidade como garantia de defesa dos nossos direitos contra as arbitrariedades e provocações do patronato». O mesmo documento refere ainda o Congresso de Todos os Sindicatos, afirmando que defendê-lo é «defender as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores, após o 25 de Abril».

NOTA OFICIOSA

Sindicato dos Estivadores

O Ministério dos Transportes e Comunicações divulgou a seguinte nota oficiosa, sobre a questão levantada pelo Sindicato dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal acerca dos grueiros da Socarmar e da Empresa de Tráfego e Estiva:

«1. A carência de instalações portuárias adequadas para carga e descarga de granéis secos, nomeadamente cereais e minérios, conduziu necessariamente ao desaparecimento de duas empresas da especialidade, a Socarmar E.P. e a empresa de Tráfego e Estiva, SARL. Estas empresas, utilizando gruas flutuantes, efectuam no estuário do Tejo o transbordo das cargas entre os porões dos navios e os batelões para o percurso até ao cais.

«As referidas gruas flutuantes, dotadas de grande capacidade elevatória constituem um mecanismo de manobra complexo e são operadas por um quadro de pessoal especializado, com vários anos de formação profissional.

«2. Em 13 de Setembro passado, o Sindicato dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal, invocando o seu contrato colectivo de trabalho, publicado em 30 de Agosto último, notificou as empresas em questão no sentido de os grueiros terem que ser associados nesse Sindicato, doutro modo o Sindicato providenciaria para que fosse recrutado pessoal filiado para substituir os grueiros.

«A referida exigência, obviamente inconstitucional, viola expressamente a legislação sindical vigente, nos termos do parecer emitido pela Direcção-Geral do Trabalho, com a concordância do senhor ministro do Trabalho, conforme a nota oficiosa publicada pelo respectivo Ministério.

«3. Assim, ao abrigo da liberdade sindical em vigor, o pessoal grueiro em causa optou pela inscrição no Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais.

«Em clara atitude de represália, o Sindicato dos Estivadores, a partir de e de Outubro, negou-se a fornecer o pessoal normalmente utilizado nas descargas, caso não fossem também recrutados elementos seus em número correspondente aos postos de trabalho dos grueiros.

«Por considerarem imoral tal situação, que representaria de imediato a presença de mais pessoal a remunerar, com a agravante de ser pessoal imposto, o qual não efectuaria qualquer trabalho, as empresas não cederam às exigências do Sindicato dos Estivadores.

«4. Surgiu, como consequência, a paralisação das descargas de vários navios, designadamente o «Maré Dorico», o «Dovrefjell» e o «Marigo». As empresas em questão, dada a intervenção pouco significativa dos estivadores naquele tipo de trabalho, poderiam ter efectuado as descargas apenas com o pessoal dos seus quadros. Não o fizeram, unicamente por respeito ao contrato colectivo de trabalho em vigor.

«Pode-se, por conseguinte, afirmar que a causa da paralisação foi a atitude do Sindicato dos Estivadores, devendo desde já esta Secretaria de Estado alertar para as graves consequências que poderão advir de actos desta natureza.

«Com efeito, dada a fraca capacidade dos silos portuários, a interrupção do transporte, emergente da questão, conduziria normalmente ao esgotamento das reservas de milho e de outros produtos num prazo de poucos di

«5. Atenta ao desenrolar dos acontecimentos, procurou esta secretaria de Estado conciliar as partes em litígio, conseguindo obter o reinício da actividade do passado dia 12. Foi constituída uma comissão técnica com representantes do Ministério do Trabalho, do Sindicato dos Estivadores, dos grueiros da Socarmar e da empresa de Tráfego e Estiva, SARL e da Secretaria de Estado da Marinha Mercante, que deverá solucionar o conflito até ao próximo dia 20 do corrente mês.

«6. Relativamente a notícia de carácter alarmante, publicadas por alguns jornais diários sobre a falta de milho, esclarece-se que, devido a dificuldades surgidas em portos dos Estados Unidos, se atrasou a partida de vários navios estrangeiros, que no entanto chegarão a tempo de proverem o abastecimento ao País.»

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

AVISO

Informamos todos os associados que, por lapso, foi publicado na imprensa diária, nos dias 12, 13, e 14 do corrente, uma convocatória para uma assembleia geral extraordinária a realizar no próximo dia 18 de Outubro.

Esclarecemos os n/ associados que no referido dia vai ter lugar, com a mesma Ordem de Trabalhos, um plenário de todos os trabalhadores rodoviários.

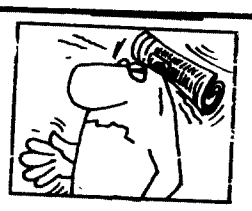
DADA A IMPORTÂNCIA DO REFERIDO PLENÁRIO, CONTAMOS COM A TUA PRESENÇA.

NÃO FALTES!

Lisboa, 15 de Outubro de 1976.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

José Duarte



C. C. T. VERTICAL

IMPORTADORES E ARMAZENISTAS DE MATERIAL ELECTRÓNICO

Convocam-se todos os trabalhadores para uma reunião no próximo dia 18 de Outubro, pelas 21 horas na Av. da República, 31, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Ponto da situação do CCTV em negociação.**

CAMARADA, NÃO FALTES. É O TEU CONTRATO VERTICAL QUE ESTÁ A SER NEGOCIADO.

A COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

Trabalho

Greve da panificação pode manter-se

— hoje: plenários de trabalhadores

— amanhã: reunião decisiva?

Os plenários dos trabalhadores da Panificação que esta tarde se efectuam nas instalações da «Voz do Operário», em Lisboa, e no Círculo Católico no Porto, poderão ser decisivos quanto à prossecução da greve do sector, vigente desde sexta-feira passada, embora tudo leve a crer que os trabalhadores se pronunciarão pela manutenção desta forma de luta, porquanto nos sucessivos plenários que se tem realizado para fazer o ponto da situação e auscultar a sua opinião a que posição tem sido favorável à greve.

A adesão tem-se entretanto verificabo na ordem dos 85 por cento, aumentando no distrito do Porto, durante o fim-de-semana, de 85 para 90 por cento. Em Braga, Vila Real, Viseu e Guarda, zonas onde as lutas dos trabalhadores são sempre mais difíceis, dado o domínio do caciquismo e das forças reaccionárias, os trabalhadores decidiram suspender a greve até ao conhecimento do conteúdo da portaria que quer pelas palavras do ministro do Trabalho, quer do secretário de Estado da mesma pasta em entrevistas na RTP, deve sair por toda esta semana. É no entanto estranho o desinteresse do Ministério do Trabalho relativamente a esta grave situação, na opinião de sindicalistas do sector, pois segundo estes, a comissão técnica encarregada de elaborar a portaria nem sequer agora, que a situação se agrava drasticamente, acelerou o seu processo de trabalho. Assim, hoje, segunda-feira, não há reunião da comissão, dado que o calendário das reuniões as estabeleceu às terças e quintas-feiras.

Recorde-se que os dois principais pontos de fricção entre os representantes do patronato e dos trabalhadores são a tabela salarial e o regime de horários. Assim, enquanto os trabalhadores reivindicam salários mensais que vão dos sete aos nove mil escudos (e com este vencimento apenas ficariam os encarregados) os patrões não querem ultarapassar o aumento de cerca de 23 por cento dos actuais salários-base que vão de quatro a seis contos (para servente e encarregado de fabrico). Da proposta patronal resulta que para várias categorias profissionais destes trabalhadores, o seu vencimento total ficaria reduzido em relação ao actual, formado pelo salário-base acrescido de 25 por cento por cada hora de trabalho nocturno e extraordinário. Quanto aos horários, o patronato pretende regressar ao regime de horário livre, que os trabalhadores rejeitam e cuja abolição conquistaram depois do 25 de Abril, tendo o actual ministro do Trabalho, então secretário de Estado daquela pasta, reconhecido essa conquista. Com efeito em 15 de Dezembro de 1975, o dr. Marcelo Curto assinou uma portaria de regulamentação de trabalho para a indústria da Panificação, que consagra o direito dos padeiros a um horário fixo.

Entretanto, o pao que se tem vendido é proveniente da provincia, ou é confeccionado por entidades patronais, familiares e reduzido número de trabalhadores (nas cidades este número é praticamente nulo) que furaram a greve. Paralelamente e provando que as intenções dos patrões não são de todo honestas, o mercado negro tem sido notório...Como exemplos, o preço do papo-seco no Porto que se vendia a 1$20, chegando o preço da sêmea, fixado legalmente a 5$60, a atingir os 20 escudos por quilo.

Também se registaram ameaças e agressões a trabalhadores, embora a Federação relativamente a trabalhadores só tenha conhecimento do caso da Fábrica do Monte da Caparica, em que três trabalhadores foram alvejados a tiro pelo patrão e a prisão de dois trabalhadores no Porto.

URGE COLOCAR O COMÉRCIO AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES

— afirmação portuguesa na conferência de Sófia

Em Portugal «não são sensíveis neste momento as diferenças entre as estruturas do comércio no presente e no passado mais ou menos recente. São, no entanto, urgentes modificações que coloquem este sector ao serviço dos interesses da população retirando-o da esfera dos simples jogos da oferta e da procura cujos resultados revertem sempre a favor do capitalista».

Estas afirmações constam da comunicação apresentada pela delegação portuguesa à V Conferência Internacional dos Trabalhadores do Comércio, recentemente realizada em Sófia (Bulgária), com a participação de meia centena de organizações de trabalhadores do comércio provenientes de 43 países e representando perto de catorze milhões de trabalhadores.

A Conferência aprovou por unanimidade, após debate muito activo, resoluções sobre as condições de trabalho e de vida dos empregados do comércio face às transformações verificadas nos circuitos de distribuição e à expansão das multinacionais no comércio internacional.

A intervenção da delegação portuguesa, que pela primeira vez participou neste encontro, versou o tema **Aspectos da estrutura do comércio em Portugal**. Nela se conclui que, no nosso País, «muito existe por realizar para colocar a distribuição, o aprovisionamento e o abastecimento dos bens essenciais em termos de responderem às necessidades de mea populaçao. Numa sociedade que se quer Socialista há que encetar desde já os passos fundamentais e já possíveis, para que se sintam os primeiros efeitos do princípio socialista que exige que a riqueza seja distribuída de acordo com as necessidades pessoais e a produção realizada, a bem de cada um e da colectividade e no interesse da independência nacional».

A comunicação portuguesa salientava as dificuldades actuais:

. «Uma vez definido na Constituição o objectivo da construção da Sociedade Socialista urgia pôr cobro aos circuitos parasitários bem como assegurar o controlo da distribuição dos bens essenciais cuja detenção pelas entidades capitalistas-monopolistas contradiziam o interesse nacional. Num grande número de empresas onde a sabotagem patronal se fazia sentir os trabalhadores já tinham passado a controlar as empresas assegurando o seu funcionamento. Sectores como o da distribuição de vinhos, supermercados, armazéns e imobiliário (terrenos e habitações) tiveram em muitos casos intervenção e apoio estatal tendo as direcções nomeadas o apoio dos trabalhadores».

No entanto, «recentemente a legislação e actuação governamental se tornou restritiva quanto aos casos de intervenção, quer pela imediata cessação de algumas das intervenções ainda em exercício, quer ainda pela não efectivação de mais intervenções» — afirmava-se na comunicação.

A delegação portuguesa referiu alguns números respeitantes à população activa afecta ao comércio, que representava, em 1972, 16,5 por cento do total, correspondendo a trezentos mil trabalhadores e duzentos mil patrões. Em 71,87,1 por cento das empresas do comércio retalhista tinham menos de seis trabalhadores ao seu serviço, contra 84,5 por cento em 1965 para cinco ou menos trabalhadores.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58074, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Trandeiras, concelho de Braga, de uma linha aérea a 15 kV, com 118 metros, do apoio n.º 494 da linha Porto-Braga, ao Posto de transformação de Manuel Ferreira de Castro.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Setembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe

Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58032, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Arcos-Salvador, concelho de Arcos de Valdevez, de uma linha aérea a 15 kV, com 31 metros, do apoio n.º 3 da linha para o Posto de transformação de Vila Fouche-Igreja ao Posto de transformação de Arcos--Central Elevatória da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Setembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe

Angelino Pires dos Santos

CONHEÇA A ENIGMÁTICA CHINA DE MAO

Leia a HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO CHINESA

de ENRICA COLLOTTI PISCHEL

colecção SABER

Uma edição com a garantia PUBLICAÇÕES EUROPA AMERICA

NOVA SOVENDO

AGENTE CITROËN

Av. Infante Santo, 15 A/C - Telf.: 607117 - Lisboa

AGENTE CITROËN

PUB

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

PLENÁRIO DE SÓCIOS

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Discussão e votação do Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses;

18 Segunda 20.30 h	**LISBOA**	Salão Nobre do Instituto Superior Técnico (ao cimo da Alameda D. Afonso Henriques)

Se ainda não recebeste o projecto do regulamento pede-o na Sede.

Os Delegados Sindicais devem divulgar amplamente esta reunião.

SAUDAÇÕES SINDICAIS

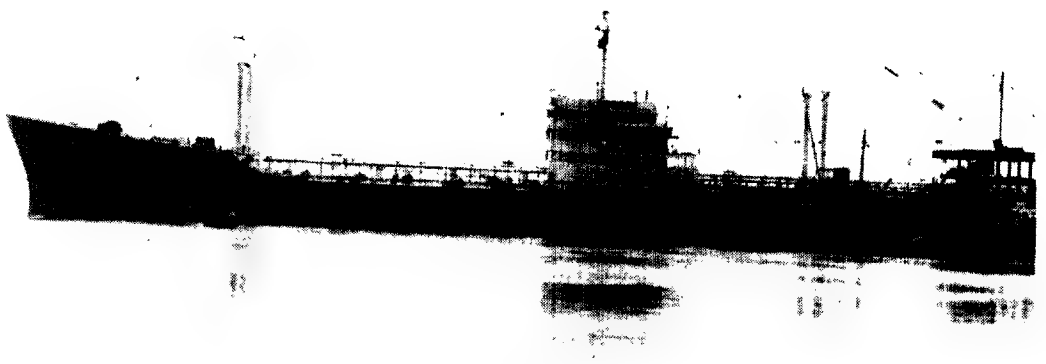
A DIRECÇÃO

15-10-76

Nacional

NECESSIDADE D
DE UTILIZAÇÃO
DA FROTA MERC

EDUARDO GUSTAVO PINTO BARRADAS (capitão da Marinha Mercante)



O «Niassa», que deveria ter sido substituído em 1970, ainda se encontra ao serviço

1 — PREÂMBULO HISTÓRICO

Terminado o processo de descolonização que se iniciou com o movimento de 25 de Abril de 1974, fechou-se definitivamente o período colonial da nossa História.

A história desse período colonial encontra-se ligada à exploração marítima, de que a fase mercantil, que se seguiu aos Descobrimentos, foi provavelmente a de maior projecção e envergadura.

O nosso país sempre foi e será um País marítimo de economia ligada à exploração comercial marítima e não é a perda das colónias que poderá alterar esta constante económica, revelada desde sempre por uma vocação natural para o mar. Podemos considerar mesmo que a manutenção da nossa independência nacional, em relação ao cobiçoso vizinho ibérico, se deveu ao acesso por via marítima dos apoios vindos de fora, que nos permitiram lutar por essa independência e vencer.

Contudo, por mais paradoxal que possa parecer, devemos considerar a quase total inexistência de Marinha Mercante como tal, até ao início do século XVI, visto que a mesma se confundiu com as «armadas» e só a partir daquela época, as armadas começam a englobar unidades com características mercantis — as naus redondas.

De facto, o primeiro impulso dado à actividade marítima comercial em termos de programas de equipamento e criação de companhias de navegação só se dá no final do séc. XIX e princípios do séc. XX, com a implantação do regime republicano.

As características deste arranque, na fase de assalto ao poder pela burguesia, já farta do regime monárquico e dos obstáculos que ele lhe fazia, teriam de ser como o foram, as de uma actividade visando fins monopolistas. É ainda no período monárquico que começa a surgir legislação portuguesa específica do comércio marítimo, com a publicação em 1833 do Código Comercial da autoria de Ferreira Borges, seguido em 1839 pelo 1.º Regulamento das Capitanias e, mais tarde, pelo Acto Especial de Navegação de 1863 e pelo 1.º Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante em 1864.

O envolvimento português na 1.ª Grande Guerra a fim de salvar o prestígio do País e de garantir a nossa posição colonialista em África após a guerra esgotou economicamente o País e levou à estagnação da necessária evolução dos transportes marítimos.

Mas o golpe militar de 28 de Maio de 1926 não viria a dar-nos o regime político necessário à evolução do País e os aspectos atrás indicados manter-se-ão até depois da 2.ª Guerra Mundial, em que na década de 50 se inicia um programa de reconstrução da Marinha Mercante, através da compra de unidades (normalmente quase obsoletas) e na construção de alguns navios novos em estaleiros nacionais e estrangeiros.

Os defeitos e carências fundamentais manter-se-ão dado que os objectivos da exploração dos navios sempre estiveram virados para as colónias e para as trocas entre elas e a Metrópole, nunca se pensando em concorrer internacionalmente, como sempre fizeram os restantes países de passado marítimo. Enquanto esses progrediram e adquiriram experiência a todos os níveis, a Marinha Mercante Portuguesa continuou mais de um século a viver da árvore das patacas.

Mas a necessidade de uma Marinha Mercante funcional e activa mantém-se de pé. Reportando-nos a um passado relativamente recente, verifica-se que nas trocas entre as «parcelas constitutivas da Nação», a Marinha Mercante Portuguesa participou em 1968 com 84 por cento do transporte, sendo nessa data a previsão dos organismos do Estado fascista vir a aumentar aquele valor de forma progressiva. Note-se que estas trocas eram em volume bastante superiores no sentido colónias-Metrópole que no sentido inverso; mas o que representava o grau de dependência da mesma, em relação a esses territórios africanos, era que a participação da nossa Marinha Mercante nas trocas, nessa altura, entre o País e o estrangeiro, era quase nula, nomeadamente nas mercadorias de importação.

Erros acumulados por gerações de teimosos que se consideravam possuídos do dom da verdade, de infalíveis, cegos perante a realidade, de administrações sem o mínimo alcance e falhas de qualquer preocupação de planeamento e sem conhecimentos técnicos avançados, deixaram-nos uma Marinha Mercante envelhecida, obsoleta e mal servida por muitos dos que lhe deviam dedicar honestamente o seu saber. Ao deflagrar o inevitável a que nos levou a política do «orgulhosamente sós» a nossa Marinha Mercante estava em condições de competir a nível internacional? Afirmamos que algumas das unidades.

2 — A FROTA

Em toda a história da nossa Marinha Mercante, dificilmente se encontram exemplos de planeamento das frotas das empresas privadas, até ao 25 de Abril. Sabemos que o industrial Alfredo da Silva dedicava certo carinho em relação a este sector da economia, e que nessa altura era exemplo único de pessoa esclarecida sobre esta matéria, criando uma frota mercante — a da Sociedade Geral — que apontava para a competição internacional. Quanto a legislação sobre esta matéria, foi o Despacho 100 publicado em 1945 o mais importante diploma que apareceu tendo como preocupação a renovação da frota; faltava-lhe, entre outros aspectos, a ousadia e profundidade que poderia ter tido se não houvesse, como quase tudo o que se fez durante o Estado Novo, a preocupação de produzir o efeito de «fachada» em associação com a política colonialista, a defender pelos exploradores deste país e no único interesse das 400 famílias privilegiadas dessa época.

Na tentativa de explicar aos portugueses as necessidades e a importância da Marinha Mercante para o País, numa altura em que atingimos uma taxa elevada de subemprego, vejamos agora alguns dados sobre o que foi a frota mercante até hoje.

Desde 1871, altura em que se criou a primeira empresa de navegação (!) — a Empresa Insulana de Navegação — até 1945, em que o Governo decidiu «reapetrechar» a frota nacional, os navios portugueses eram unidades mais ou menos obsoletas, adquiridas em segunda e terceira mão ou por virtude de actos de guerra, quer no período de 1914-18 quer no conflito de 1939-45 em que, devido à nossa «neutralidade», vieram a cair nas nossas mãos, provenientes de bandeiras beligerantes. Depois de 1945 criou-se uma frota de navios petroleiros de características monopolistas — a Soponata — e as companhias existentes (C.N.N. Colonial de Navegação e S. G.) adquiriram ou mandaram construir navios para substituição de unidades envelhecidas. Algumas dessas unidades adquiridas já eram obsoletas para o Comércio Internacional, nas Marinhas donde provinham.

Ao chegar a 1965 a frota mercante nacional, que surgiu por efeito dessa atitude de «renovação», tinha uma idade média de 20 anos — duração que se considerava ser o limite rentável de um navio mercante (!) segundo a opinião do então PR Américo Tomás — bem diferente dos critérios de gestão em vigor em países como a Inglaterra, onde os armadores davam nessa altura o máximo de 10 anos a um navio para efeitos da sua substituição!.

Do conjunto dos navios de carga geral, cerca de 21 por cento tinha nessa altura mais de 18 anos, 11,7 por cento teriam de ser substituídos dentro de cinco anos (1970) e se considerarmos o errado critério dos 20 anos de vida rentável, 11,7 por cento desses navios teriam de ser substituídos em 1975. Destes últimos estão ao serviço o «Beira», o «Lobito», o «Niassa» e o «Uíge».

Dos navios tanques da Soponata (a frota mais moderna e o armador que desde 1950 só adquiriu navios novos) o «Alvelos» tinha 15 anos em 1965 altura em que se previa a sua substituição, visto ser mais curta a vida rentável de um navio tanque, bem como o «São Mamede», transportador de produtos refinados, seria substituído nessa data. Até 1975 deveriam ser retirados «Cercal», «Dondo», «Erati», «Fogo», e «Gerês». Dos navios indicados deixaram de ser utilizados os três primeiros. No entanto o programa de substituição destas unidades foi posto em prática com a entrada ao serviço dos navios «Jeci», «Larouco», «Ortins de Betencourt», «Marão», «Montemuro», «Marofa» e em breve será entregue o «Neiva», da mesma série.

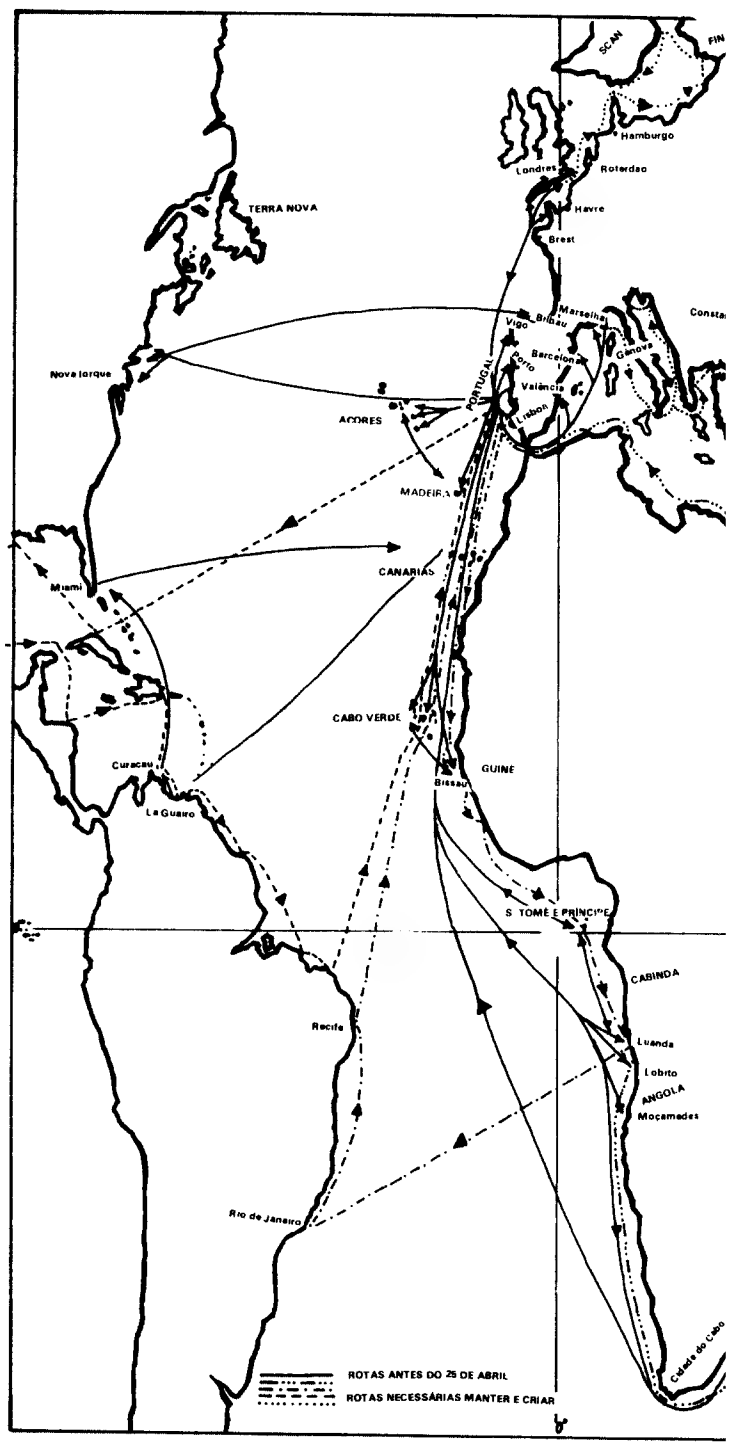
A Companhia Nacional de Navegação efectuou depois da fusão com a Sociedade Geral, (S.G.), a compra de várias unidades para substituição de outras: caso do «Quelimane», «Cunene», «Sofala», «São Tomé», «Cabinda», etc.

A CTM, que deriva da fusão da C. Colonial, da Insulana e dos Carregadores Açoreanos, igualmente operou a substituição de vários navios sendo de destacar as compras do «Bailundo», «Serpa Pinto», «Congo», «Muxima», «Bernardino Correia», «Pereira d'Eça», «Malanje», etc.

Se bem que a tonelagem da frota tenha sempre mostrado uma tendência para crescer, a qualidade e rentabilidade da mesma manteve-se, visto serem os navios velhos ou onerados por reparações iniciais elevadas.

A falta de estudo de unidades a adquirir por parte dos Armadores, a não intervenção do Estado nesta matéria, levava as administrações das companhias a «cozinhar» os programas de substituição, seguindo por vezes instruções dos agentes no estrangeiro ou concretizando as aquisições em função das «luvas e comissões» a receber. A grande maioria das pessoas que ocuparam cargos de chefia do armamento das companhias de Navegação Portuguesas eram incompetentes, nomeadas por compadrio e pela ideologia afecta ao «regime», sem os conhecimentos técnicos e de gestão indispensáveis para o exercício desses cargos.

Assim sendo, não admira que sendo necessário adquirir um navio para o transporte de madeira em toros desde Cabinda, o navio escolhido no Norte da Europa ao chegar ao porto de carga não pudesse cargar visto ser uma unidade para transportar madeira em pranchas (standards), pelo que o seu convés não possuía a resistência necessária para o peso dos toros de madeira, além de não possuir os meios elevatórios para tal tipo de carga! Outro exemplo é o de navios mistos (carga e passageiros) adquiridos já na fase média da sua construção por desistência do armador inicial, os quais sofreram alterações a pedido do armador português, as quais tiveram tal efeito sobre a estabilidade inicial (aumento de mais um tombadilho!!!) que os navios passaram a navegar com lastro permanente nos porões visto ser precária a estabilidade quando navegando com muito pouca carga! A compra de navios porta-contentores (Econave) com uma ridícula velocidade normal para tal tipo de transportes, caracterizado pelo elevado ritmo de rotação entre portos; a escolha de navios de gás (butaneiros da Sacor Marítima) que recaiu sobre um projecto francês de que só existia um navio (o Cap. Corso), e que para a mesma tonelagem apresentavam menor estabilidade e menor porte tendo



...E UMA POLÍTICA ...E FOMENTO ...CANTE NACIONAL

O «Gerês», outro dos navios que deveria deixar de navegar em 1975, também não foi retirado

além disso erros graves de construção de que é exemplo a falta de anteparas de balanço no interior dos tanques de lastro, são outros dos muitos casos que se poderiam citar!

. Finalizando este assunto diremos que em 1 de Janeiro de 1974 a frota mercante seria aproximadamente constituída por:

. 12 navios totalizando 1410 000 tdw com idade inferior a 5 anos; 17 navios totalizando 185 000 tdw com idade entre 6 e 10 anos; 13 navios totalizando 88.000 tdw com idade entre 11 e 15 anos; 26 navios totalizando 130 000 tdw com idade entre 16 e 20 anos; 38 navios totalizando 200 000 tdw com idade entre 21 e 25 anos; 37 navios totalizando 45.000 tdw com idade acima de 25 anos de idade.

Esta frota transportou em valores aproximados:

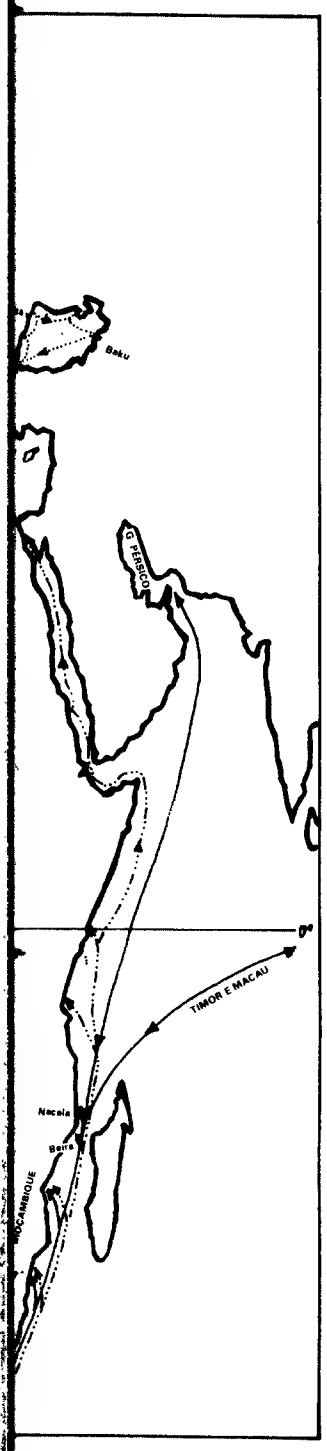
. a) do Continente para as Colónias — 570 milhares de toneladas

b) das Colónias para o Continente — 2.250 milhares de toneladas

c) de Portugal para o estrangeiro — 129 milhares de toneladas

d) do estrangeiro para Portugal — 1.080 milhares de toneladas. Estes valores comprovam o que atrás dissemos em referência à grande dependência da actividade comercial marítima, das trocas com a África e, a quase inexistência da sua presença, no transporte das nossas mercadorias exportadas para países estrangeiros, ou desses países importadas.

Concluíndo este assunto, a frota Mercante Portuguesa não tem presentemente uma idade média muito inferior àquela que tinha há 6 anos embora tenham entrado ao serviço alguns navios novos.



3 — AS TRIPULAÇÕES E O ENSINO NÁUTICO

Ao analisar este sector da economia não podia deixar de tocar no tema tripulações. Existem desde longa data carências tradicionais respeitantes ao pessoal que, em todos os sectores presta serviço nas companhias de navegação.

As companhias tiveram sempre excessivos quadros de terra, comparativamente ao que acontece com as marinhas estrangeiras, por motivo de uma ancilosada e obsoleta orgânica de serviços. No mar não erramos ao afirmar que todas as secções apresentavam oficiais cuja preparação era indubitavelmente deficiente, facto que ainda não sofreu qualquer alteração para melhor!

. Com a evolução técnica dos últimos vinte anos, veio acima a falta de conhecimentos profundos de matérias fundamentais não ministradas na Escola Náutica nem na Escola de Marinheiros, especialmente no que se refere a Eléctricidade, Electrónica e Hidráulica; estas disciplinas são fundamentais para a compreensão do funcionamento dos navios modernos, que através do automatismo permitem uma maior eficiência e rendimento. São exemplo deste tipo de sistemas os que podemos encontrar em navios automatizados ou semiautomatizados, tais como os de comando à distância de instalações propulsoras (que permitem a existência de casas das máquinas não vigiadas 17 horas em 24); sistemas de hélice de passo variável; controlo eléctrico-hidraulico ou hidráulico das cargas e descargas de petroleiros por comando à distância das válvulas; controlo térmico de reservatórios de gás liquefeito sob pressão por circuitos de corrente intríncesa; comando hidráulico de escotilhas de porões, etc. Estes sistemas são hoje de uso corrente nas Marinhas de todo o mundo equipando a maioria das novas construções.

Podemos ter navios deste tipo avançado e retirar deles o rendimento que podem dar?

A experiência feita com algumas unidades adquiridas nos últimos anos e que possuiam alguns destes sistemas revelou que essas unidades saem antieconómicas nas mãos das tripulações portuguesas, pela impossibilidade de utilizá-las no pleno uso das suas possibilidades. Instalações propulsoras, que possuem noutras marinhas mercantes um chefe de máquinas, um oficial eléctricista e um ajudante, na nossa marinha só navegam com o dobro do pessoal e a correr quartos, porque não se confia no automatismo e não só...!

. Temos que preparar tripulações para estes navios e para os do futuro, acompanhando o ensino náutico, todo o progresso técnico que leva à utilização de novos sistemas, porque só assim poderão os nossos navios competir no campo internacional com os das outras bandeiras.

4 — QUE SOLUÇÕES PARA A CRISE?

Terminada a época do proteccionismo das carreiras de África, consequência inevitável da necessária descolonização, estamos perante o problema urgente de salvar a nossa Marinha Mercante de um colapso!

Colapso que se torna evidente se os navios continuarem parados em Lisboa durante meses como vem acontecendo, desde que as estadias nos portos não se reduzam a um mínimo necessário, se as administrações não estiverem interessadas em salvar o sector da crise, quer por saudosismo de um passado de triste memória, quer por obediência a ditames partidários, quando se trata do País e da sobrevivência de um sector económico do qual podemos tirar economias enormes de divisas que vão para as mãos de armadores estrangeiros e que devemos manter a todo o custo nas nossas!

. A solução da crise passa também pela vontade das tripulações em trabalhar porque se o fizerem, não só podem garantir as condições de vida que se conquistou com o 25 de Abril mas também a via democrática para um País que sofreu 50 anos de noite fascista.

Compete aos governantes indicar as medidas urgentes a seguir pelas companhias de navegação que foram nacionalizadas. Porém é nosso dever contribuir com o que julgamos ser fundamental para resolver a crise pelo que passamos a indicar algumas medidas urgentes a tomar:

1.º devem ser determinadas as idades médias, grau de rendibilidade mínima, indicação das datas de substituição previstas, tipo de combustível usado e autonomia de cada navio existente, com indicação destes dados à entidade governamental competente, juntamente com a indicação das deficiências remediáveis de que alguma unidade possa ser possível de vir a sofrer, com vista ao aumento da sua exploração comercial marítima.

2.º devem ser eliminadas do serviço aquelas unidades que o Governo, depois de ouvidos todos os interessados, tiver considerado como antieconómicas, dentro do mais curto espaço de tempo, substituindo-as por novos navios a construir por estaleiros portugueses, segundo planos previamente estudados pelos serviços competentes ou por grupos de trabalho em que deverão estar representados elementos da União dos Sindicatos do Mar. É necessário adoptar soluções portuguesas com base em estudos semelhantes, já elaborados por outras moções com o fim de remodelar as suas frotas mercantes em crise (elaboração de navios «standart» do tipo «Freedom Ship» ou do tipo «SD 14» ou equivalentes).

3.º devem ser indicadas directrizes para a abertura de novas rotas para os nossos navios tendo em vista o alargamento das relações comerciais que se iniciaram depois do 25 de Abril; na elaboração de acordos comerciais com outros países devemos ter presente que deve ser reservada à nossa Marinha Mercante, quando não for possível a totalidade, pelo menos 50 por cento do volume das mercadorias a transportar. Além disso que as importações se façam em termos FOB e as exportações em contratos CIF.

4.º devem ser rapidamente corrigidas as deficiências das condições portuárias que oneram a exploração dos navios através do aumento incrível dos tempos de estadia para cargas e descargas, especialmente dos portos de Lisboa e Setúbal, bem como a resolução de outros problemas que afectam os portos de Leixões, Aveiro e Faro. Deverão ser criados terminais de carga e descarga para cereais e minérios que comportem navios com calados não inferiores a 45 pés. É necessário o aumento da capacidade de escoamento destes portos através de vias rodoviárias alargadas (não se admite que o escoamento das mercadorias do porto de Lisboa se faça passando pela Praça do Comércio e Cais do Sodré!!!).

5.º deverá ser alargado através de legislação urgente, o limite de actuação da nossa frota mercante de cabotagem de molde a que, a nossa navegação costeira internacional, possa competir onde as outras bandeiras o fazem, permitindo aos pequenos armadores uma maior margem de defesa.

6.º estabelecer uma carreira normal e regular entre o Continente e as Ilhas Adjacentes que deverá estar atribuída a uma só companhia.

Estes são alguns dos temas que necessitam de solução imediata para que se esboce a recuperação necessária deste importante sector da economia, do qual dependem igualmente muitas actividades que, como ela, ocupam mão-de-obra, num país em crise de subemprego e dependente do estrangeiro na importação de bens fundamentais.

5 — UTILIZAÇÃO E RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE AO SERVIÇO DO PAÍS

Sem uma planificação consciente da Marinha Mercante conjugada com um planeamento global do País em termos económicos, poderemos pôr em sério risco a independência nacional, a via democrática e de qualquer maneira estaremos a cavar a ruína da nossa débil Marinha Mercante.

Assim, quanto à exploração comercial devemos tentar manter a frota mercante nas rotas de África de acordo com a necessária manutenção das relações comerciais entre esses novos países e Portugal. Porém a criação de novas carreiras ao frete internacional é uma necessidade imperiosa para a sobrevivência da Marinha Mercante Portuguesa! Por assim pensar seguem-se análises sobre algumas das mais importantes carreiras:

PORTUGAL — MEDITERRÂNEO — MAR NEGRO

Esta carreira foi anteriormente explorada muito deficientemente; tendo o Mediterrâneo Ocidental como único sector de interesse — devido à política do anterior regime — o armamento deixou esquecidos os restantes portos para leste do eixo Peninsula Italiana — Cabo Bon. Impõe-se o seu alargamento ao Adriático e Mar Negro, permitindo aos nossos navios o transporte de mercadorias a um país não alinhado (Jugoslávia), bem como à Grécia, Turquia e a países socialistas com os quais reactamos relações diplomáticas e comerciais (Bulgária, Roménia e URSS).

PORTUGAL E — BRASIL — ANGOLA

Apesar dos condicionalismos políticos que existem por motivo do regime politico existente no Brasil, esta carreira será fundamental para a actividade da nossa Marinha Mercante quer agora quer no futuro. Neste momento ela não apresenta o inconveniente de grande competição por parte de outras marinhas, permitindo o aumento das possibilidades de trocas entre a RP de Angola e o Brasil. Além disso, permitirá a circulação de mercadorias entre Cabo Verde, Senegal, Libéria e os portos brasileiros de Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Previsível igual volume de cargas nos dois sentidos.

PORTUGAL — AMÉRICA CENTRAL — PORTUGAL

Será como as anteriores uma rota para navios de carga geral e contentores. Permitirá esta carreira estreitar os elos entre Portugal e os emigrantes portugueses na Venezuela e Curaçao, bem como com Cuba donde passaremos a importar o açúcar, bem de consumo tão necessário e por virtude de contratos a celebrar entre os dois países, e para onde exportamos produtos diversos, com especial relevo para a metalomecânica.

PORTUGAL — NORTE DA EUROPA — BÁLTICO

Esta carreira já existia anteriormente (denominava-se NEMA pela SG) mas ignorava-se a existência do Báltico, por motivo da posição política do anterior regime. Carreira de tendência importadora e para onde devemos tentar aumentar as nossas exportações. A nossa bandeira poderá chegar finalmente aos portos da Suécia, Finlândia, R.D.A., Polónia e URSS, países com os quais nunca tivemos carreiras normais. Esta carreira deixará de ter o trajecto de África se isso se não justificar podendo ser, como a do Mediterrâneo, praticada por navios até às 2.500 tdw.

PORTUGAL — ÁFRICA ORIENTAL — SUEZ — PORTUGAL

Será a carreira do periplo da África e destina-se a permitir o nosso comércio com os países africanos do Oceano Índico: R.P. de Moçambique, Tanzânia, Quénia, Somália, Sudão, Egipto; e do N. de África: Líbia, Tunísia, Argélia. Permitirá ainda a ligação entre Luanda e Maputo no trajecto de ida e a cobertura dos portos africanos do Mediterrâneo já no regresso a Portugal.

São estas as considerações

Continua na pág. 14

Nacional

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CARNES DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

COMUNICADO

Tendo em conta que é de extrema importância a realização de eleições no nosso Sindicato vimos neste sentido apelar a todos os associados para que, verifiquem se as suas entidades patronais têm enviado para o Sindicato as suas quotizações, para que assim possam exercer o direito de eleitores.

Apelamos mais uma vez para que todos os trabalhadores se debrucem sobre este problema, que os podem privar do direito eleitoral.

Lisboa, 4 de Outubro de 1976.

A COMISSÃO DIRECTIVA

PUB

Aos Trabalhadores do Sector de Importadores e Armazenistas de Materiais de Construção, Aços, Tubos, Metais, Ferragens, Ferramentas e Equipamentos Industriais

Convocam-se todos os trabalhadores deste sector para um plenário a realizar no dia 19 de Outubro pelas 20 h., na Av. da República, 31, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — **Posição das Associações Patronais face à revisão do CCTV**

2 — **Medidas a tomar**

CAMARADA, NÃO FALTES.

TRATA-SE DO TEU CONTRATO VERTICAL

A Comissão Negociadora Sindical

BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — Rua Infantaria 16, 55-C — LISBOA

Frota mercante nacional

Continuação da pág 13

que nos parecem dever indicar num trabalho desta indole no que se refere a carreiras para a frota mercante. Aquelas que já existiam para os portos da costa leste dos EUA e para as Canárias, Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Principe, manter-se-iam em actividade, bem como as rotas usuais dos petroleiros para o Golfo Pérsico as quais passaram a ter o aliciante das importações de ramas do Caucaso (Mar Negro).

Se a politica governamental em relação aos estados africanos de língua portuguesa for aquela que zele pelos interesses económicos e culturais dos portugueses, bem como dos povos recentemente libertados, enfrentando a construção de sociedades livres rumo ao socialismo, a nossa marinha mercante poderá manter polos de actividade de acordo com o fluxo de mercadorias que fatalmente continuarão a fluir para esses países em construção. O tardio reconhecimento da República Popular de Angola não favoreceu em nada este sector fundamental da nossa economia que é a Marinha Mercante, embora ela só possa sobreviver com pendor para a concorrência no mercado internacional.

Quanto ao equipamento da frota, a substituição dos navios não rentáveis deverá ser feita dentro da preocupação de uma progressiva especialização do tipo de navios, devendo concentrar-se, especialmente, o programa de construções nos seguintes tipos:

— navios porta-contentores médios;

— navios tanques para produtos derivados da refinação (até 12.000 tdw)

— navios butaneiros (para transporte de butano e propano que se importa cada vez mais).

— navios para produtos químicos (dois já estão em construção com capital da CNN e estrangeiro).

— navios graneleiros (para transporte de minérios para a Siderurgia e cereais que estamos importando há anos em navios estrangeiros).

— navios frigoríficos (para o transporte de alimentos congelados e de que dependemos cada vez mais).

No âmbito da legislação o Governo deverá regulamentar medidas proteccionistas, tais como:

— tornar obrigatório que todas as mercadorias isentas de direitos de importação devam ser transportadas em navios nacionais;

— a construção de novas unidades mercantes deverá ser efectuada em estaleiros portugueses;

— deverá ser reforçado e mantido o Fundo de Renovação da M. Mercante por intermédio de total control do Estado;

— deverá ser promovido o control rigoroso por parte do Estado, dos custos de construção das unidades e da compra de equipamentos, de modo a ser adquirido o melhor dentro do mais económico;

— promover o urgente estudo para o arranque da exploração turística do mar, que hoje se faz nas marinhas socialistas e capitalistas (o que levaria os tripulantes desempregados pelo abatimento do serviço dos navios de passageiros, a novas hipóteses de emprego) passando a explorar navios tipo «ferry» nas rotas turísticas que mais nos possam interessar quanto ao turismo (Lisboa - Le Havre - Southampton - Ponta Delgada - Funchal - St.ª Cruz de Tenerife - Las Palmas - Casablanca - Lisboa;

— promover a criação urgente de um terminal para «car-ferries» num dos portos do Algarve a fim de permitir um maior fluxo turístico anual para que o turismo algarvio subsista;

Que este trabalho seja entendido como tentativa de contribuição para um debate nacional acerca da Marinha Mercante, sector sempre mantido nos bastidores durante o anterior regime politico e que, até agora, ainda não foi objecto de tratamento próprio pelos meios de informação. A ignorância do problema também passa por todos os partidos políticos que nos seus programas, ao falar de medidas para resolver os problemas sócioeconómicos que o País atravessa, nem uma letra lhe dedicaram.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OfÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONVOCATÓRIA 31/76

Nos termos do Art.º 34.º dos Estatutos do Sindicato convoco a Assembleia Geral do Organismo para uma reunião a realizar no próximo dia 20-10-76, pelas 20.30 horas, no Edifício da Inatel, em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Congresso dos Sindicatos - Discussão e Aprovação do Regulamento.

2.º — Federação da Construção Civil — Discussão e Aprovação sobre a adesão do nosso Sindicato.

3.º — Informações.

Nota: É indispensável a apresentação do cartão de sócio.

Setúbal, 8-10-76

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Domingos Baião Pires

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CARNES DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

A todos os trabalhadores em carnes anunciamos com base nos Estatutos (Artigo 75.º) as eleições para os corpos gerentes do nosso Sindicato, para o triénio 1977/1979, a efectuar na sede do nosso Sindicato — Rua da Paz N.º 7-1.º — Lisboa, das 9 às 19 horas, no dia 28 de Novembro de 1976.

TODOS OS TRABALHADORES DEVEM PARTICIPAR NESTA IMPORTANTE TAREFA!

POR UM SINDICATO DE CLASSE!

PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES!

Lisboa, 4 de Outubro de 1976.

A COMISSÃO DIRECTIVA

REVISOR/A

Para jornal bisemanal a iniciar a sua actividade em Novembro/76.
Entrevistas terça-feira, 18, entre as 15 e as 18 horas na Rua Rodrigues Sampaio n.º 6-7.º - Sala A

Estrangeiro

SE FOR PROIBIDO EM MADRID

Congresso do P.S.O.E. em Paris ou Lisboa

. MADRID, 18 — (ANOP, FP, R e «DL») — Comentando a hipótese do Governo espanhol proibir a realização do congresso do Partido Socialista Operário Espanhol, o secretário da Imprensa do PSOE, Alfonso Guerra disse ao vespertino «Informaciones» que «seremos obrigados a escolher: iremos a Paris ou Lisboa». O congresso está marcado para os dias 4 a 7 de Novembro.

Pensava-se transformar o encontro numa «cimeira socialista», com a presença de figuras de relevo do socialismo mundial como Altamirano, Mitterrand, Brandt, Palme, De Martino, Papandreou, Soares e outros. Entretanto, Alfonso Guerra afirmou também que não se realiza em Madrid a reunião da Internacional Socialista, como foi divulgado nos últimos dias.

De acordo com a legislação em vigor, os dirigentes do PSOE comunicaram ao Governo a realizaçao do congresso, assim como a reunião do grupo socialista madrileno, que deveria ocorrer no passado fim-de-semana em Madrid. Sem dar resposta quanto ao congresso, a reunião do grupo sovualista foi proibida pelo Governo Civil sob a alegação de falta de cumprimento de exigências legais. Esta atitude está a ser encarada como a indicação de que o congresso também poderá ser proibido. As implicações políticas são de vária ordem e a projecção que o acontecimento teria merece particulares interpretações do Governo quanto à celebracão do congresso de um partido ainda não legalizado e quanto à presença, na capital espanhola, de tantas individualidades socialistas. Entretanto, apesar do impacto que o congresso provoca entre os moderados e os conservadores, a direcção do PSOE vai avançar com o projecto.

Por outro lado, desde já se comenta que o Governo de Juan Carlos será submetido a um teste de autoridade no próximo dia 20 de Novembro, data do primeiro aniversário da morte de Franco. A direita anunciou uma «marcha sobre Madrid» e concentrações maciças para a celebração da efeméride. No entanto, até agora, a única iniciativa autorizada é a missa oficial que será rezada no Vale dos Caídos, na qual estarão presentes diversas individualidades. Discretamente, o Governo espanhol advertiu que não serão permitidas outras celebrações. Caso os direitistas realizem a «marcha sobre Madrid» e os comícios que estão a convocar, o facto poderá ser encarado como uma vitória. Contudo, se o Governo efectivamente proibir as manifestações, poderá ter sérias dificuldades em fazer cumprir as suas determinações.

Quanto ao País Basco, a tensão aumenta. Os habitantes queixam-se do «ambiente de terror» que os comandos da extrema-direita fazem reinar em diversos bairros de San Sebastian e em várias outras localidades da província de Guipúscoa. Em contrapartida, o director do jornal de extrema direita «La Voz de España», ligado ao «Movimiento» (franquista), teve que abandonar a cidade sob a protecção da polícia após ser ameaçado de morte pela ETA.

Esqueleto de ser extraterrestre?

. CIDADE DO MÉXICO, 19 — (FP) — O semanário mexicano «Lunes de Excelsior» publicou ontem a fotografia do esqueleto de um ser desconhecido, acompanhada da entrevista concedida pelo homem que o descobriu, o mexicano de 68 anos Humberto Romero Valencia, o qual sustenta tratar-se dos restos de um ser extraterrestre.

Romero afirmou ao jornal que o próprio director do museu antropológico do México admitiu a hipótese de se tratar de «um ser que não viveu sobre a Terra».

O esqueleto apresenta omoplatas bastante nítidas, cotos do que poderiam ser braços e orifícios que poderiam ter contido as veias e o sistema nervoso. A cabeça poderá semelhar-se à de um cão, sendo redonda, desprovida de olhos e com uma tromba. O conjunto mediria à volta de 20 centímetros.

Segundo Romero, que se vem dedicando ao estudo das espécies, nenhum animal ou ser humano conhecido corresponde ao esqueleto agora descoberto. Nas fotografias publicadas pelo semanário mexicano, pode ver-se uma coluna vertebral mas destituída de costelas.

TEORIA SOBRE UMA EXPLOSÃO

RICHMOND (Virgínia), 18 — (ANOP) — Na passada eexta-feira um professor de um colégio da Virgínia declarou que acredita que o Governo soviético está a adoptar oficialmente a sua teoria de que seres provenientes do espaço estiveram envolvidos no despenhamento de uma nave espacial propulsionada por energia nuclear na sibéria, em 1908.

Tom Atkins, professor de teatro no Colégio Hollins, em Roanoke, Virgínia, disse que provavelmente existe uma relação entre o facto de que os soviéticos autorizaram um dos seus mais proeminentes cientista, Alexei Zolotov, a expor a sua teoria de uma explosão nuclear, somente poucos meses após a publicação de um livro escrito por Atkins sobre este mesmo assunto.

Atkins e John Baxter, um jornalista londrino, escreveram «The fire came by», sobre a explosão siberiana, afirmando que o mais provável era que criaturas do espaço estivessem envolvidas no fenómeno — a explicação mais lógica para o sucedidido.

Alguns cientistas postulam que a explosão foi provocada por um meteoro ou cometa que se despenhou na Terra.

«A teoria que propomos no livro é que a explosão siberiana foi cuasa por uma nave espacial movida por energia nucelear» — disse Atkins, acrescentando que «muito embora possa parecer fantástico, é a explicação mais lógica».

Cimeira árabe sobre o Líbano

RIADE, 18 — (R) — A síria concordou com propostas apresentadas pelo Egipto para se acabar com a guerra no Líbano, segundo revelaram hoje fontes sírias na cimeira árabe que decorre em Riade.

O presidente Elias Sarkis do Líbano e Yasser Arafat, presidente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), que assistem também à cimeira, conferenciaram até às primeiras horas de hoje, a fim de concluirem um documento de trabalho baseado no plano egípcio.

Entretanto comandos palestinianos e esquerdistas libaneses acusaram Israel de apoiar activamente um ataque direitista contra uma aldeia no Sul do Líbano.

Conjurados chineses acusados de provocar a morte de Mao

PEQUIM, 18 — (ANOP e R.) — Os quatro conjurados de Pequim são acusados, em cartazes de parede vistos em Xangai, de terem provocado a morte de Mao Tsé-tung, «atormentando-o» durante os últimos meses de vida, segundo relatam os correspondentes estrangeiros.

Os jornais de parede não indicam de que modo a viúva de Mao, Chiang Ching, e os três outros dirigentes «atormentaram» o extinto presidente, a pontos de lhe apressarem a morte, cujas causas, aliás, também ainda não foram oficialmente divulgadas, embora especialistas ocidentais se inclinem para a hipótese de arteriosclerose cerebral.

«POSTERS» EM XANGAI ATACAM OS RADICAIS

Entretanto, Chiang Ching continua a ser alvo de violentos ataques, tendo sido vistos jornais de parede com desenhos que a apresentam pendurada da forca e com frases do estilo «Critiquêmo-la até que apodreça» e «Esmaguemos Chiang Ching como verme pestilento».

Entretanto, a população de Xangai multiplica as manifestações de apoio ao sucessor de Mao, Hua Kuo-feng.

Um alto funcionário de Xangai foi acusado hoje em jornais de parede de organizar um exército de um milhão de milicianos numa tentativa para ocupar pela força a maior cidade da China.

Fontes de Xangai anunciaram que «posters» acusavam o secretário do Partido Comunista local, Ma Tien-shui, de armar a milícia e de conspirar para assumir o controlo do porto, do posto de rádio e de outros pontos estratégicos.

Ma tem sido associado estreitamente com quatro outros dirigentes esquerdistas que se noticiou terem sido presos por planearem o assassínio do primeiro-ministro Hua Kuo-feng.

Um jornal de parede afirmava que Ma tinha uma ligação telefónica de «linha quente» com o principal dos quatro liberais esquerdistas, o vice-presidente do P. C. C., Wang Hung-wen.

O «poster» exigia que Ma esclarecesse por que razão tinha um posto de rádio privado que revelasse para que fins o utilizava — anunciaram as mesmas fontes.

Xangai costumava ser considerado como um bastião do radicalismo esquerdista. Contudo, desde sexta-feira, apareceu cheia de jornais de parede atacando os quatro dirigentes — Wang, a viúva de Mao Tsé-tung, o vice-primeiro-ministro Chang Chun-chiao e Yao Wen-yuan.

Um dos «posters» continha o que se supunha ser uma directiva da Comissão Central de Pequim afirmando que compreendia a indignação dos habitantes de Xangai, mas pedia para «promoverem a produção e continuarem com a revolução».

ENSAIO ATÓMICO E APELO

Entretanto, a China anunciou que tinha efectuado com êxito outro ensaio nuclear subterrâneo e, ao dar a notícia acompanhou-a com um apelo para o povo se reunir à volta de Hua.

Analistas consideraram o apelo como destinado a elevar o moral, de forma a assegurar ao povo chinês que, a despeito da corrente convulsão política, não baixaram as defesas da nação.

Foi também considerado como novo sinal do apoio dados pelos militares a Hua.

Ontem, a guarnição de Pequim, deu publicamente o seu apoio a Hua e jurou combater os revisionistas, divisionistas e conspiradores.

Viajantes não anunciaram, até agora, sinais de agitação nas províncias e diplomatas ocidentais estão cada vez mais convencidos de que Hua e os militares têm a situação sob controlo.

Entretanto, soube-se que foram os antigos guarda-costas do primeiro-ministro Chu En-laifalecido em Janeiro quem procedeu, no princípio deste mês, à detenção da viúva de Mao Tsé-tung e dos outros três altos dirigentes do Partido Comunista Chinês implicados numa tentativa de «golpe de Estado».

Segundo revelações feitas de fonte chinesa no fim-de-semana, na capital, esses mesmos guardas, colocados sob a autoridade do sucessor de Mao Tsé-tung, Hua Kuo-feng, prenderam os conjurados que «conspiravam» com os seus cúmplices numa moradia das «colinas perfumadas», arrabalde oeste de Pequim.

A mesma fonte confirmou terem sido mortas três pessoas durante essa operação.

TENG TERIA SIDO HOSPITALIZADO

TÓQUIO, 18 — (F.P.) — O ex-vice-primeiro-ministro chinês Teng Hsiao-ping, estaria actualmente hospitalizado depois de ter sido ferido pela guarda do presidente Mao Tsé-tung, que fez fogo contra ele ao querer forçar a porta do presidente — anuncia o jornal nipónico «Mainichi».

O jornal japonês, que cita fontes de Pequim, acrescenta que o presidente Mao tinha recusado ver Teng Hsiao-ping e foi na sequência desta recusa que o antigo vice-primeiro-ministro, cuja evicção fora anunciada oficialmente no dia 7 de Abril, tentou forçar a porta da sua residência.

Malogro da Soyuz foi quase desastre

. MOSCOVO, 18 — (R) — Cientistas espaciais soviéticos iniciaram hoje investigações pormenorizadas ao fracasso da missão tripulada da semana passada que aparentemente quase terminou em desastre quando dois cosmonáutas aterraram num lago no meio de uma tempestade.

Os homens do espaço e a sua nave de pouso foram recolhidos no sábado à noite. Um alto funcionário disse ter sido uma operação heróica realizada por equipas transportadas de barco e helicóptero trabalhando na escuridão e sob temperaturas de cerca de 15 graus centígrados negativos.

Os cosmonáutas haviam recebido ordem para regressar à Terra menos de dois dias depois de terem sido lançados do cosmodromo de Baikonur. Sistemas de controlo de aproximação automática na sua nave Soyuz-23 avariaram-se quando esta se preparava para acoplar com um laboratório orbital.

Mas quando a sua cápsula sustentada por pára-quedas se dirigia para a área de recuperação normal na Ásia Central foi atingida por uma tempestade que varria as estepes e desviou-se aparentemente do seu rumo.

Em vez de pousar em solo firme, a cápsla caiu no lago Eengiz, a sudoeste da cidade de Tselinograd, onde a tempestade de neve era sentida com maior intensidade.

Foi a primeira vez nos 15 anos de história dos voos espaciais tripulados que cosmonáutas soviéticos pusaram na água no fim de uma missão, embora esta seja a técnica preferida pelos astronautas norte-americanos.

SOWETO: novas desordens após morte de estudante

JOANESBURGO, 18 — (R.) — Cerca de 700 negros amotinaram-se ontem à noite na localidade africana de Soweto, no termo do funeral de um estudante que morreu na prisão depois de ter sido detido no decurso de uma manifestação antigovernamental.

O estudante desaparecera de casa em 16 de Setembro quando se registaram desordens no centro de Joanesburgo, na véspera da visita do secretário norte-americano de Estado, Henry Kissinger.

A multidão de negros marchou, em fúria, sobre um depósito municipal, afastou do seu caminho os guardas e apossou-se de dez carrinhas, vários camiões e de um camião-tanque de água que guiaram depois contra vedações, atirando-os contra paredes — revelou o comissário interino da Polícia, general Kriel.

Milhares de pessoas, incluindo crianças de muitas escolas de Soweto, assistiram ao funeral do rapaz.

Um informador dos transportes revelou que todas as carreiras de autocarros para Soweto foram suspensas depois de alguns apedrejamentos.

Após a Polícia dispersar o desfile, empregando granadas de gás lacrimogéneo e armas de fogo, ocorreram motins que alastraram a outras localidades de negros e mestiços de toda a África do Sul.

Caleidoscópio

. PARIS, 18 — (F.P.) — Giscard d'Estaing e Edward Gierek estão convictos de que «a França e a Polónia deram e continuam a dar um importante contributo para a causa da paz» e, em particular, para a causa do desanuviamento na Europa» — indica um comunicado à Imprensa publicado, ontem, em Paris e Varsóvia, no final da visita do chefe de Estado francês à Polónia.

HONG-KONG, 18 — (R.) — O Vietname acusa a Tailândia de ter enviado cerca de sete mil vietnamitas para campos de concentração, numa província do norte do país.

MOSCOVO, 18 — (ANOP) — O primeiro-ministro soviético, Alexei Kossyguine apareceu hoje pela primeira vez em público desde 22 de Julho — anunciou a agência Tass.

HAVANA, 18 — (R.) — Vários milhões de eleitores cubanos voltaram ontem às urnas pela segunda semana consecutiva para eleger candidatos às assembleias municipais, na segunda volta do escrutínio de domingo passado.

BERLIM-LESTE, 18 — (R.) — Os alemães orientais, numa votação virtualmente unânime, elegeram ontem uma nova Volskammer (Parlamento), formada inteiramente por candidatos aprovados pelos comunistas.

MANILA, 18 — (R.) — Uma mina terrestre matou quatro funcionários eleitorais e dois soldados, no único incidente violento grave noticiado pela Polícia durante o referendo em que a população filipina foi solicitada a pronunciar-se sobre se o presidente Ferdinando Marcos deveria prolongar ou não a lei marcial imposta em 1972.

PUB

SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO NORTE DE PORTUGAL

CONGRESSO DOS SINDICATOS

COMUNICADO

O Sindicato dos Ferroviários do Norte de Portugal participando activamente nos trabalhos preparatórios do Congresso de Todos os Sindicatos para a reestruturação da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses — Intersindical Nacional, promoveu nos últimos dias em toda a Zona Norte e ainda em Viseu e Aveiro, cerca de duas dezenas de plenários para discussão entre os trabalhadores de assuntos relacionados com o próximo Congresso dos Sindicatos, bem assim como para apreciação do Projecto de Regulamento do mesmo.

Nos plenários realizados, ficou bem marcada a vontade participativa dos trabalhadores e a sua firme determinação de verem reforçada a unidade do movimento sindical em torno de uma forte Central Sindical.

Culminando estes plenários o Sindicato dos Ferroviários do Norte convocou para o passado dia 12, terça-feira, uma Assembleia Geral para discussão dos temas já referidos, e para definir uma vez mais a posição da classe face ao próximo Congresso de Sindicatos e ao respectivo Projecto de Regulamento. Ratificando as posições assumidas nos plenários, a Assembleia Geral, que contou com a participação entusiástica de mais de um milhar de trabalhadores ferroviários, definiu do seguinte modo a posição da classe:

1 — Foram veementemente repudiadas todas as manobras divisionistas que em nada têm contribuido para o reforço da unidade.

2 — Vêem nelas uma tentativa de abrir caminho, no seio do movimento sindical à ofensiva capitalista que pretende restaurar no nosso país as estruturas monopolistas, entendem ainda os trabalhadores que o enfraquecimento do movimento sindical tentado por alguns, pretende desarmar os trabalhadores perante a ofensiva legislativa do Governo que através de decretos e outras leis feitas nas costas dos trabalhadores, ataca algumas das mais importantes conquistas da nossa revolução.

3 — Apelam a todos os Sindicatos e trabalhadores para que participem activamente nos trabalhos preparatórios do Congresso dos Sindicatos, empregando todos os esforços para que nenhum Sindicato fique à margem dos trabalhos, desmascarando se necessário a cegueira sectária de todos aqueles que não querem a unidade. Neste espírito, dão todo o seu apoio à Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso — CNOP, em torno do qual todos os Sindicatos se devem congregar com vista ao fortalecimento do Movimento Sindical Unitário.

4 — O Projecto de Regulamento do Congresso foi aprovado pelos trabalhadores, com rejeição de todas as alternativas propostas ao texto inicial da CNOP.

Porto, 14 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO
DO SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO NORTE DE PORTUGAL

SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO NORTE DE PORTUGAL

MOÇÃO

Considerando que já são passados largos meses e os estatutos da empresa ainda não foram aprovados;

Considerando que a empresa continua sem regulamentação própria porque se reger;

Considerando as informações dadas sobre a audiência havida com o ministro dos Transportes e Comunicações e a Federação dos Sindicatos Ferroviários.

Os Ferroviários da região Norte reunidos em Assembleia Geral em 12/10/76 exigem que sejam considerados os pontos fundamentais aprovados no plenário nacional em 20/1/75 no Entroncamento:

a) Obrigatoriedade de os trabalhadores serem ouvidos para o Conselho de Gerência (Artigo 9 ponto 3);

b) Obrigatoriedade da sua participação na Comissão de Fiscalização;

c) Obrigatoriedade da sua participação no Conselho Geral bem como a participação das autarquias no Conselho Geral, além da regulamentação de controlo operário.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL

COMUNICADO

ELEIÇÕES PARA OS CORPOS GERENTES NO PRÓXIMO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral comunica que concorrem às Eleições para os Corpos Gerentes do nosso Sindicato, para o biénio de 76-78, três Listas, que depois de verificadas as regularidades dos seus candidatos, se encontram em condições para no próximo dia 22 de Outubro de 1976 serem eleitos.

LISTA A

MESA DA ASS. GERAL

Afonso Monteiro
Amadeu Azevedo Esteves Caronho
Maria Manuela Antunes Barreto
António Costa Martinho da Graça
Matilde Graça de Jesus

SUPLENTES

Manuel Além Dias
Joaquim Pereira Pires

DIRECÇÃO

Américo Nunes
Victor Manuel da Silva Martins
Manuel do Nascimento Exposto Pinto
Gustavo António Martins Adolfo
Alfredo Lourenço Pinto
Vítor Eduardo Almeida Assunção
Ricardo Feliciano da Silva
José Fernandes Ferreira da Cunha
António Carlos Serra de Almeida
Nelson Tavares Borlido
Amélia de Jesus Reis Santos
Manuel Monteiro da Silva
Domingos Vaqueiro Rodrigues Manta
Francisco Maria de Sousa
António Alegria Amiguinho
Manuel Dinis Dias Bregieira
Manuel Joaquim Piteira

SUPLENTES

Manuel Gomes de Brito
Maria Teresa M. de Almeida Veiga
Leonardo Conceição Figueira Carvalho
Joaquim José de Assunção Trigo
Jacinto Diogo Luís

CONSELHO FISCAL

Alice Carvalho Noruegas D. da Rocha
Alberto Pedro da Costa
Orlando Blanco Bouzada

SUPLENTE
Carlos Pereira Correia

LISTA B

MESA DA ASS. GERAL

Manuel Ferreira de Barros
Júlio da Cruz Rufino Barbosa
Ângelo Pimenta da Silva
Rosa de Jesus G. dos Anjos
Manuel Correia de M. Batista

SUPLENTES

Lúcio Santos Teixeira
Jorge Inácio Coelho
Maria Lurdes Dias Fonseca

DIRECÇÃO

Nelson Moreira Linnsol Guedes
Maria José David R. Santos O. Batista
António Neves Pereira
Arménio de Jesus Fernandes
Alberto dos Anjos
Carlos Alberto Dias Ribeiro
José Domingos Pereira Tenda
Domingos Luís Araújo Costa
Agostinho Sequeira dos Santos
Avelino Bastos de Sousa
Manuel Gonçalves de Amorim
João Gil Gomes
Arlindo Rodrigues
Eduartina Adelaide Reis P. Lopes
José Francisco Cuiça
Luís Mariano Victor
José da Silva Teixeira

SUPLENTES

José Nogueira António
José Martins Roque
Diamantino Mesquita Andretta
Victor Manuel Jacinto Lopes
António Augusto Dias Morais
Victor Manuel da Silva Gouveia

CONSELHO FISCAL

Arlindo Ferreira Napoleão
Fernando da Silva Gaspar
Hipólito Mendes da Conceição

SUPLENTES

Maria Céu Nunes Morgado
Manuel António Ribeiro Delgado

LISTA C

MESA DA ASS. GERAL

José Eugénio do Carmo Rebelo
Manuel João Primo Lopes
Maria Carolina Mota da Silva
José Manuel Bastos Pereira
José Figueiredo Groba

DIRECÇÃO

Manuel dos Santos Arrais
Cesaltina Maria Guerreiro
Jorge Manuel Pestana Miranda
Maria Beatriz Oliveira P. de Menezes
Manuel Fernandes Duarte
Domingos Salgado Fernandes
Adélia Joaquina Direitinho F. Meireles
Januário José Barata Neutel
Mara Helena Namora G. da Cunha
Aires Augusto Gonçalves Bernardo
António Francisco Soares
José Adolfo da Silva Boto
Maria Isabel Pereira de Sá Pessoa
António José Marques Abaladas
Mário José da Silva Fonseca
Domingos Dias Gonçalves
Eduardo Nunes Ladeira

SUPLENTES

José Ramos

CONSELHO FISCAL

Albano Xavier Socorro Sousa
João Firmino Rocha
Agostinho Calado Ferreira

SUPLENTES

Alfredo Farinha Rodrigues
João Gonçalves Campos

APELO – Todos os trabalhadores da Indústria Hoteleira, devem participar na vida do seu SINDICATO, indo votar na **próxima sexta-feira,** para a Eleição dos Corpos Gerentes nas segundas **ELEIÇÕES LIVRES E DEMOCRÁTICAS NA EXISTÊNCIA DO NOSSO ORGANISMO DE CLASSE**

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
a) ALBERTO PEDRO DA COSTA

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO

COIMBRA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores Electricistas, zona de Coimbra para o Plenário da que se realiza dia 19, 3.ª Feira pelas 21 horas, na sede do Sindicato com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º **Congresso dos Sindicatos**
2.º **Informações**

Coimbra, 16 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

Estrangeiro

Habitantes de Seveso (Lombardia) invadem zona interdita

ROMA — Três meses após a catástrofe de Seveso, um grave episódio veio relembrar aos italianos o drama dessa comuna da Lombardia que, a 10 de Julho passado, foi atingida por uma nuvem de dioxina que se escapou de uma fábrica de produtos químicos. No dia 10 de Outubro, forçando as barreiras, várias centenas de pessoas invadiram a zona interdita e reocuparam as suas casas. Só no fim da tarde, após negociações febris com as autoridades é que os manifestantes concordaram em voltar aos moteis onde estão alojados desde 24 de Julho.

A manifestação causou grandes problemas às autoridades locais. O sector interdito, dito zona A, está, com efeito, muito atingido pela dioxina cujos efeitos a longo prazo ainda não são conhecidos. A zona abrange 114 hectares, onde viviam setecentos habitantes, que foram, todos eles, evacuados. Apesar das certezas dadas à população, não parece que os peritos sejam capazes de sanear este bairro residencial. O presidente da região lombarda, Cesare Golfari, disse no principio de Maio: **quanto à zona A, sobretudo nos sectores próximos da fábrica, não é objectivamente previsível um rápido regresso à actividade**.

Os revoltados de Seveso são, na sua maioria, pequenos proprietários que ainda não compreenderam a razão porque os afastaram de suas casas. Isto porque o perigo é invisível e eles acham estranho que, passados três meses não tenham feito nada para sanear a região.

Mas é possivel que a sua iniciativa tenha sido útil, até porque as autoridades regionais se comprometeram a informá-los melhor daquilo que se passa, e a começar desde já o trabalho de desfoliação, com a ajuda de voluntários. No entanto, a crise política que desde há dias aflige a região lombarda, e que obrigou Golfari a pedir a demissão talvez não ajude ao cumprimento de tais promessas.

Le Monde

CECÍLIO A. CAETANO

SERVIÇO ESPECIALIZADO EM AMORTECEDORES E SUSPENSÕES DE TODOS OS TIPOS

GARANTIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

SECÇÃO TÉCNICA: AV. S. JOÃO DE DEUS, 7 1.º

TELEF. 89 66 03 (Ao apeadeiro do Areeiro)

CARRO ROUBADO

MORRIS 1000 — GN-77-17

Cor AZUL — Estofos PRETOS

ALVISSARAS

TELFS. 68 71 61 — 65 70 44

NOVA MAQUILHAGEM DE «ORLANE», com os produtos de alta qualidade B 21 que dão à pele um aspecto doce e acetinado. A MAQUILHAGEM B 21 é um creme untuoso de profunda eficácia. «ORLANE» lança seis coloridos realizados unicamente com colorantes minerais rigorosamente seleccionados

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OFICIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONVOCATÓRIA 31/76

Nos termos do Art.º 34.º do Estatutos do Sindicato convoco a Assembleia Geral do Organismo para uma reunião a realizar no próximo dia 20/10/76, pelas 20,30 horas, no Edifício do Inatel, em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Congresso dos Sindicatos — Discussão e Aprovação do Regulamento.

2.º — Federação da Construção Civil — Discussão e Aprovação sobre a adesão do nosso Sindicato.

3.º — Informações.

NOTA: É indispensável a apresentação do cartão de sócio.

Setúbal, 8.10.76

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Domingos Baião Pires)

deite contas à sua casa

Através dum plano de empréstimos para aquisição de CASA PROPRIA, poderá, com algumas pequenas economias e uma suave prestação mensal, passar a viver numa casa MESMO SUA

Rendimento anual médio p/ pessoa do agregado familiar contos	Prazo do empréstimo anos	Taxa de juro bonificada pelo Estado	Percentagem máxima do empréstimo em função de avaliação	Mensalidade por cada 100 000$00 do empréstimo
Menos de 40 contos	25	4%	95%	524$00
De 40 a 60 contos	23	5%	91%	604$00
De 60 a 80 contos	21	6%	87%	690$00
De 80 a 100 contos	19	7%	83%	782$00
De 100 a 120 contos	17	8%	79%	882$00
Mais de 120 contos	15	9%	75%	993$00

Valor por M não superior a 6.000$00
Valor total não superior a 1.000 contos
Empréstimos até 900 contos

MONTEPIO GERAL

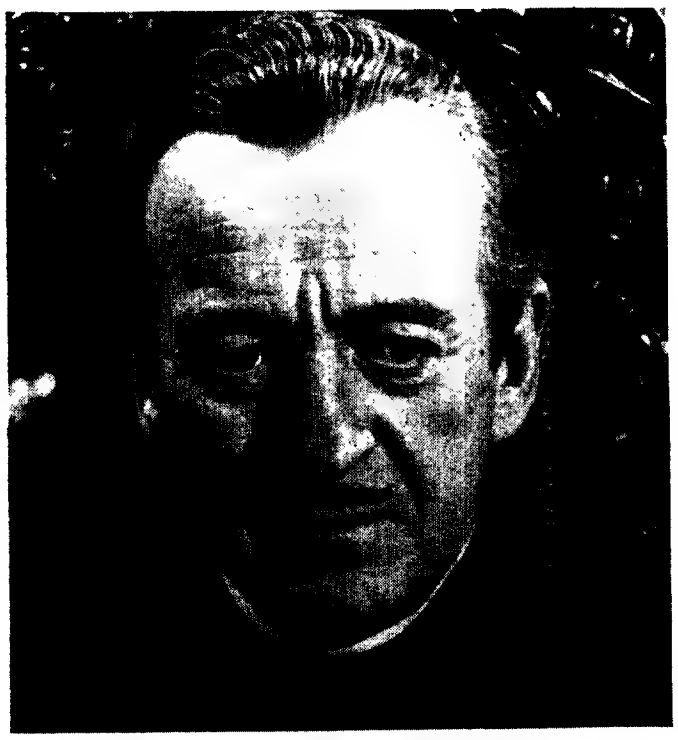
Lisboa·Rua do Ouro 219 a 241·Rua Manuel Jesus Coelho, 1·B
Rua Ferreira Borges, 97 · Porto: Avenida dos Aliados, nº 90

AGÊNCIAS AVEIRO BRAGA BRAGANÇA C BRANCO COIMBRA EVORA FARO FUNCHAL MOSCAVIDE SETUBAL VISEU

BELARTE

Televisão

Hoje



David Niven, intérprete de «O Fantasma de Canterville»

18.30 Aberyura
18.32 **Abre-te Sésamo** __ infantil.
19.00 **A História à Vista** __ a morte do Lidador.

Gonçalo Mendes da Maia, fronteiro de Beja, celebra o 90.º aniversário. Chegam notícias de que os mouros estão perto. Haverá forma mais honrosa de festejar os seus noventa anos do que pelejar contra os infiéis? Parte, combate e morre valentemente, depois de matar o famoso chefe Almoleimar.

19.20 **Tropicália** _ Festival de Oiro Preto, onde se fala do património artístico de raízes portuguesas. Aprensetação de Milton Pinheiro. Reporgagem de Reinaldo Varela e José Manuel Coelho. Coordenação de Fernando Penalva. Producão de Oliveira Pinto.
19.55 **Teledesporto** __ o fim-de-semana desportivo, através do comentário e da imagem.
20.30 **Telejornal** __ 1.ª edição
21.05 **«Coplas Graciosas»** __ suite de bailado sob música de R. Chedrine, por elementos de Bolshoi. Apresentação de Armando Jorge.
21.35 **«O Fantasma de Canterville»** __ teatro. Adaptação do célebre conto de Oscar Wilde com o mesmo título. Adaptado e realizado por Robin Miller. Producão Studio Hamburg/Gyula Trebitch. Intérpretes: David Niven, Kames Wothmore, Andra Linlex Maurece Evans e Flora Robson.
22.50 **Telejornal** __ 2.ª edição
23.10 Fecho

Amanhã

18.30: Abertura; **18.32**: Formação __ trabalho conm gesso; **18.50**: Peço a Palavra __ mini assembleia de crianças; **19.20**: «Hickory Wind __ Bluegrass»; **19.50**: Telecimena __ revista de actividades cinematográficas; **20.30**: Telejornal __ 1.ª edição; **21.05**: Momento Político; **21.30**: Um Homem uma Época __ evocação da figura e da época de D. Diniz; **22.20**: «O Detective Aristocrata» __ policial; **23.15**: Telejornal _ 2.ª edição; **23.30**: Fecho.

PARA REPARACÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Maceu, 8

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

O PÃO E A CONSIDERAÇÃO

Foi com muita estranheza que ouvi no telejornal a notícia de que cerca de uma dúzia de fábricas tinham cessado a laboração por falta de milho. Explicava-se também que a situação ia ficar regularizada com a chegada de um carregamento daquele cereal proveniente dos Estados Unidos.

Muitos telespectadores ficaram com a impressão de que dependemos dos Estados Unidos e de que se não navegarmos, nas águas daquela potência estamos em maus lençóis.

Está claro que se continuarmos a agir como até aqui, ficaremos mesmo na dependência do estrangeiro. Qual é a solução? A solução é a gente trabalhar para a gente trabalhar é preciso haver incentivo.

Se me derem o futuro em paga, eu até me rasgo todo; se em paga me derem a miséria e falta de consideração, para que raio vai um trabalhador esforçar-se?

Lembro-me de uma sua crítica, há muitos anos, em que o senhor disse que o homem é um animal que precisa de consideração social tanto como precisa de pão. Recordei-me disto quando estive no Alentejo e vi que os camponeses lá, agora são pessoas de porte altivo, são pessoas importantes, são pessoas que nos olham frente a frente. Porquê? Porque têm consideração social, porque sabem que assenta neles uma grande razão para defender a nossa liberdade. Ora aqui é que bate o ponto? O trabalhador na Reforma Agrária, trabalhou de dia e de noite e sem ajudas por aí além. Resultado: este ano não vamos precisar de importar o trigo!

Portanto, aqui está o segredo: das forças ao trabalhador, deixá-lo resolver os seus problemas e os problemas serão resolvidos.

Facilite-se a Reforma Agrária no Norte, dê-se ajuda aos rendeiros, entregue-se a terra a quem a trabalha __ e logo se verá que não precisamos mais de importar trigo imperialista!

Independência Nacional sem comedoria é gaita que não assobia! Quanto mais se proteger os caciques e os proprietários parasitas, menos milho há.

Isto não é partidarismo, pois todos sabem que não estou ligado a partido nenhum. Sou de formação católica e dentro de uma política do Evangelho, acho que a verdade não pode separar-se dos trabalhadores conscientes, exigentes da sua dignidade.

Com a maior consideração, este que muito lhe deve.

ALBERTINO F. MADUREIRA
(Poço do Bispo, Lisboa)

RTP MÓRBIDA

AMIGO:

Com a morte de Jorge Alves perdeu a televisão portuguesa uma das suas figuras mais simpáticas. Sem dúvida. Todos estamos lembrados de um dos seus programas, um dos que maior audiência tiveram ao longo da vida da RTP: **Melodias de sempre**.

No dia do seu falecimento, a televisão deu uma notícia extremamente lacónica, que não deixou de surpreender os telespectadores, particularmente os amigos de Jorge Alves. No dia do funeral, no entanto, a televisão deu uma grande reportagem, talvez para compensar. E assistimos a isto: a saída do caixão, o acompanhamento, a entrada no cemitério, a chegada à cova o caixão a ser descido para a cova e as pazadas de terra!

Perfeitamente incrível, a demonstrar bem o espírito primário que preside aos telejornais que parecem feitos numa aldeia electrónica de qualquer história não de antecipação, as da idade média.

MARIA ANTÓNIA LARANJEIRO (Setúbal)

CARDIA DISSE

Sr. Mário Castrim:

Estávamos há dias, eu e um amigo meu, na Academia cá do Bairro a jogar as damas e interrompemos o jogo quando chegou o **telejornal**. O meu amigo, que anda danado com estas coisas todas, não queria ouvir, dizia que farto de aldrabices estava ele e que o Balsinhas lhe dava azar e outras coisas. Mas lá o convenci.

Daí a bocado, como vissemos que aquilo já não dava nada, recomeçamos a jogar. De repente, o meu amigo começa a ficar de sobrancelhas apertadas, ficou um grande bocado de tempo sem falar com os olhos no televisor e começa a barafustar:

— Eh, pá, tu não ouviste aquele gajo?

— Qual gajo?

— O Sottomayor Cardia, pá! Então tu não ouviste o gajo a atacar o que se passou depois do 11 de Março?

Eu confesso que nessa altura estava mais interessado em saber como é que havia de comer a dama ao meu amigo do que em ouvir o Cardia. Embora distraído, ouvi ele falar em Março mas custa-me um bocado a crer que ele tivesse caído nessa esparrela, embora a gente ja saiba onde eles querem chegar quando começam a falar em «gonçalvismo». O «gonçalvismo» são as nacionalizações, a dignidade dos trabalhadores defendida, o começo da Reforma Agrária. A palavra «gonçalvismo» indica a reacção com o rabo de fora Embora eu pense que ainda há-de vir um dia em que a História utilize essa expressão, não de forma reaça, mas com orgulho popular.

Segue um selo de carta para fazer o favor de me escrever a confirmar se o Cardia fez exactamente aquilo ou como foi que as coisas se passaram. Desde já, muito obrigado.

SANTOS MURTEIRA (Porto)

(Meu caro amigo, o que o Sottomayor Cardia disse na realidade foi o seguinte: **A manifestação (dos professores) partiu de uma assembleia selvagem que reuniu durante a madrugada, uma assembleia do género da Assembleia do MFA de 11 para 12 de Março. Nessa altura, esses elementos fizeram aquilo que fizeram ao País, mas o Governo não consente que no sector da Educação pessoas com igual critério façam seja o que for** __ Isto ajuda-nos a fazer uma ideia da pessoa que em tão má hora escolheram para «educar» o País. __ MC)

CRÍTICA E ALEGRIA

Uma grande propaganda contra os países socialistas desencadeou-se, sem interrupção durante 50 anos antes de 25 de Abril. Esperava-se que depois do 25 de Abril essa campanha desaparecesse, porque a campanha anti-socialista serve sempre de suporte à propaganda do capitalismo de todo o Mundo.

Ora eu queria que o sr. nas suas críticas chamasse a atenção para este facto: a crítica e a alegria são características dos países socialistas.

A crítica é indispensável porque, desaparecida internamente a luta de classes, a crítica é o processo de fazer avançar o progresso; a alegria, essa é a consequência de uma vida sem medo do futuro e sem preocupações de ordem material e cultural. Não pode haver alegria onde falta o pão. A boca não pode calar quando o estômago está a rosnar. Ora só o socialismo pode garantir o pão de cada dia.

Da crítica existente nos países socialistas vimos amostra com o filme húngaro «O Novato», de alegria e capacidade de imaginação e grande domínio de técnica e das possibilidades electrónicas, tivemos exemplo no programa «Encontro no Relógio», programa de variedades chocoslovaco.

A Televisão portuguesa faz propaganda anticomunista mas às vezes, sem querer, foge-lhe a língua para a realidade, e a realidade destroi o anticomunismo dela.»

Com um abraço do __ **MANUEL DOMINGUES REGRA (Reboleira)**

LONDRES
VIAGENS ESPECIAIS
partidas regulares
4 a 8 dias
preços reduzidos
Europeia
AV. LIBERDADE 233 TEL 536121 LISBOA 2

COLISEU
TODAS AS NOITES às 21.30 horas
Quintas e Sábados «matinées» às 16 h.
Domingos «matinées» às 14.30 e 17.45 horas
SEMPRE — SEMPRE CHEIO ! VEJA VOCÊ TAMBÉM A
Esp. para todos

OLIMPÍADA DE
CIRCO!
2 Alegres parelhas de palhaços 2
6 Fabulosos números de animais 6
100 ARTISTAS 100
14 Países numa grande competição 14

TEATRO / telef. 366745
ABC
NADA ADIANTA... SUCESSO É
CADA COR SEU PALADAR
(4.ª feira, descanso da Companhia)
Não aconselhável a menores de 18 anos

TEATRO ABERTO
grupo 4
O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO

De 3.ª a 6.ª feira às 21.15
Sábado, também às 15.30
DOMINGO SÓ Às 16 h
ÚLTIMAS

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO
O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras.

Desporto

Futebol a nível menor

. .A 2.ª Divisão futebolística lá deu mais um passo. Desfechos desta 6.ª ronda, na zona norte-nha:

. Salgueiros-Lourosa, 1-1, Penafiel-Espinho, 0 0; Famalicão-Lourosa, 2-1; G.Vicente-Vila Real, 0-1; U. Lamas-Fafe, não se realizou devido ao mau tempo; Régua-Riopele, 1-0; Vilanovense-Paredes, 0-2, e Chaves-Tirsense, 1-0.

	V	E	D	G	P
Fafe (a)	3	1	1	9- 6	7
Lourosa	2	3	1	7- 5	7
Salgueiros (a)	3	1	1	6- 4	7
Gil Vicente	3	-	3	7- 4	6
Riopele	2	2	2	8- 6	6
U.Lamas (a)	2	2	1	5- 4	6
Paredes	2	2	2	6- 4	6
Chaves	3	-	3	8- 8	6
Famalicão	3	-	3	10-11	6
Vila Real	3	-	3	6- 7	6
Régua	2	2	2	5- 7	6
Espinho (a)	1	3	1	5- 5	5
Penafiel (a)	1	3	1	3- 4	5
Tirsense	2	1	3	3- 7	5
P.Ferreira (a)	2	-	3	4- 5	4
Vilanovense	1	-	5	7-12	2

(a) Têm um jogo a menos.

Zona Centro: Portalegrense-T. Novas, 2-0; Marinhense-Torriense, 2-0; Alba-Caldas, 2-1; Sanjoanense-Académico Viseu, 3-1; U. Tomar-Feirense, 2 3; U. Coimbra-Covilhã, 2-0; Peniche-U. Leiria, 0-0, e U. Santarém-E. Portalegre, 1-0.

	V	E	D	G	P
Feirense	6	-	-	17- 5	12
U.Coimbra	4	2	-	13- 4	10
Peniche	3	2	1	8- 3	8
Sanjoanense	2	1	3	7- 3	7
Portalegrense	3	1	2	8- 6	7
Covilhã	3	1	2	9- 8	7
Marinhense	3	1	2	8- 7	7
U.Santarém	2	3	1	2- 3	7
E.Portalegre	3	-	3	13-10	6
Caldas	3	-	3	5- 5	6
Acad.Viseu	2	1	3	5- 9	5
Torriense	1	2	3	6-12	4
Alba	2	-	4	6-15	4
U.Tomar	1	1	4	7-11	3
U.Leiria	1	1	4	2- 6	3
Torres Novas	-	-	6	4-12	0

Zona Sul: Lusitano Evora-Esperança, 1-1; Barreirense-Sesimbra, 2-0; Odivelas Alcochetense, 3-4; Olhanense-U. Montemor, 0-0; Sintrense-Farense, 0 1; Almada Oriental, 2-0; Marítimo-CUF, 1-0; V.Gama-Juventude, 3-2.

	V	E	D	G	P
V.Gama	4	2	-	10- 3	10
Marítimo	4	1	1	9- 2	9
Alcochetense	4	1	1	10- 8	9
Barreirense	3	2	1	7- 3	8
Lusitano	2	3	1	9- 5	7
CUF	2	3	1	3- 2	7
Juventude	2	2	2	9- 7	6
Farense	3	-	3	6- 7	6
Odivelas	1	3	2	7- 8	5
U.Montemor	-	5	1	4- 5	5
Oriental	1	3	2	3- 6	5
Sesimbra	2	1	3	3- 7	5
Olhanense	1	2	3	2- 6	4
Esperança	1	2	3	6-11	4
Almada	1	1	4	5- 9	3
Sintrense	-	3	3	3- 7	3

Igualmente o 3.º escalão andou para a frente. Nesta 6.ª etapa verificaram-se, na Série A, os desfechos que enunciamos: Bragança-Mogadourense, 5-1; Tadim-Vianense, 0-1; Joane-Desp. Aves, 0-1; M. Fonte-Mondinense, 1-1; Mirandela-Cabeceirense, 2-0; B.º Latino-Monção, 1-2; Rio Ave-Esposende, 6-2; e Limianos-Forjães, 4-0;

Série B: Leça-Arrifanense, 4-0; Infesta-Vildemoinhos, 2-0; Leverense-Trancoso, 7-2; Oliveirense-Lamego, 2-2; P. Brandão-Cucujães, 3-0; Viseu Benf.-Aliados, 2-2; Valecambr.-Freamunde, 4-2; e P. Castelo-Avintes. 2-2.

Série C: Marialvas-Águeda, 1-2; Ala Arriba-Mangualde, 1-1; Covilhã Benf.-Vilanov., 1-0; Oliv. Bairro-Esperança, 2-0; Tondela-Anadia, 2-2; Gouveia-Tabuense, 3-0; Guarda-Febres, 1-0; e Naval-Ançã, 2-1;

Série D: Cartaxo-Matrena, 2-0; Batalha-Almeirim, 1-1; Marrazes-Bombarral, 1-0; Alferrarede-Lousan., 1-0; Alcanen.-Alcobaça, 1-1; Benf. C. Branco-Eléctr. 1-3; Campomaior-Pombal, 1-0; e Vieirense-Niza Benf., 1-1;

Série E: Trafaria-Elvas, 2-2; Benavente-Alhandra, 5-0; S.L. Olivais-Nacional, 0-0; Bucel.-C. Piedade, 1-1; Elvenses-D. Olivais, 2-0; Estr. V. Novas-Loures, 1-1; Sacavensnense-C. Pia, 2-0; e Alverca-Vilafranquense, 2-1;

Série F: Atl. Regueng.-Amora, 0-2; Rosair.-S. Cacém, 0-0; Moura-Desp. Beja, 0-3; Lus. V. Real-Quarteira, 3-0; Seixal-Paio Pires, 1-1; Torralta-Silves, 0-0; Aljustrel-Luso, 0-0; e Odemira-C. Caparica, 0-2;

«Leaders» nos vários blocos: Aves (Série A); Lamego (B); Oliveira do Bairro e Mangualde (C); Marrazes (D); Cova da Piedade (E) e Amora (F).

Quanto a juniores, lá voltou a selecção portuguesa a divertir-se com os rapazes polacos: também desta feita não apareceu qualquer árbitro oficial e o técnico José Augusto, repetindo a proeza do camarada Mário Lino (em Braga) entrou no «Mario Duarte» (de Aveiro) investido em funções de juiz, apito comandado a perceito.

Não valerá a pena comentar como vão as coisas, em matéria de contencioso, entre a Federação e a Comissão Central de Arbitros: o que se lamenta é a não intervenção de qualquer entidade desportiva de alto nível que, pelo menos, tivesse impedido que os nossos visitantes voltassem para Varsóvia com a mais triste das impressões do luso Desporto.

Resultado numérico de ontem: mais um desaire para a **bem estruturada e preparada selecção federativa**. Perdeu-se tangencialmente: 2-3 (golos portugueses de Diamantino e Nelson), alinhando os portugueses do modo seguinte: Madureira; Vaz, Chico Silva, João Pinto e Pita; Araújo, Pereirinha e Diamantino; Paulino (Mário Rui), Nelson e Jorge Oliveira (Freire).

. Jogos particulares efectuados neste fim-de-semana: Braga, 0-Varzim, 2; Guimarães, 0)-Beira-Mar, 1; Portimonense, 4-Vitória de Setúbal, 1; Montijo,0-Estoril, 2; Seixal, 6-Moitense, 1;

MORTE

O dirigente setubalense Francisco Nascimento (49 anos) faleceu ontem, após uma recaída nos seus padecimentos. O funeral realiza-se hoje, pelas 16 horas, da capela de N.ª Sr.ª da Anunciada para o cemitério de N.ª Sr.ª da Piedade, em Setúbal. Ao Vitória como à família enlutada, a expressão do nosso pesar.

Empate sem golos, entre o Lisboa e Olivais e os madeirenses do Nacional

PORTUGAL

GOLFE

Terminou, nos campos da Penina o Campeonato Mundial de Golfe (amadores), com a merecida vitória da Grã-Bretanha que, desde o primeiro dia se manteve à cabeça da classificação. Os Estados Unidos (que detinham o título) conseguiram chegar ao 2.º lugar, no penúltimo dia da competição, mas acabaram por não aparecer nos primeiros quatro postos ao terminar o campeonato.

A seguir à Grã-Bretanha, classificaram-se Japão, Austrália e China (Formosa), que foi a grande revelação da prova. Aliás, foi o chinês Tze Ming-chen que efectuou o melhor «score» individual: 69: Porém, os jogadores mais regulares foram K. Alexander, do Canadá (297); P.S. Ridley, dos Estados Unidos (298); E.M. Rey, da Suíça e J. Fought, dos Estados Unidos, ambos com 299.

Dado o êxito obtido nesta competição, fala-se em organizar na Penina o próximo Campeonato Mundial de Golfe para profissionais.

ANDEBOL

Resultados de mais uma jornada do Campeonato Nacional de Andebol, na Zona Sul: Vitória de Setúbal, 16-Benfica, 15; Almada-Castelo-Branco, 29-23; Belenenses-Técnico, 32-6; Passos Manuel-Campo de Ourique, 19-17; Encarnação-CDUL, 18-15; Boa-Hora-Sporting, 17-28. Encarnação, Sporting, Belenenses e Passos Manuel, comandam a classificação.

Na Zona Norte: Beira-Mar-Desportivo de Portugal, 11-10; Académica de S. Mamede-Bairro Latino, 17-13; Desportivo da Póvoa-F.C. Porto, 19-28; Vilanovense-S.Bernardo, 11-16; Sporting de Braga-Académico de Viseu, 24-18 e F.C. Maia-Francisco da Holanda, 15-10. Académica de S. Mamede, S. Bernardo e Beira-Mar comandam a classificação. O F.C. do Porto conta menos um jogo.

Congresso da Federação de Andebol, pelas 9 horas do próximo dia 23, no Instituto Superior de Educação Física (Jamor).

XADREZ

Realizou-se o «I Campeonato Aberto de Xadrez de Figueira de Castelo Rodrigo». Revelaram-se dois novos elementos com apreciável qualidade: Vicente Lopes (de F.C. Rodrigo) e Gouveia Almeida (de Almofala): Guarda, Mêda, Almofala, Vilar Torpim e Figueira de Castelo Rodrigo.

Classificação final do Campeonato por Equipas: 1.ª Guarda (António Ferreira, João Quelhas, Alexandre Quelhas e Paulo Bento) 22,5 pontos; 2.º Figueira de Castelo Rodrigo A (Vicente Lopes, Aníbal André, Lourenço Silva e João Carlos) 17 pontos; 3.º Mêda (Daniel Soares, Vítor Vieira, Jorde Saraiva e Aurélio Pacheco, com Dinis Alves a suplente), 13 pontos; 4.º Figueira de Castelo Rodrigo B (Gustavo Miguel, J. C. Salvado, A. Paixão e Manuel Salvado) 11,5 pontos; 5.º Vilar Tormpim (Fernando Bento, Jorge Carrasco, João António Quadrão e Miguel Quadrado esta equipa foi constituída integralmente por jovens de 12 e 13 anos) 11 pontos; 6.º Almofada (Gouveia Almeida, Ambrósio, Luís Neves e Luís Costa) 6 pontos; 7.º Figueira de Castelo Rodrigo C (Leovigildo, Fernando Costa e Rui Teixeira) 3 pontos.

Ordem decisiva do Campeonato Individual:

Final A 1.º António Ferreira, da Guarda, de 16 anos, 5 pontos; 2.º Vicente Lopes, de F.C. Rodrigo, 4; 3.º João Quelhas, da Guarda, de quinze anos, 3; 4.º Alexandre Quelhas, Guarda, 14 anos, 2 pontos; 5.º Jorge Saraiva, Mêda, 1 ponto; 6.º Gouveia Almeida, de Almofala, 0.

Final B — 7.º Fernando Bento, da Guarda, 13 anos, 5 pontos; 8.º Paulo Bento, Guarda, de 12 anos, 3,5 9.º Daniel Soares, Mêda, 2 pontos; 10.º Aníbal André, de F.S. Rodrigo. 2; 11.º, Vítor Vieira, de Mêda, 1,5; 12.º Aurélio Pacheco, Mêda 1 ponto.

O ciclista Alfredo Gouveia (Costa do Sol) é campeão lisboeta de rampa. Na classificação, ficou à frente de António Marçalo, Lima Fernandes, Jacinto Paulinho e mais 16 parceiros.

CICLISMO

Joaquim Andrade (Safina) é campeão nortenho de rampa.

BASQUETEBOL

Sporting e Algés comandam, à 2.ª jornada, o campeonato lisboeta de basquetebol, depois de dois jogos cumpridos por cada turma concorrente. Ultimos resultados: Série A . Atletico-Sporting 58-112; Queluz Belenenses, 74 77. Série B . Nacional-Benfica, 80 100; Queluz Algés, 63-69.

HÓQUEI EM PATINS

Concretizado: o «internacional» Salema regressa à Associação Desportiva de Oeiras. A propósito: esta turma conquistou o troféu «Edmundo Castanheira».

TOTOBOLA

BOLETIM COM 13

PORTUGAL - POLÓNIA	2
Penafiel - Espinho	X
Famalicão - P. Ferreira	1
União de Lamas - Fafe	X
Régua - Riopele	1
Marinhense - Torriense	1
Alba - Caldas	1
União Tomar - Feirense	2
U. Santarém-E. Portaleg.	1
Odivelas - Alcochetense	2
Olhanense-U. Montemor	X
Almada - Oriental	1
Marítimo - CUF	1

. .Para este boletim, o resultado do jogo Lamas-Fafe (que não se efectuou) foi decidido por sorteio no Totobola.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: União Eléctrica Portuguesa) a que refere o processo 8/45919, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Cantanhede, de modificação com aumento de comprimento de 11 metros, por deslocação do apoio n.º 2 da linha para o Posto de transformação da «COBAI» — Cooperativa das Horto-Fruticultoras da Bairrada, SCRL».

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Setembro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Caixa de Previdência e Abono de Família do Comércio do Distrito de Lisboa

AVISO

PAGAMENTO DO ABONO DE FAMÍLIA

Conforme é do conhecimento dos beneficiários e contribuintes desta Instituição, o Abono de Família passou a ser executado mecanograficamente. Os pagamentos são feitos através de Vale do Correio quando anteriormente eram remetidos por autorização bancária.

A validade do Vale do Correio é apenas de 30 dias.

Chama-se para este facto a especial atenção dos beneficiários e contribuintes, uma vez que têm sido devolvidos alguns vales por não terem sido cobrados antes de findar esse prazo. Como é do conhecimento geral a revalidação do Vale do Correio implica sérios inconvenientes e encargos que não poderão ser assumidos por esta Caixa de Previdência.

Também a recusa de pagamento dos Vales de Correio por parte dos C. T. T. por motivo de deficiente endosso ou assinatura indevida de terceiro, assim como os encargos que daí resultem, será da inteira responsabilidade dos beneficiários.

Lisboa, 15 de Outubro de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Desporto

DERROTA AO 1.º ASSALTO DO "MUNDIAL": 0-2 FACE À POLÓNIA

Selecção de futebol: adeus, até ao meu regresso

NEVES DE SOUSA

Os manejadores dessa marioneta bonita e atraente que é o futebol português, com toda a sua plumagem de omnipotência e omnisciência, podem limpar as mãos à parede: mostraram, à saciedade, que são os homens perfeitos nos lugares próprios. São sujeitos de uma só palavra, um único rosto, a honra das suas afirmações acima de tudo: disseram, juraram, proclamaram que não haveria, das Antas para o resto do País, qualquer transmissão televisiva directa do jogo com os polacos e cumpriram, respeitando a mão colocada sobre a Bíblia. Estudaram, magicaram, espionaram, devassaram, palmo a palmo, o futebol da Polónia: o resultado foi (não há dúvida) um êxito tremendo para as nossas cores que, a partir deste golpe de brilho, podem estar afogueadas a marcar lugar no trem para a Argentina. Sabendo bem até onde ia a diferença de compleição física e atlética da maioria dos praticantes desportivos, cá da loja e lá de Varsóvia, agiram com um senso e uma perspicácia que só visto: marcando o jogo mais importante da rodada para uma época em que, tradicionamente, o Porto é chuvoso, a temperatura fria e o piso dos relvados duro e difícil, «arrumou-se» imediatamente a possibilidade dos latagões nossos visitantes, treinados na neve e no gelo, terem a mais pequena hipótese: e Portugal, de uma assentada, provou que os seus palmo e meio estavam como peixe no dilúvio. Por último, a douta Comissão Técnica (fora os assessores eventuais que, segundo nos dizem, proliferam por aí, em missões dispares) preferiu alienar o interesse desportivo e favorecer os cofres da gerência que está de malas feitas: acabará o ano inscrevendo no relatório uns milhares de contos e isso é o que mais importa, pois quem vier depois e tiver de rasgar os cordões à bolsa, que se avenha. Que feche a porta e se safe, como melhor puder: o dia a dia, o quotidiano é que interessa.

Foi, com efeito, um «poker» em pleno para os protegidos com as asas federativas: melhor não podia resultar. Via a esperteza saloia destes «inteligentes» técnicos do chuto na bola que, no presente momento do futebol português, se estiveram nas tintas para o respeito ao público, para a palavra proferida, para o bom-senso e para a economia. Urubús que poisaram de cócoras no desporto nacional, anda por cá em estado de transe, não apenas no futebol (diga-se...) nas tudo fazendo para destruir as fracas possibilidades de competirmos, em campos desportivos, dentro da nossa verdade: obliterando-a, previamente, com meia dúzia de patacoadas quixotescas, enlatando as opiniões e criando contenciosos com toda a gente (árbitros, jornalistas, atletas) os arrivistas comprometem, com a teimosia das suas asneiras, todo o trabalho que poderia ser esquematizado e cumprido por quem não fosse lunático, alucinado, magestático, paternalista e (o que até é pior) quase ameaçador de trazer para sobre centenas de cabeças os raios e os coriscos capazes de rasgarem ao meio quem se opuser às suas acções, já que às suas palavras ninguém deve ligar patavina...

Tivemos, em períodos cíclicos, mas esporádicos, nomes que fizeram gravitar o desporto vermelho-verde: Travassos, Matateu, o fabuloso Eusébio. Mas nunca tivémos, com os peitos cheios de ar e os pulmões limpos, um futebol a sério. Tivemos Alves Barbosa, Ribeiro da Silva, o impressionante Agostinho: mas onde está o ciclismo português? Apareceram, em anos pares, Manuel Faria, Manuel de Oliveira, o maravilhoso Carlos Lopes: mas onde está o atletismo português?

É isso, sensatos amigos que fazem o favor de ser juízes da realidade: não temos futebol, não há ciclismo, atletismo é obra desse resistente colossal que é Mário Moniz Pereira. Tivemos futebol enquanto existiu um Eusébio em pleno. Houve ciclismo do graúdo quando Agostinho pedalava com toda a genica. Teremos atletismo e miúdos admirados pelas proezas e Lopes enquanto o mocinho de Vildemoinhos desfilar pelas pistas. Depois disso, voltaremos a ser os velejadores, os esgrimistas, todos os anónimos que adormecem em sonhos restelianos e ficam, vida fora, a contemplar o solar que foi (fácil) herança feudal, de antepassados que dialogavam com os Dons Paios e as Donas Urracas, mas não sabiam uma linha de Progresso, de Actualização, de Trabalho, de planificação da luta pelo amanhã.

Futebol português é isto: desde 14 de Novembro de 1973, em doze jogos cumpridos sob a alta égide da populosa e cara Comissão Técnica, ganhámos dois confrontos, por sinal ao Chipre que, segundo rezam as crónicas, só não perde para a sua própria reserva, mesmo assim se jogar apenas em Limassol. No resto, acumulámos quatro nulos e cinco derrotas, sem contar (por inexpressivo) o **assarapantante** triunfo verificado certo Abril em Paris, em jogo que era a feijões e, mesmo assim, demorou a ser pago aos artistas. Em golos, foi precioso o trabalho dos federativos-excursionistas: 8-16, dando (até) de barato a «barraca» montada em Goiás, no tal jogo em que o sr. eng.º Abílio Rodrigues, ao micro ou sem arma na mão, desancou todos quantos estavam pela frente, numa ameaça que ficou (aliás) dentro da linha tradicional dos bons métodos da Praça da Alegria, onde a esquadra policial parece, por vezes, ser o local mais calmo da área.

O que aconteceu com a selecção que os federativos vestiram com camisola de Portugal é (afinal) reflexo da própria vida do organismo futebolístico que deveria estar entregue a quem trabalhasse um pouquinho menos (a gente que por lá mora esfalfa-se, sobretudo, em viagens e representações...) mas, de vez em quando, fizesse orelhas moucas às suas conveniências, aos seus gostos, às birras e caprichos pessoais para resolver endireitar a modalidade desportiva mais profissionalizada e mais no agrado das grandes multidões. Vieram os juniores polacos, apareceu uma comitiva da Polónia feita de gente capaz e inteligente e, que imagem se vai dar do nosso futebol? Dois árbitros improvisados, jogos marcados a horas de acaso, juízes a discutirem e ninguém a procurar um entendimento que lavaria, pelo menos na emergência, uma nódoa grande no chuto caseiro. Ao mesmo tempo, esta Federação das Arábias atinge as raias do paradoxismo: dias a fio garante que não haverá transmissão-TV e, à última hora, zomba do povo fingindo que é magnânimica. Chega a uns regulamentos que contrariam a Lei Geral do Trabalho, que são a antítese da democracia (sob cuja capa se acobertam, cobardemente, muitas caras conhecidas de outros tempos...) e vai de aplicar multas pecuniárias a trabalhadores, a profissionais que até nada têm a ver com o patrão das selecções, tanto faz que sejam treinadores do Arrifanense ou do Marrazes, mulher do guarda de campo de Coimbra ou massagista do Odivelas. Gozam com os clubes, utilizando as suas instalações e os seus jogadores em estilo de «mobilização militar» e, enfeitando-se com penas de pavão, vão por aí fora com a mala às costas, para retornarem de monco no chão e, no mais das vezes, mesmo sem os dólares que engenhosamente esperavam aforrar nos cofres. É, perdoe-se a imagem, o ponto zero do futebol português: a implicar uma vassourada corajosa e rápida, antes que seja necessário empenhar os dedos para fazer sobreviver os anéis.

O que se viu, durante todo o (longo) tempo de «preparação da **ex-equipa de todos nós**, foi sublime e digno de um folhetim de Visconti: se não merecesse, em troca, a comiseração do esquecimento. Boicotou-se a chamada «selecção» aos olhos dos joranalistas, que eram (sei lá!...) capazes de irem **bufar** algum esquema ou supersecreta táctica dos mentalizadores e, de repente, quando foi precisa propaganda gratuita para o «show», vá de estender as mãos fazer regressar a casa os empregados gratuitos, os que estão sempre dispostos a perdoar, os que (afinal de contas) são os culpados maiores da multidão decorar os nomes ou fixar episodicamente as caras de meia dúzia de cavalheiros que caem de pára-quedas no domínio público à custa sabe Deus de que moscambilha.

O jogo de sábado, nas Antas, revelou como foi inacreditável o desprezo concedido pelo Comité de Selecção a jogadores dos mais valorosos, abnegados e briosos que Portugal algum dia acolhera nas suas fileiras mais representativas. Insinuou-se, quase nas barbas de quem ficava embasbacado, que se afastavam diversos nomes porque *não tinham respeito pela camisola que envergavam*, fossem eles (mesmo) antigos «heróis» de jornadas memoráveis. Atirara-se para a valeta do esquecimento o melhor guarda-redes nacional, o melhor médio de apoio do campeonato, o único defesa-central que tem gabarito europeu, a promessa mais saliente que poderia ser enquadrada (já) com vista à hipótese argentina: Damas, Fraguito, Humberto Coelho, Chalana, nenhum deles vale um ceitil, aos pés dos rapazes que, mesmo dotados da melhor boa vontade, estão com o perfil físico e técnico que milhares tiveram ocasião de ver graças à esmola da curiosa «entente» F. F.-RT. Também não interessavam, nem para ajudar o Menino Jesus, os remates certeiros de Jordão, a força de Baltasar, a coragem de Quinito: o fundamental era prosseguir no trabalho de recuperar, para outras movimentações diferentes, os amigalhaços lá do nosso «team» que, basicamente, podem ajudar a ganhar mais umas «massas» em cada rodada de campeonato indígena.

Aparecemos, perante a Polónia, mascarados: foi o que se viu. Dois golos limpinhos, três remates que seriam fatídicos (não fora o corte de Artur, de Freitas de Rui Rodrigues), um «penalty» e uma expulsão poupadas (Bento a dar uma triste imagem do seu desportivismo, perante um contrário que apenas tinha cometido o crime de o desfeitear), um outro disparo que Deyna, com a sua tranquilidade e displicência, perdeu no avolumar de um «placard» e teríamos, com toda a crueza da verdade, a imagem da distância que separa o futebol português, *«este»* futebol português, *«desta»* selecção portuguesa) de qualquer outro futebol momentâneo de meia craveira europeia. Para cúmulo, sabia-se de há muito que a Polónia é uma potência admiravelmente erguida em bases desportivas: malbaratar o diálogo, *saneando* alguns professores úteis para a hora da defesa da tese, pagou-se com a vergonha e com o mais retumbante e «apoteótico» dos fracassos.

Eu vi, ali a um palmo das filas de Imprensa, gente que pode dar uma mão nesta bagunça toda, naquele campear de inutilidades que enche instalações federativas, especialmente no dia dos pagamentos chorudos. Vasco da Gama Fernandes, presidente da Assembleia Legislativa, não poderá ficar sorridente ou afastado, se algum ilustre deputado se lembrar de encaminhar para São Bento a discussão séria e profunda do nosso deporto: o que temos, aquele que queremos ter, especialmente o que é possível ver no nosso país. Eu vi, perto de uma divulgada poetiza da nossa praça, o dr. Joaquim de Sousa (secretário de Estado dos Desportos), certamente mais preso às infelicidades a que terá de deitar mão que diversos *papagaios* do desporto nacional. Numa hora em que o calendário do desporto português parou, mal Carlos Lopes cortou a meta dos 10 quilómetros em Montreal, tudo ficou novamente por construir, por revolucionar, por corrigir.

Em arrastados 90 minutos de sacrifício, assistiu-se apenas a dois remates da «dianteira» nacional: um disparo à meia volta, obra de Manuel Fernandes a que o guarda-redes polaco atirou a mão esquerda, e aque-

Continua na pág. 21

«Olhe que vai tomar banho mais cedo»

O 2.º golo polaco: era o fim

Desporto

Os escolhidos por Pedroto, tal como alinharam na primeira parte: Toni, Manuel Fernandes, Nené, Pietra, Rui Rodrigues, Freitas, Oliveira, Octávio, Alves, Artur e Bento

Continuação da pág. 20

le rematezinho de Alves, que saiu junto ao poste canhoto da baliza de Kukla. No resto, foi uma miséria pegada: apenas um gigante (ietra) e um menino entre doutores (Alves) procuraram lavar a honra do convento que, aqui para nós que ninguém nos ouve, anda encardida até dizer *acabou-se*.

Ao longo de hora e meia, fomos de inferioridade absoluta em todos os capítulos do jogo: nem força, nem técnica, nem rapidez, nem poder de antecipação, nem soluções engenhosas que vergassem os rins contrários nem, tampouco, um qualquer «volte-face» naquele afunilado marasmo de tudo se tentar apenas pelo corredor central, onde (como se sabe) a passividade tímida de Nené, mais a fraca compleição física de Manuel Fernandes, não eram trunfos de 20 valores.

Bento teve duas saídas muito bonitas, deveras arrojadas e atrevidas: maculou todo o seu trabalho com aquela péssima *exibição* de pé, ante um pobre polaco que parecia estar sob o efeito de um terramoto, desencadeado pelo espírito conturbado do guardião das «quinas». O árbitro, que estava ali para ir até aos fados e nas tintas para fazer cumprir (drasticamente) a disciplina, fez vista grossa e perdoou o que se impunha.

Artur, mesmo com aquela entrada triste a um contrário (logo após uma simples carga ao ligeiro Alves, como se fosse tentar qualquer desforço de agressão inexistente) colecionou o óptimo (um tento evitado) com o menos apetecível. Saiu do terreno quando já não podia com um gato pelo rabo e estava com um joelho que parecia um trambolho. Apesar de tudo, ninguém previamente o desdenhou do grupo dos jogadores inevitáveis: o subcapitão benfiquista teve, mesmo, instantes de fulgor no confronto das Antas.

Rui Rodrigues, um tecnicista nato, é para jogar em repouso, *mirando al tendido*: nunca, por nunca ser, para actuar sob cargas de água, frente a uma cavalaria ligeira que não se compadece com pergaminhos encarquilhados e faz gato-sapato de quem não tem pernas para a evitar. Todavia, o farmacêutico conimbricense teve a presença de espírito suficiente para salvar mais um golo: fruto e obra de andar nisto há muitos e muitos anos.

Um descalabro com que não se contava foi com Freitas, apesar de ter sido o travão a mais um remate que, inevitavelmente, iria colar-se às malhas cá da casa. Mas, em cumplicidade dividida com Bento, ficou nas covas na altura do primeiro golo de Lato e, também no segundo, nem teve presteza nem capacidade para o corte. No resto, mesmo misturando uma ou duas situações resolvidas a contento (ainda que atabalhoadamente) fez a pior exibição de toda a sua carreira no «onze» federativo, talvez porque sentia estar sem «muleta», desapoiado e perfeitamente à deriva naquele mar imenso de aflitos.

ietra, esse, sim: jogou (quase diríamos) perto do seu zénite. Não teve um erro: e, ao contrário do que está proibido de fazer no Benfica, o belo defesa-médio entrou pelo campo fora e, cortando com a faca da sua inteligência o reduto central dos polacos, foi o condutor engenhoso da meia dúzia de lances em que, com cabeça, tronco e força nas pernas, passámos da defesa mais «in-extremis» para o desanuviador castelo fronteiro.

Toni não merecia ser escolhido para este «onze»: o respeito que o seu passado oferece, era fortemente contestado por uma condição física e anímica que estão milhas-luz abaixo da normalidade possível no seu rendimento. elo prestígio do comandante benfiquista, era sempre de o poupar a uma (garantida e fraquíssima) exibição do seu valor actual: melhores tempos virão, para Toni retornar ao coração do adepto, como «a força da natureza» que não pode enjeitar-se na hora dos soberanos vale-tudo. Agora, tal e qual como se patenteia em campo, é um arrastar de «palmarés» que oxalá seja motivo para uma pausa que, sem vaidades ocas ou extemporâneas, permita a reciclagem de um espírito e um corpo.

Octávio foi muito fraquinho: nem o terreno ajudava, nem os parceiros da frente lhe davam a mão. Em contrapartida, a primeira parte de Alves foi magestática, como se o pequeno gigante que labuta lá pelas estranjas não seja, durante muitos e largos anos, o permanente torcer de orelha dos «técnicos» benfiquistas que o correram da Luz por inapto para o futebol moderno.

Oliveira foi uma remada contra a maré. Manuel Fernandes não se libertou do espartilho de fogo. Nené jogou como lhe é trivial. Neste trio, depois emendado (levemente) com o azougue sorumbático de Moinhos, residiu a base da inoperância portuguesa: que o diga a defensiva polaca, a viver maravilhosa calma naquela praia que era as Antes ao pôr do dia.

Ainda esteve no terreno o luso-brasileiro Celso, que nos dizem ser bom rapaz mas estar em baixa de forma para a profissão escolhida. Muito entregue a uma missão de sacrfício, pouco saltou da vulgaridade, excepto naquela bela defesa a mãos juntas que seria grande penalidade não fora Lato acertar com o viveiro à quinta calibrada.

Muito mais coisas se poderiam dizer, em abono da tese defendida: neste 1976, ortugal não tem desporto que (por reflexo) seja um futebol capaz de bater o pé a qualquer potência de fora fronteiras. Toca a entreter-nos com os jogos caseiros: viajar lá por fora, nem é para clubes nem para selecção. Ainda que, nuns emblemas como em outra banda, haja gente aproveitável que está a ir na onda criada por oportunistas de meia-tejoela. Os chamados «penduras do croquette».

NEVES DE SOUSA

Manuel Fernandes no barulho, Nené nas encolhas

Estádio das Antas árbitro. Michel Kitabjian (França)

PORTUGAL: Bento; Artur, Rui Rodrigues, Freitas e Pietra; Octávio, Alves e Toni; Néné, Manuel Fernandes e Oliveira. Mudanças; Toni por Celso (ao intervalo) e Artur por Moinhos (aos 20 m).

POLÓNIA: Kukla; Rzesny, Zmuda, Rudy e Kasperczack; Macullewicz, Deyna e Mastalek; Szarmach, Lato e Terlecki. substituições, Terlecki por Boniek, aos 75 m.

GOLOS: Lato (48 e 76).

CARTÕES AMARELOS a Rudy e Macullewicz.

LÁ FORA

ATLETISMO

Anacleto Pinto foi, ontem, em «Le Mont Revard» (Suíça) o melhor corredor numa prova de 22,5 quilómetros, batendo o recorde do percurso e atletas como Stewart, Seller, Bobs, Sinbens e Colbsc.

FUTEBOL

Em jogos a contar para a fase preliminar do Mundial, registaram-se os «placards» que anotamos: Luxemburgo,1-Itália,4 e Chipre,1-Dinamarca,5 (este, para o grupo que inclui Portugal).

PRECOCIDADE

Vestido de negro e com um apito na boca, anda há três semanas a percorrer os campos de futebol castelhanos, dirigindo jogos de futebol, uma «criança» de 14 anos. O árbitro «infantil» é Pablo Javier Acevedo Martinez (filho de um comerciante madrileno) e até agora dirigiu já três encontros correspondentes ao campeonato juvenil de Castela.

Pablo Javier Acevedo, o árbitro mais jovem de Espanha, é também um apaixonado do futebol: expulsou há dois domingos, pela 1.ª vez, um futebolista do rectângulo de jogo.

RELIGIÃO

O clube de futebol Glasgow Rangers abateu as suas barreiras religiosas ao anunciar que está disposto a contratar futebolistas católicos, pela 1.ª vez em 103 anos de existência. O clube seu rival (o Glasgow Celtic), outrora um baluarte católico, quebrou essa tradição há vários anos, ao nomear o protestante Jock Stein para a gerência do clube.

IMBRÓGLIO

Os principais dirigentes do Comité Olímpico Italiano, entre os quais o seu presidente (Giulio Onesti), foram acusados, num tribunal de Roma, de desvio de fundos.

O motivo do processo, que os meios desportivos italianos consideram «uma bomba», foi o uso dado aos fundos do Comité Olímpico Nacional Italiano, durante os Jogos do Mediterrâneo, realizados em Argel, em 1975.

Franco Marrone (fiscal-adjunto do Tribunal de Roma) revelou que os responsáveis pelo Comité Olímpico Italiano gastaram cerca de cinco milhões de liras a convidar pessoas estranhas à delegação oficial, durante os jogos de Argel. Acrescentou (por outro lado) que o Comité forneceu subsídios aos diários «Corriere Dello Sport», «Tuttosport» e «Stadio», destinados à cobertura daqueles Jogos. Estes subsídios elevaram-se a cerca de cinco milhões de liras.

Entretanto, foi de «surpresa» a primeira reacção do Comité ao ter conhecimento das acusações: declarou não existir qualquer delito, pois se trata de praticas normais, em qualquer pais, tanto no que se refere à Imprensa como às sociedades de material desportivo.

DINHEIROS

O Governo do Quebec encarregou um grupo de profissionais de actividades privadas de realizar um inquérito às causas do elevado custo dos Jogos Olímpicos de Montreal.

«O grupo nomeado deverá apurar os motivos dos aumentos do custo da construção do complexo olímpico e comunicar as suas conclusões até Dezembro de 1977» — declarou Victor Goldbloom, ministro provincial dos Assuntos Municipais.

O custo dos Jogos Olímpicos de 1976 subiu do cálculo original de 310 milhões de dólares para 1500 milhões de dólares.

CASTIGOS

Dois campeões olímpicos e um «medalha de prata» em Montreal, foram desqualificados pela Comissão Executiva do C. I. O., por recomendação da respectiva comissão médica, reunida em Barcelona. Trata-se dos halterofilistas Valentin Khristov (Bulgária), Zbigniew Kaczmarek (Polónia), medalhas de ouro (respectivamente, de «pesados» e «leves») e Blagoi Blagoev, medalha de prata de «pesados ligeiros». Também foram desclassificados o sueco Arne Norbach (da categoria dos «meios-leves») e o «meio-pesado» americano Philip Grippaldi, reconhecidos culpados de terem recorrido a esteroides anabolisantes. Khristov, Kaczmarek e Blagoev deverão restituir as respectivas medalhas e deixam de figurar no «plamarés» olímpico.

POSIÇÃO

A China mantém a sua posição em relação à Federação Internacional de Futebol (F. I. F. A.): recusa-se a voltar a essa Federação enquanto Taiwan dela não for excluída.

Em carta dirigida a João Havelange (presidente da F. I. F. A.) e publicada pelo Secretariado da Federação, a Associação de Futebol da China anunciou que rejeitou a decisão tomada pelo Congresso da F. I. F. A., em Julho último (em Montreal) e que se recusa a aderir à F. I. F. A. como membro, enquanto a Associação de Futebol de Taiwan estiver filiada.

Na sequência desta decisão da China, o Secretariado da F. I. F. A. indicou que o Comité Executivo da Federação Internacional deverá voltar a examinar a autorização que deu a futebolistas chineses para jogarem com clubes ou equipas nacionais de associações filiadas na F. I. F. A.

Numa carta à F. I. F. A., os dirigentes do futebol chinês salientam, em particular, que a decisão do Congresso da F. I. F. A. realizado em Montreal é «perfeitamente ilegal, além do que viola o artigo um dos estatutos da F. I. F. A., que estipula que só pode ser reconhecida uma Associação por país».

Acrescentam «que não aceitarão a falsa decisão da F. I. F. A., enquanto esta não tiver retirado o seu reconhecimento da chamada Associação de Futebol de Taiwan».

O Secretariado da F. I. F. A. indica, por outro lado, que a Confederação Asiática de Futebol (A. F. C.) deverá excluir a Associação chinesa, dado que «uma associação de futebol que não é membro da F. I. F. A. também não pode estar filiada numa confederação».

A China deixou a F. I. F. A. em 1958, quando do Congresso de Estocolmo, e pediu a sua reintegração em 1974, na condição de Taiwan vir a ser expulsa.

PUGILISMO

. . Alfonso Zamora (do México) reteve o seu titulo mundial dos «levíssimos», ao bater ontem o sul-coreano Hong Soo-Hwan, por «K. O.» técnico ao 12.º assalto. A assistência (cerca de 15.000 pessoas) protestou vigorosamente contra a decisão do árbitro, o que levou a polícia a cercar o ringue com um cordão de segurança para proteger o árbitro da multidão.

GIGANTES

Depois de cinco horas de jogo, foi adiada a partida de xadrez entre os grandes mestres Tigran Petroxian, da União Soviética, e Lajos Portisch, da Hungria, terceira da eliminatória cujo vencedor participará no Torneio de Candidatos do Mundial de Xadrez.

Geral

Mataram um octogenário para roubar duas vacas

ÍLHAVO, 18 — António Alves, 80 anos de idade, solteiro, humilde agricultor, foi morto na passada sexta-feira, no barracão do lugar das Agras (Ílhavo), em que habitava só, por dois indivíduos sem profissão, jovens e irmãos. O móbil do roubo eram as duas vacas que o infeliz octogenário possuia mais uns parcos haveres que porventura guardasse. Os presumíveis assassinos, João Cândido Curado Romão, de 28 anos, casado e João Luís Romão Leal, 17 anos, solteiro, residentes no Bairro das Cancelas, em Ílhavo, atacaram o pobre homem enquanto dormia. Enquanto o mais novo lhe agarrava a cabeça, suspendendo-lhe a respiração, o mais velho golpeou-o violentamente com um pontapé, que se revelaria mortal, desferido ao baixo ventre. O cadáver do infeliz octogenário só ontem seria encontrado.

Entretanto os dois irmãos, que, consumado o crime, roubaram as vacas, acabariam por ser interceptados e conduzidos ao posto da P. S. P. quando tentavam vender os animais na vila. Confessaram ter sido eles os autores do hediondo acto.

Acompanhados do respectivo processo vão hoje ser enviados a tribunal.

"Boîte" assaltada: um morto

PORTIMÃO, 18 — Um homem morto e dois outros feridos por uma rajada de pistola metralhadora é o trágico balanço do assalto que ontem à noite teve por cenário a «boîte» Galera, em Portimão.

Os assaltantes faziam-se transportar num «BMW» de cor branca e matrícula ZO-94-75, falsa, ao que se supõe. Enquanto um dos indivíduos ficava de guarda à viatura, outros dois entraram na «boîte», armados com uma pistola-metralhadora FBP e uma faca de mato.

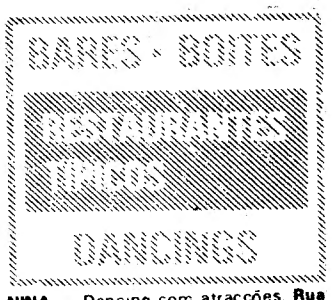
De imediato, os assaltantes verificaram a máquina registadora, seguindo-se a segunda operação: revistar os frequentadores da «boîte». Só que alguns presentes conseguiram manietar um dos assaltantes. Então, o companheiro desfechou uma rajada de metralhadora atingindo algumas pessoas. Um agente da P. S. P., que estava nas imediações, alertado pelo ruído, acudiu, disparou a sua arma, atingindo um dos assaltantes que, conseguiu contudo pôr-se em fuga. A viatura, que os esperava, arrancou em grande velocidade.

Consumado o assalto, vários indivíduos foram conduzidos ao hospital de Portimão de onde transitaram para o de Faro, devido à gravidade do seu estado. Entre eles chegou já morto a este estabelecimento hospitalar José João, de 61 anos de idade, natural de Alvor e residente em Portimão.

Falsa denúncia em Pedras Rubras

ORTO, 18 Uma falsa denúncia levou a olícia Judiciária do orto a uma demorada espera no aeroporto de edras Rubras. Com efeito, rumores circulando à volta de determinado indivíduo residente no Norte do ais, cujas intenções seriam levar para a Alemanha o produto da venda de várias propriedades, motivaram a Brigada da . J. interessada no comércio ilícito e fuga de divisas a tomar conta do caso.

No entanto, após terem montado, debaixo do maior sigilo, um apertado dispositivo de vigilância naquele aeroporto de sexta-feira até domingo passado os elementos da brigada viram-se obrigados a abandonar, sem sucesso, a sua missão em virtude de o indivíduo em questão ter efectivamente embarcado para a Alemanha mas sem os valores que se previam...



NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease sueuse**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T 261461/164526/264596/ 264621/264946**

Prisão maior para portadores de armas de guerra

Três indivíduos que, em 30 de Agosto último, tinham sido detidos pela P. S. P., na Fonte das Ratas, ao Lavradio, quando projectavam um assalto a uma dependência bancária da Baixa da Banheira, foram condenados a penas de prisão maior pelo tribunal da Comarca do Barreiro.

São eles: Carlos Teixeira Guerra, de 29 anos, condenado a três anos de prisão maior, Fernando Velhinho Cândido, de 19, condenado a igual tempo mais três meses e José Augusto Carneiro Alves, de 21, condenado a 14 meses e cinco dias.

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons 2 3/4 %	275$	275$	
Cons 3 %	300$	300$	310$
Cons 3 1/2 %	350$	350$	
Centenários	800$	800$	
Tes 5 %	500$	500$	
Tes. 10 %	-		505$
Extern. 1.ª S.	-	500$	-
Extern. 1.ª C.	-	-	
Extern. 3.ª - S.	-	-	460$
Extern. 3.ª C.	-	-	140$
Caut. 3.ª S.	-		
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Ix 6 %	-	730$	-
C.M.L. 5 3/4 %	-	760$	700$
C.P. 5 1/2 % 67	-	600$	-
C.P. 5 1/2 % 68	-	600$	-
C.P. 5 1/2 % 69	-	650$	-
Corr. 5 3/4 %	-	760$	-
Metr. 5 3/4 %	-	810$	-
Tur. 5 3/4 %	-	850$	-
C.P. 6 3/4 %	-	800$	-
ELÉCTRICAS			
G. 5 % 58	-	660$	-
G. 5 % 59	-	660$	-
G. 5 % 62	-	-	-
G. 5 % 63	-	-	-
G. 5 % 64	-	-	-
G. 5 % 65	-	-	-
G. 6 % 67	-	720$	-
G. 6 % 69	-	710$	900$
G. 7 %	-	-	-
H.E.A.A. 5 %	-	580$	-
H.E.C. 5 %	-	610$	-
H.E.C. 6 %	-	750$	-
H.E.D. 5 %	-	-	-
H.E.D. 6 %	-	720$	750$
H.E.N.P. 5 %	-	740$	-
H.E.S.E. 5 %	-	-	-
H.E.S.E. 6 %	-	700$	-
H.E.Z. 5 % 57	-	-	-
H.E.Zez. 6 %	-	750$	610$
N. Elec. 5 %	610$	-	-
N. Elec. 6 %	-	660$	-
Termoel. 5 %	-	570$	700$
U.E.P. 5 % 60	-	-	-
U.E.P. 5 % 63	-	-	-
U.E.P. 6 %	-	700$	-
U.E.P. 7 %	-	700$	-
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % 56	-	690$	-
A.P.T. 5 % 58	-	670$	-
Lisnave 6 %	760$	750$	770$
Nitratos 60	-	610$	-
Pet. 2.ª e 3.ª	-	750$	-
Sacor 7 %	-	800$	-
Sacor 5 % 54	-	-	-
Sacor 5 % 60	-	750$	-
Sid. 5 % 2.ª	-	630$	-
Sid. 5 % 3.ª	-	620$	-
Sid. 5 % 4.ª	-	620$	-
Socel 5 %	-	-	-
R. Fabril 67	-	720$	-
R. Fabril 68	720$	720$	-
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	-	400$	-
Rev. 5 % 57	-	-	-
Rev. 5 % 59-60	-	-	-
Moçambique 5 %	-	-	-
Sonefe 5 %	-	-	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	-	-	-
F.I.D.E.S.	-	-	-

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava geralmente muito nublado o vento era fraco e caiam aguaceiros em alguns locais do Norte.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado; vento fraco ou moderado de Noroeste; aguaceiros mais frequentes nas regiões do Norte; a partir do princípio da noite aumento gradual de nebulosidade; vento moderado de Sueste; períodos de chuva

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	15°
P. DOURADAS	
COIMBRA	14°
PORTALEGRE	11°
LISBOA	16°
FARO	18°
FUNCHAL	20°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
11.57	3,5 m	5.14	1,8 m
		17.57	1,5 m
Dia 19			
0.35	3,5 m	6.20	1,5 m
12.58	3,7 m	18.53	1,3 m
Dia 20			
1.29	3,8 m	7.13	1,2 m
13.40	4,0 m	19.42	1,0 m

AMANHÃ

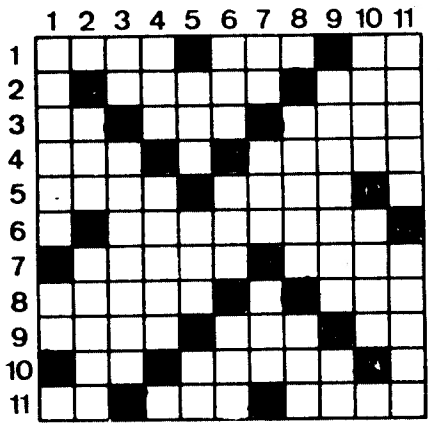
NASCER AS 6.50
OCASO AS 17.53

DIA 23 DIA 29 DIA 7 DIA 14

palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11497



HORIZONTAIS

1 Rã (pop.). Conjunção. Cálcio (s.q.).
2 Tribo indígena que habitou o Pará. Óxido de cálcio.
3 Em partes iguais. Doçura. Recente.
4 Doutora. Freguesia do concelho de Cadaval.
5 Rio de França. Gemer.
6 Investigar.
7 Homem esforçado ou ilustre. Cidade da Holanda.
8 Universal. Matemática.
9 Cidade da Grécia, antiga capital da Élida. Textualmente. Pronome reflexo.
10 Tempo do verbo haver. Bebedeira (fig.).
11 Boro (s.q.). Possui. Classe de tropa.

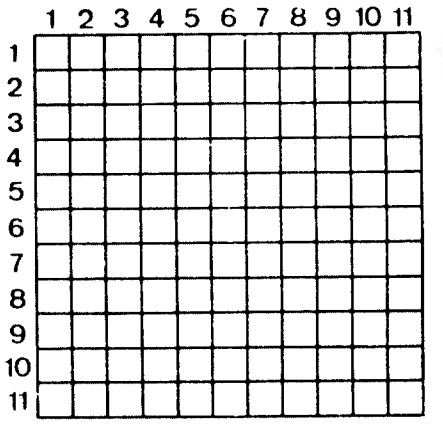
VERTICAIS

1 Porto do Sul de Marrocos sobre o Atlântico. Germânio (s.q.).
2 Anel. Antigo.
3 Rádio (s.q.). Funcionaria.
4 Armaria. Freguesia do concelho de Coimbra.
5. Pronome possessivo (inv). Graça. Lê.
6 Desgraça. Ferro temperado. Consentimento.
7. Campeão. Rio do Estado do Ceará. (Bras). Minas (abrev).
8 Cidade da Grã-Bretanha. Chega. (fig).
9 Deslizavam. Sufixo que designa estado.
10 Cova. Esteiros.
11 O mesmo que malolo. Aviva.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7657



VEGICAIS:

1 Uma das grandes Antilhas. Jarras.
2 Preposição. De elevado preço.
3. Distrito da Índia. Da Bélgica.
4 Cidade da antiga Caldeia. Época. Lavrem.
5 Recebera. Arara.
6 Lavram. Flauta chinesa de três buracos.
7 Rezarias. Pêlos de certos animais.
8 Nota musical. Sapo do Amazonas. Um dos Estados do Brasil.
9 Magnete natural. Trava luta com.
10 Preposição. Um dos estados da América do Norte.
11 Conselho. Pessoa muito parecida com outra.

HORIZONTAIS:

1 Cidade japonesa na ilha de Hondo. Cidade de Espanha.
2 Decoraram.
3 Passada. Pedra de altar. Acrescentei.
4 Pronome pessoal. Prendera com elos. Pertences.
5 Estrondeara.
6 Comer à ceia. Automóvel.
7 Forma apocopada e proclítica de vale. Suspiros. Chefe etíope.
8 Rio de Espanha. Indivíduo ingénuo.
9 Ecoara. Alianças.
10 Entre. Arara.
11 Isolado. Cidade de Espanha. Bário (s.q).

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11496

HORIZONTAIS:

1 UM. DOIDO. AC.
2 Ramas. Ataca.
3 Bion. Avis.
4 Enal Rua. Ado.
5 Adro. FARÁ.
6 Iodaria.
7 Ar. La. Ia. Ag.
8 CEM. DCC. Abu.
9 Emala. Opera.
10 Taia. Arad.
11 Erros. Prosa.

VERTICAIS:

1 Urbe. Cacete.
2 Maina. Remar.
3 Moadi. Mair.
4 Dan. Rol. Lao.
5 Os. Rodada.
6 Pu.
7 Dá. Áfrico.
8 Ora. Aia. Par.
9 Avara. Aero.
10 Acida. Abras.
11 Caso. Aguada.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7656

HORIZONTAIS:

1 A. R. Aselo. Cl.
2 Metia. Estar.
3 Ide. Ela.
4 Rendilharas.
5 Área. Obro.
6 Ás. Rã.
7 Ac. Tarda. Ar.
8 Barro. Inata.
9 Arou. Grãs.
10 Calim. Merca.
11 Ara. Araós.

VERTICAIS:

1 Amir. Cabaça.
2 Rédea. Cará.
3 Tenra. Rola.
4 Aí. Destruir.
5 Sadia. Ao. Ma.
6 Sr.
7 Lenho. Dl. Ma.
8 Os. Abranger.
9 Terra. Arrá.
10 Calão. Ataco.
11 Irás. Brasas.

PROVERBIO **Provérbio: UM DOIDO, FARÁ CEM.**

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO I-1
ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Lopes Ribeiro, Rua do Cruzeiro, 117 (Telef. 633288)

ALTO PINA
Pais, Rua Abade de Faria, 22-A (Telef. 723965)

ALTO DE SÃO JOÃO
Oriente, Rua Lopes, 120 (Telef. 8433881)

AREEIRO
Galeno, Avenida Óscar Monteiro Torres, 38-A (Telef. 774920).

ARROIOS
Pancada, Rua Rebelo da Silva, 9 (à Rua Pascoal de Melo) (Telef. 43340)

BAIRRO ALTO
Barreto, Rua do Loreto, 24/30 (Telef. 327284)

BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Zira, Praça Casas Novas, lote 66 (Telef. 310172)

BENFICA
Marques, Estrada de Benfica, 648 (Telef. 700096)

CAMPO DE OURIQUE
Urbano de Freitas, Rua Silva Carvalho, 1/9 (Telef. 662838)

GRAA
Silva, Calçada de Santo André, 16 (Telef. 862074).

LUMIAR
Alameda, Alameda das Linhas de Torres, 201-B (Telef. 790942)

PENHA DE FRANÇA
Zema, Rua General Justiniano Padrel, 21 (à Calçada dos Barbadinhos) (Telef. 832580)

SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sagres, Av. Luís Bivar, 69 (Telef. 47213).

TURNO I-2
TODA A NOITE

ALCÂNTARA
Lealdade, Rua do Olival, 326 (Telef. 663441)

ALTO PINA
Susil, Rua Barão de Saborosa, 104 (Telef. 841812)

ALVALADE
Líbia, Avenida da Igreja, 4-B (Telef. 711681)
Chinde, Rua Agostinho Lourenço, 6-B (Telef. 710331);
Aguiar, Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (Telefs. 768343-764629)

ANJOS
Intendente, Largo Intendente Pina Manique, 50 (Telef. 47838)

AVENIDAS NOVAS
Cosmos, Avenida João Crisóstomo, 44-C (Telef. 40592)

BAIRRO DA LIBERDADE
Salutar, Rua B, 75-A/B (Telef. 683694)

BAIXA
Unifa, Rua da Vitória, 21 (Telef. 323793)

CAMPOLIDE
Gomes, Rua Dorigo da Fonseca, 101-A (Telef. 682333)

CAMPO DE OURIQUE
Findori, Rua D. Maria Pia, 514 (Telef. 687949)

RESTELO
Higilux, Rua de Pedroucos, 50 (Telef. 610289)

XABREGAS
Madre de Deus, Rua da Margem, 15-B (ao Bairro do Grilo) (Telef. 382470)

SINTRA (S. Pedro de Sintra)
Valentim, Calçada de S. Pedro, 56 (Telef. 2930456)

VILA FRANCA DE XIRA
César Pereira, R. Almirante Cândido dos Reis (Telef. 23307)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. C.G.Guerra, 64 (T.2112070)

PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T.2435147). Toda a noite

OEIRAS
D Oeiras, L.Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central. Toda a noite

S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite

ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque, 3 (T.260191. Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira, (T.262313/267314) Até às 22 horas

CASCAIS
Cascais, R.Conde de Monte Real, B, das Caixas (T.282407). Até às 22 horas; Misericórdia, R.Regimento 19, 41 (T.280141). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (T.234589); Campos, R.Elias Garcia, 185 (T.930072); Clabel, R.António Sardinha, 23-D (T.938551)

DAMAIA
Confiança, E.Militar, lote D (T.9710231)

VENDA NOVA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (T.974161)

QUELUZ
Gil, A.v Miguel Bombarda, 28 (T.950117)

CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D

MEM MARTINS
Miranda Garcia, E.de Mem Martins, 173-R (T.2914102)

S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.2930058)

COLARSS
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Castro Rodrigues, R.Capitão Leitão, 21-A (T.2750076)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Higiénica, R.D.Manuel I, 178 (T.2073017)

COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P.5 de Outubro, 18 (Tel. 2750254)

MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTIJO
Higiene, R.José Joaquim Marques, 142 (T.2310370)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETÚBAL
Costa, L.da Misericórdia (T. 22760); Brasil, P. do Brasil (T.24788)

SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 14
ATÉ ÀS 22 HORAS

Gondarém, R.de Gondarém, 360, Foz; Correia de Araújo, R.de Santa Catarina, 259; Silva Pereira, R.de Costa Cabral, 293; Alves, P.do Exército Libertador, 62; Barros, R.do Loureiro, 104; Boa Hora, R.da Boa Hora, 80; Cameira, R.do Heroísmo, 90

TODA A NOITE
Terreiro, R.da Reboleira, 21
Pinheiro Manso, R.São João de Brito, 25-29; Santa Teresa, P.Guilherme G.Fernandes, 100; Nova Avenida, Av. Fernão de Magalhães, 692

COIMBRA

Cruz e Costa, Rua A. Vasconcelos, 71 (Telef. 22715);
Silva Soares, R. Mousinho Albuquerque, 26 (Telef. 71454);
Vilaça, Rua Ferreira Borges, 132 (Telef. 22043).

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Vamos trocar de mulheres»

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45
«O bombo da festa»

ADÓQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«A Grande Cegada»

VARIEDADES
21.45 (13 anos)
«Isto é que me dói!»

ABC
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Cada cor seu paladar»

COLISEU
21.30 (6 anos)
«Olimpíada do Circo»

LISBOA/Cinemas

CALEIDOSCÓPIO
21.00 (18 anos)
«Um Dia de Cão»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Técnicas do Amor»

CAPITÓLIO
21.00 (18 anos)
«Wester porno»

CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Carga Perigosa»

EUROPA
21.15 (10 anos)
«A Grande Corrida à Volta do Mundo»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«A Filha de Ryan»

IDEAL
21.15 (18 anos)
«Farfilon»

JARDIM
21.15 (18 anos)
«Entre dois destinos»

LUMIAR
21.15 (13 anos)
«Farsa eleitoral»

OLÍMPIA
21.00 (18 anos)
«De arma em punho»

PARIS
21.15 (13 anos)
«Michel e Helga»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«A cama é o meu castelo»

PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«O caminho do paraíso»

RESTELO
21.00 (18 anos)
«História d'O»

VOX
21.15 (18 anos)
«Os Tempos Eróticos de Paris»

SATÉLITE
19.00, 21.15 (13 anos)
«Eram os Deuses Astronautas»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Mónica e o Amor»

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Doze Indomáveis Patifes»

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«O Direito de Nascer»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«Barcelona Kill»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxfor
21.15 (18 anos)
«história d'O»

ESTORIL
Casino
17 e 21.15 (6 anos)
«A canção da Noruega»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«O Caso do Pervertido Sexual»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«Meu Caro Assassino»

PORTO/Cinemas

ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«O que faz mudar um homem»

BATALHA BEBÉ
21.30 (18 anos)
«Dillinger Morreu»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«Bobby»

CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«Vício de Matar»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A Esposa Comprada»

JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (13 anos)
«Chamada para a Morte»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Vampira»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Fantasma do Paraíso»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Mulher Polícia Faz Carreira»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Fogo no Sangue»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Marylin e o Senador»

TRINDADE
21.15 (6 anos)
«Onde Está o Óscar?»

VALE FORMOSO
21.15 (10 anos)
«Os Dez Mandamentos»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Emanuelle a antivirgem»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Repórteres sem freio»

S.TEOTÓNIO
21.15 (10 anos)
«Spartacus»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Revolta do Cidadão»

TERCO
21.15 (18 anos)
«As boinas verdes»

cinemas

CASTIL
Tel 630194 — 15, 17, 19 e 21.15

Intr. men. de 18 anos

Colorido

4.ª Semana

FELÍCIA

(Este filme contém cenas eventualmente chocantes)

IMPÉRIO
Tel 555134/5 — 15, 18.15 e 21.15

Grupo B — 10 anos

Sophia Loren/Alec Guiness/Omar Sharif

A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

2.ª Semana

Um drama de amor no ambiente tumultuosos da decadência de um grande Império de Anthony Mann
70 m/m/ écran gigante

POLITEAMA
Tel 323805 — 14.15, 16.30, 19.00, 21.30

Interdito a menores de 18 anos
O Filme pornográfico
PROSTITUIÇÃO CLANDESTINA
(Cont. cenas eventualmente chocantes)

ROMA
Tel 727778 — 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

SEXUALMENTE TUA

Um filme de Max Qecas

MUNDIAL
Tel 538743 — 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

SHAMPOO

A comédia satírica que abalou a América

D. JOÃO V — DAMAIA
tel. 971794 — 21.15

ESTALAGEM DO PRAZER

CALEIDOSCÓPIO
Tel 795093 — 14,16.30,19 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

Al Pacino em

UM DIA DE CÃO

5.ª semana

um filme de Sidney Lumet

ÉDEN
Tel 320768 — 14.00, 16.30, 19, 21.45

Uma impressionante demonstração do poder esmagador do Kung Fu

O GUARDA COSTAS DE FERRO

Com Chen Kuan-tai, Li Hsiu-hsien Yueh Hua

Interdito a menores de 18 anos

ODEON
Tel 326283 — 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos
A Obra-Prima de Alfred Hitchcock
REBECCA
com Joan Fontaine e Laurence Olivier
3.ª SEMANA DE ENCHENTES

APOLO 70
Tel. 763319 — 14,00, 16,30, 19 e 21.15

A obra-prima de Luis Buñuel
VIRIDIANA
com Silvia Pinal, Fernando Rey, Francisco Rabal

Panorama do cinema mexicano

Não aconse. men. 18 anos

O CHORO DA TARTARUGA

CASINO ESTORIL
Tel 264521/264996 — 17 e 21.15

Para todos M. 6 anos
A CANÇÃO DA NORUEGA
Às 15.30 M. 6 anos
PATO DONALD E C.ª

S. JORGE
Tel 554153 — 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 18 anos
5.ª semana
A MULHER, O AMOR E O ÓDIO
Philippe Noiret, Romy Schneider
3 Oscares do cinema francês!

RESTELO
Tel 610376 — Às 21

Interdito a menores de 18 anos

HISTOIRE D'O

AVIS
Tel 47163 — 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos
23.ª Semana
BOBBY
A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

ESTÚDIO
Tel. 555134/5 — 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos
Michel Piccoli em
REGRESSO ÀS CAVERNAS
(Themroe)
Colorido

ESTÚDIO 444
Tel 779095 — Às 15.15,17,18.45 e 21.15

Int. a men. 18 anos
4.ª Semana
DESENHOS PICANTES
Este filme pode ser considerado pornográfico

UNIVERSAL
Tel 774402

Às 15, 19 e 21

Não acon. men. 18 anos
NUMERO DOIS
o último filme de Jean-Luc Godard

17 e 23

Int. men. 18 anos
SALO OU OS 120 DIAS DE SODOMA
um filme de Pier Paolo Pasolini

CONDES
Tel 322523 — 13.30,16.15,19 e 21.45

Grupo B — M. 10 anos

TORA! TORA! TORA!

3.ª Semana

a gigante epopeia jamais filmada

c/ Martin Balsan e Joseph Cotten

BERNA
Tel. 776098 — 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos

Treine-os! Excite-os! Arme-os!
...Largue-os em território nazi!

DOZE INDOMÁVEIS PATIFES

Um filme de Robert Aldrich

9.ª Semana

LONDRES
Tel 801313 — 14.16.30,18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O PORTEIRO DA NOITE

c/ Dirk Bogarde e Charlotte Rampling

ROXY
Tel 48550 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A JOVEM NORA

c/ Simonetta Stefanelli e Philippe Leroy

TIVOLI
T.570595 — 15.15, 18.30, 21.15

Isto não é um filme, é um fabuloso espectáculo musical!

KAZABLAN

Com Yehoram Gaon, Arie Elias, Yehudah Efroni

Para todos

ALVALADE
Tel 897480 — 14.15,16.30,18.45 e 21.15

Luis de Funés em

AS FÉRIAS GRANDES

Um filme de Jean Giraut

3.ª Semana

Para todos

PATHÉ
Tel 821933 — 14.15,16.30,18.45 e 21.15

Insolentes, contestatárias, irresistíveis!

AS GOLPISTAS

Um filme de Steve Carver

Hoje às 24 N.ac. men. 18 a.

OS GOLPISTAS

NIMAS
Tel 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

13.ª semana

O Chile de Allende a Pinochet

radio

1.º Programa

16.00: Música variada; **17.00:** A nova canção espanhola; **17.30:** Orquestras; **18.00:** Música portuguesa; **19.00:** Falar de História; **19.35:** Música variada; **20.00:** Jornal da noite; **20.30:** Instrumentistas; **21.00** Contraponto; **00.00** Último jornal; **00.30:** Jazz; **01.00:** Música na noite.

2.º Programa

16.00: Intercâmbio musical; **16.31:** Septeto em si bemol maior «Septeto Grande», de Franz Gerwald; **17..:** A história da França em canções (1.º programa). **17.30:** Quizena francesa; **18.00:** A história de... (programa literário); **18.30:** Música de câmara; **19.15:** Quinzena francesa; **20.00:** Música de Câmara de Haydn; **20.35:** Música de bailado; **21.00:** O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; **22.00:** Música francesa; **22.30:** Retrato (programa literário); **23.10:** Intercâmbio musical; **23.35:** «Intermezzi», op. 4, de Schumann; **23.55:** Música sinfónica; **01.00:** Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Emissão nacional — variante (continuação); **16.15:** Casos ao acaso; **16.40:** Mulher, agora e aqui, pela Comissão da Condição Feminina; **17.10:** Vamos ao médico; **17.30:** Teatro em variante; **18.00:** Emissão regional — Contacto; **21.00:** Música só música; **21.30:** Quando o telefone toca; **23.03:** Nocturno; **23.06:** Horaluterana; **00.00:** Emissão nacional; **01.00:** Emissão nacional; **02.00:** Fecho.

3.º Programa
Local (187,5 m)

18.00: Emissão local — entardecer — sw vez em quando; **19.30:** Romance de uma cidade (repetição) — Cartas a ninguém; **21.00:** Fecho.

4.º Programa

16.00. música variada; **17.00:** Canções; **18.00:** Apenas música; **19.00:** Em órbita; **20.00:** Orquestras; **21.00:** Concerto; **22.00:** Auditório; **24.00:** Prisma; **02.00:** Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.08:** Apelos; **18.15:** Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30:** Transmissão do terço; **19.00:** Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00:** Objectivo; **20.53:** Apelos; **21.05:** Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **22.00:** Quando o telefone toca; **22.30:** Temas vivos; **23.30:** Estante giratória; **00.00:** Meditando; **02.00** Encerramento da estação.

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

Em BUARCOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA SATELITE

Em OLHÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA MODERNA

Em ARMAÇÃO DE PÊRA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA PAULA

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 323271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Almeida Pina visitou S. José

O ministro das Obras Publicas, Almeida Pina, esteve esta manhã no Hospital de S. José, onde se inteirou da urgência de proceder a algumas reparações naquele estabelecimento hospitalar.

Esta visita segue-se a uma outra do Primeiro-Ministro e do ministro dos Assuntos Sociais. O coronel Almeida Pina observou alguns serviços e falou com os técnicos responsáveis pelas obras de S. José.

À nossa pergunta para quando se previa o início das obras, o ministro retorquiu-nos que «só depois das visitas se poderia fazer a programação das obras mais urgentes».

«E as verbas?» — insistimos.

«Aí não deve haver grandes problemas, pois as despesas entrarão no orçamento normal do Estado» — eis a resposta de Almeida Pina.

Afirmaram-nos há dias naquele mesmo hospital, que para os «remendos» ao S. José, seriam necessários centenas de milhares de contos. Cerca de um milhão. Estaria esta verba disponível nos orçamentos normais do Estado? O ministro argumentou que essa verba se «arrastaria por vários anos». E as obras, claro.

C.P.P.C. (Porto) denuncia sentença inconstitucional

ORTO, 18 — O núcleo do orto do C. . .C., enviou ao presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Tribunal Militar de Santa Clara, o seguinte texto: «o núcleo do orto do Conselho ortuguês para a az e Cooperação, considerando que a independência do poder judicial, que se deseja, não pode servir, porém, para absolver o fascismo ou os seus defensores, como recentemente aconteceu no 2.º Tribunal Militar Territorial, ao ser absolvido o ex-agente da IDE-DGS, José Cardosos Inês, considerando que não pode ser decretada inconstucional uma Lei (8/75) que a própria Constituição reconheceu, o que irá reforçar os objectivos da organização fascista. Vem manifestar o seu mais vivo repúdio, exigindo o pleno cumprimento da Constituição, neste sentido, mais exigem, dentro dos principios que o norteiam, o prosseguimento das investigações judiciais até ao completo desmantelamento da rede terrorista/bombista, que tem assolado o ais atentando contra a democracia».

Comunicado da F.A.U.L.

Razões que se prendem com a falta de espaço impediram-nos da dar o relevo merecido, na nossa edição do passado dia 12, ao comunicado da Federação da Área Urbana de Lisboa do Partido Socialista em que se apoiava a política do actual Governo, comunicado aliás criticado pelo Secretariado Nacional do P.S.

Por outro lado, algumas «gralhas» tornaram em parte incompreensível, numa leitura pouco atenta, o referido comunicado. Nomeadamente, quando nos referíamos às tarefas do actual Governo apareceu em letra de imprensa «a reacção económica», quando, como é claro, pretendiamos dizer «a recuperação económica».

Dos lapsos pedimos desculpa aos nossos leitores.

A propósito desta notícia recebemos posteriormente uma carta da Federação da Área Urbana de Lisboa do Partido Socialista.

Escusamo-nos de a publicar, e à F.A.U.L. só relembramos que se o P.S. é o partido de Governo, isto não significa forçosamente que tenha de ter o mesmo comportamento que tinham os partidos do Governo dos últimos 50 anos.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
NO MÊS ANTERIOR: 39 984 EXS.

madeira
viagens especiais
em avião fretado
desde
2 680.
29 Out a 1 Nov 3noites
30 Nov a 8 Dez 8noites
feriados de NOV e DEZ
Europeia
• a experiencia ao serviço do turismo •

PINHEIRO DE AZEVEDO AO "JORNAL DE NOTÍCIAS"

Utilizem a repressão e estragam a Democracia

«Faço parte dos revolucionários do 25 de Abril que assinaram um protocolo, segundo o qual, os militares para fazerem política teriam de deixar o activo. Eu mantenho inteiramente essa opinião. Só há um grupo de oficiais que pode fazer política: são os conselheiros da Revolução. Ora eu sai do Conselho da Revolução e, portanto, ou me metem lá e eu continuarei a fazer política como oficial do activo, ou, enquanto estiver, por vontade seja de quem for, fora do Conselho da Revolução, continuarei a ser coerente com as minhas posições e com a democracia que quero ver instituida em Portugal e não farei política enquanto estiver no activo.» Esta declaração, que em certos círculos foi interpretada como uma crítica aos militares que indevidamente excedem as suas funções tentando desestabilizar a vida política do País faz parte de uma importante entrevista concedida pelo almirante Pinheiro de Azevedo ao «Jornal de Notícias» do Porto.

Noutra passagem Pinheiro de Azevedo, afirma que «enquanto se continuar a ter receio de que os militares é que têm a força e os partidos não são capazes de caminhar sozinhos, a democracia não avança.»

Interrogado sobre o perigo de a direita lançar mão ao processo político português, o almirante Pinheiro de Azevedo declarou: «Não acredito num golpe de direita. Estou mesmo convencido que a maioria dos oficiais conservadores não constituem qualquer perigo. «Argoladas» todos podem cometer, mas ninguém fará movimentar tropas. Agora, se não tivermos cuidado, iremos lentamente cair no antes do 25 de Abril.»

Quanto à institucionalização em Portugal de um «modelo peruano» o almirante retorquiu: «Aqui o Peru? Arevolução do general Alvarado?' ouve quem pensasse nisso, mas felizmente os mais politizados conseguimos evitá-lo. Porque isso não conduz a democracia nenhuma. Democracia feita pelos militares? Isso não existe. Sinceramente: se queremos institucionalizar a democracia teremos que correr os riscos próprios dessa institucionalização. É fraca? Pois é, mas se lhe vamos dar força, «músculo», já não é democracia e dificilmente será...mesmo que sejam todos muito bem intencionados. E não me venham com a conversa de que para administrar uma empresa é preciso força, autoridade... Isso é completamente diferente. Não lancem a confusão. Mas se impuserem ou pretenderem uma disciplina, limiam a democracia. Utilizem a repressão e estragam a democracia. Por isso, os riscos que as democracias correm e tantas vezes falham por motivos económicos, na maior parte dos casos...É que, só se alcança experimentando, correndo os próprios riscos da democracia. Estou profundamente convencido disso. Não há outro processo de atingir a democracia senão por etapas sucessivas e à custa de sacrifícios. A democracia só se alcança com sangue, suor e lágimas.»

MARIO SOARES A "O ESTADO DE S. PAULO"

"Africa não é prioridade luso-brasileira"

«A África não é propriedade luso-brasileira», afirmou o Primeiro-Ministro português, dr. Mário Soares, em declarações exclusivas divulgadas ontem pelo jornal «O Estado de São Paulo».

O chefe do Governo Português admite a existência de laços potenciais unindo Portugal às ex-colónias, mas acha prematuro pensar em construções teóricas envolvendo o Brasil, a África e Portugal.

A propósito da sua próxima visita ao Brasil, o Primeiro-Ministro disse que «a hora está madura para isso», porque o novo Governo Português, que acaba de alcançar a sua estabilidade constitucional e política está pronto para dar seguimento, e desenvolver o tratado de amizade e consulta entre os dois países.

O tratado, que foi assinado pelos ex-presidentes Emílio Garrastazu Médici e Américo Tomás, ficou esquecido durante o período tenso da Revolução Portuguesa. Contudo, Mário Soares interpreta-o, segundo «O Estado de São Paulo», como a expressão da comunidade luso-brasileira que «já existe em espírito».

Na mesma entrevista o Primeiro-Ministro português considerou igualmente prematuras as ideias de formação de uma comunidade luso-afro-brasileira, mas mostrou-se convencido de que o Governo brasileiro adoptou uma política de grande realismo em relação a Angola e a outros países africanos, abrindo portas no Continente.

«É mesmo possivel, acrescentou o chefe do Governo Português, que o Brasil desempenhe um papel importante neste momento em que Portugal trata de normalizar as suas relações com as ex-colónias. Mas o mais importante agora, reiterou Mário Soares, é estreitar as relações entre o Brasil e Portugal em todos os planos».

Mário Soares salientou ainda que «a política externa do Governo Português faz-se independentemente dos regimes políticos e sociais dos países com os quais Portugal pretende estreitar relações. Faz-se respeitando o princípio de não-ingerência nos negócios internos dos outros países. Nesse sentido, é evidente que temos interesses comuns com o povo brasileiro e com o Brasil e vantagens e interesses em estreitar relações com o Governo brasileiro. Não temos que nos pronunciar sobre os negócios internos do Brasil. Da mesma forma, o Governo brasileiro nao tem que se pronunciar, e não se pronuncia, sobre os negócios internos de Portugal.» (F.P.).

Manifestação de monárquicos

Foi sábado à tarde. Eram duas dezenas de indivíduos jovens e bem comportados. Levavam uma coroa de flores. Local da manifestação: o Palácio Foz. Motivo: contestar, em silêncio e com flores, a exposição organizada por ocasião das comemorações nacionais do 5 de Outubro.

Junto aos retratos do rei D. Carlos e do príncipe D. Luis Filipe, em silêncio, discretamente, os «manifestantes monárquicos» puderam deixar bem expressa a intenção piedosa: render peito às «vitimas do regicídio» de 2 de Fevereiro de 1908.

Este acto de piedade monárquica vem realçar, de algum modo, o significado, mais do que político, pedagógico da exposição: «5 de Outubro de 1910 — 5 de Outubro de 1976».

Prémio Nobel da Física para cientistas dos E.U.A.

ESTOCOLMO, 18 ANOP) — O Prémio Nobel da Física de 1976 foi hoje atribuido aos professores Burton Richter e Samuel C. C. Ting, dos Estados Unidos, pelo seu «trabalho pioneiro na descoberta de uma partícula elementar pesada de um novo tipo».

A Real Academia de Ciências de Estocolmo explicou que o prémio foi atribuído pelas descobertas de dois cientistas na exploração dos mais pequenos componentes da matéria, menores do que átomos e seus núcleos.

Os dois galardoados encontraram-se em Novembro de 1974 no Centro de Stanford e chegaram à conclusão de que as duas equipas de investigação tinham descoberto a mesma partícula elementar. O facto foi tornado público semanas depois em revistas científicas.

"Pravda" publica saudação a Portugal

MOSCOVO, 18 (F.P.) — «Os trabalhadores de Portugal, que lutam pela defesa, e reforço das conquistas democráticas» serão saudados, no próximo dia 7 e pela primeira vez, durante as celebrações comemorativas do 59.º aniversário da Revolução Russa de 1917.

Trata-se de um dos 65n «slogans» redigidos pelo Partido Comunista da U. R. S. S. e publicados pela «Pravda», que lançou igualmente um apelo a todos os povos para que reforcem o respectivo apoio à luta de libertação dos povos da Rodésia, Namíbia e África do Sul, de modo a que sejam «totalmente liquidados os regimes racistas».

nota tome

MINISTRO SEM «CAIXA»

O ministro dos Assuntos Sociais nunca se serviu dos «médicos da Caixa», até porque nunca «teve Previdência», escreve hoje um matutino. Será difícil, assim, aperceber-se do que se passa com a assistência nas «Caixas». Só quem vai ao «Convento» é que sabe o que lá vai dentro...

MULTINACIONAIS

Fontes bem informadas apontavam para hoje a realização de um encontro entre Mário Soares e o sr. Cyril Crocker, presidente da Associação Comercial Inglesa e director-geral da «Crocker Delaforce». Tudo indica que o sr. Crocker se fará acompanhar de representantes das principais empresas multinacionais com interesse em Portugal. Objectivo mais que provável da reunião: os representantes das multinacionais esperam do Governo uma definição da política a levar a cabo quanto a essas empresas, nomeadamente no capítulo dos despedimentos e relações de trabalho, etc.

A expectativa àcerca da reunião é grande. É que a nossa Constituição (que está em vigor) não abre excepções às multinacionais e consagra, claramente, os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Entretanto tudo indica que o sr. Crocker é um nome a fixar, dado que se fala muito da sua experiência em múltiplos ramos do negócio...

Nota Oficiosa

Início das aulas

Do Ministério da Educação e Investigação Científica recebemos a seguinte nota oficiosa:

«Como é do conhecimento público, abre na próxima, segunda-feira, dia 18, o novo ano lectivo para os Ensinos Preparatório e Secundário, como aliás estava programado.

«Assim todos os alunos se devem dirigir aos respectivos estabelecimentos de ensino para início dos trabalhos escolares. As aulas começarão nos dias subsequentes, como é normal.

«Consciente das inevitáveis dificuldades pontuais, não quer o M. E. I. C. deixar de sublinhar que todos os esforços continuam a ser feitos quer pelas Comissões Directivas quer pelos Serviços Centrais, no sentido de as resolver (nomeadamente acelerando os últimos trabalhos relativos à colocação de professores) de modo a conseguir um início de ano lectivo nas melhores condições.»

Chama-se "Zarco" um novo jornal madeirense

FUNC AL, 18 — Acaba de aparecer na Madeira um novo jornal, o semanário «Zarco», órgão oficial da A AM — Associação olítica do Arquipélago da Madeira. O seu director, José Carvalho, é também dirigente da A AM.

Recorda-se que, nalguns círculos, a A AM é considerada «a FLAMA na legalidade».

Curiosamente já a FLAMA se lembrara da designação «Zarco», mas para substituir o escudo.